



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

IDEOLOGIA LINGUÍSTICA EM QUESTÕES DE PROVA DE VESTIBULAR

**Gabriel Valdez Foscaches**

Brasília  
Julho de 2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**Gabriel Valdez Foscaches**

IDEOLOGIA LINGUÍSTICA EM QUESTÕES DE PROVA DE VESTIBULAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Língua Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Professora Doutora Carmem Jená Machado Caetano

Brasília  
Julho de 2016



GABRIEL VALDEZ FOSCACHES

IDEOLOGIA LINGUÍSTICA EM QUESTÕES DE PROVA DE VESTIBULAR.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Língua Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Termo de aprovação

Data: 22/7/2016

Banca Examinadora:

Professora Doutora Carmem Jená Machado Caetano – PPGL/UnB (Orientadora)

Presidente

---

Professor Doutor Guilherme Veiga Rios – Inep/UnB

Membro

---

Professor Doutor André Ricardo Nunes Martins – Nelis/Ceam/Senado Federal

Membro

---

Professora Doutora Tatiana Rosa Nogueira Dias – Nelis/Ceam

Suplente

---

## **Dedicatória**

Mandam as convenções sociais e linguísticas que eu use esse espaço para agradecer a todos os deuses e santos por ter nascido, crescido e feito esta pesquisa.

Em vez disso, dedicarei este trabalho a uma pessoa de carne, osso e, principalmente, coração.

Sem você, Tayane Cátia Antunes de Souza Foschaches, poucas coisas seriam possíveis.

Para você dedico este trabalho e todos os outros que virão.

Para você dedico toda vida que ainda tenho.

## Resumo

Nesta pesquisa temos por escopo a análise de ideologias nas questões de prova de vestibular, mais especificamente a análise daquilo que chamaremos de “ideologia de adequação linguística”. Basicamente, podemos definir essa ideologia como um discurso – uma forma discriminatória de representar o mundo – que promove a exclusão linguística e social de grupos linguísticos desempoderados. Mostraremos em nossa pesquisa que nesse discurso a diferença linguística é representada de forma a escamotear a relação de dominação que existe entre os/as falantes da língua brasileira. Acreditamos que essa ideologia merece uma análise aprofundada por dois motivos: 1) o discurso de adequação linguística é sustentado por muitos/as linguistas; logo, trata-se de uma ideologia com autoridade científica; e 2) o discurso de adequação vem sendo disseminado em questões de prova de vestibular; logo, trata-se de um discurso legitimado por um poderoso instrumento de controle social. Tendo como recorte a ordem do discurso dos exames de vestibular, mostraremos como o discurso de adequação linguística – que constitui uma forma ideológica de representar o mundo – é concretizado no gênero discursivo questão de prova de vestibular – que constitui uma forma de agir linguisticamente – e como ele pode ser inculcado nas identidades das pessoas – que constituem as formas de ser dos atores sociais. A fim de estudarmos a maneira particular como o discurso de adequação linguística se manifesta nas questões de prova de vestibular, adotaremos teorias que permitem uma sólida Análise de Discurso Textualmente Orientada: Linguística Sistêmico-Funcional, Teoria da Representação dos Atores Sociais e Teoria da Avaliatividade. Para sustentar a pesquisa em bases ontológicas e epistemológicas sólidas, adotaremos os pressupostos científicos do Realismo Crítico. Usando a teoria-metodologia da Análise de Discurso Crítica, mostraremos como a discriminação linguística pode ocorrer em questões de prova de vestibular sobre linguagem. Dessa forma, esperamos conscientizar as pessoas, especialmente os/as linguistas, sobre um novo discurso discriminatório acerca da linguagem que está se disseminando em nossa sociedade.

## **Abstract**

In this research, we show the analysis of ideologies in “vestibular” test questions, more specifically the analysis of what we will call “ideology of linguistic adequacy”. Basically, we can define this ideology as a type of discourse – a prejudicial way of representing the world – which promotes the linguistic and social exclusion of disempowered linguistic groups. We will show in our research that in such discourse the linguistic difference is represented in a way as to pilfer the dominative relation existent amongst brazilian portuguese speakers. We believe that this ideology deserves deep analysis for two reasons: 1) the linguistic adequacy discourse is sustained by many linguists; therefore, it is an ideology with scientific authority; and 2) the adequacy discourse has been widely used in “vestibular” tests; and therefore it is a speech that is legitimated by a powerful instrument of social control. Having as our specific topic the order of discourse of “vestibular” exams, we will show how the linguistic adequacy discourse – which constitutes an ideological way of representing the world – is concretized in the genre “vestibular questions” – which constitutes a way of acting linguistically – and how it can be engrained in people’s identities, which in turn constitute the ways of being of the social actors. With the purpose of studying the particular way that the linguistic adequacy discourse manifests in “vestibular” questions, we will adopt theories that allow a solid Textually Oriented Discourse Analysis: Systemic Functional Linguistics, Social Actors Representation Theory and Evaluation Theory. In order to hold the research onto solid epistemological and ontological bases, we will adopt the scientific assumptions of Critical Realism. Using the theory-methodology of Critical Discourse Analysis, we will show how linguistic prejudice may occur in “vestibular” questions about language. Thus, we aim to raise awareness in people, especially linguists, over a new prejudicial discourse about language that is being disseminated in our society.

## INDÍCE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Gênero questão de prova - contexto.....	22
Figura 2 Gênero e suporte .....	25
Figura 3 - ADC como ciência aplicável .....	51
Figura 4 - Estereótipos weberiano e durkheimiano.....	55
Figura 5 - Modelo Transformacional de Atividade Social.....	56
Figura 6 - Estratificação da linguagem .....	62
Figura 7 - Função lógica.....	68
Figura 8 - Formas de representação dos atores sociais .....	73
Figura 9 - Avaliatividade.....	76
Figura 10 - Bases da pesquisa .....	94
Figura 11 - Método de análise do corpus .....	95
Figura 12 - Apreciação da linguagem .....	109
Figura 13 - Ideologias padronizadoras .....	128
Figura 14 - Ideologia e linguagem .....	130
Figura 15 - Da prescrição à explanação .....	139
Quadro 1 - CL e CLC.....	36
Quadro 2 - Definições de ideologia.....	39
Quadro 3 - Tipos de poder.....	43
Quadro 4 - Prática Social e Ordem do Discurso .....	59
Quadro 5 - Processos relacionais .....	65
Quadro 6 - Processos, participantes e circunstâncias .....	67
Quadro 7 - Estratificação da realidade .....	79
Quadro 8 - Ideologias nas questões de prova .....	127
Quadro 9 - Assimetria de poder no gênero questão de prova de vestibular .....	136

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	15
<b>1.1 O teste: Questão de Prova de Vestibular</b> .....	15
1.1.1 Escopo crítico da pesquisa dos testes .....	15
1.1.2 Finalidades dos testes .....	16
1.1.3 Dominação pelos exames.....	17
1.1.4 Examinar para disciplinar .....	19
1.1.5 Exame como atividade discursiva: gênero “questão de prova de vestibular” .....	20
1.1.6 Recontextualização do gênero questão de prova de vestibular .....	24
1.1.7 Especificidades do gênero questão de prova de vestibular .....	26
1.1.8 Panorama da pesquisa da ordem do discurso dos exames .....	27
<b>1.2 Discurso de Adequação Linguística</b> .....	28
1.2.1 Origem do termo “discurso de adequação linguística” .....	28
1.2.2 Pressupostos do discurso de adequação linguística .....	30
1.2.3 Discurso de adequação x Consciência linguística crítica .....	33
1.2.4 Discurso de adequação linguística x discurso de emancipação linguística .....	34
1.2.5 Discurso de adequação: uma ideologia .....	37
1.2.6 Discurso de adequação linguística, ideologia e poder .....	40
1.2.7 Considerações finais do capítulo.....	44
<b>CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	46
<b>2.1 Análise de Discurso Crítica: uma visão panorâmica</b> .....	46
2.1.1 Análise de Discurso Crítica: o que é? .....	46
2.1.2 ADC e Linguística, Linguística e Ciências Sociais, Ciências Sociais e ADC.....	48
2.1.2.1 ADC como ciência transdisciplinar .....	49
2.1.2.2 ADC: ciência aplicável.....	50
2.1.2.3 Contribuições da ADC para a Linguística.....	52
2.1.3 Linguagem na prática social .....	53
2.1.3.1 Prática social.....	54
2.1.3.2 Modelo Transformacional da Atividade Social .....	56
2.1.4 Aspecto linguístico da prática social: ordem do discurso .....	57
2.1.5 Síntese da seção .....	59
<b>2.2 A ADC e a Linguística Sistêmico-Funcional</b> .....	60
2.2.1 Uma visão funcional sobre a linguagem .....	60



2.2.2 Metafunção ideacional (subfunção experiencial) .....	61
2.2.3 Metafunção Ideacional (subfunção lógica) .....	67
2.2.4 Teoria de representação dos atores sociais .....	69
2.2.5 Teoria da Avaliatividade .....	73
2.2.6 A LSF como ferramenta de análise textual para a ADC.....	77
<b>CAPÍTULO 3 - DA ONTOLOGIA À METODOLOGIA .....</b>	<b>78</b>
<b>3.1 Premissas ontológicas.....</b>	<b>78</b>
<b>3.2 Premissas epistemológicas .....</b>	<b>81</b>
3.2.1 Neutralidade epistêmica .....	84
3.2.2 Explicação em sistemas abertos.....	85
3.2.3 Causalidade discursiva .....	87
3.2.4 Interpretação e explicação .....	89
<b>3.3 Premissas metodológicas: ADC como método.....</b>	<b>90</b>
3.3.1 Pesquisa qualitativa.....	91
3.3.2 Pesquisa documental e coleta de dados .....	92
3.3.3 <i>Corpus</i> da pesquisa.....	93
3.3.4 Método de análise do <i>corpus</i> .....	94
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS .....</b>	<b>97</b>
<b>4.1 Microanálise dos eventos discursivos .....</b>	<b>97</b>
4.1.1 Evento discursivo 1 (Enem) .....	97
4.1.2 Evento discursivo 2 (Enem) .....	100
4.1.3 Evento discursivo 3 (Enem) .....	104
4.1.4 Evento discursivo 4 (Enem) .....	107
4.1.5 Evento discursivo 5 (Enem) .....	110
4.1.6 Evento discursivo 6 (Enem) .....	112
4.1.7 Evento discursivo 7 (Enem) .....	115
4.1.8 Evento discursivo 8 (PUC – SP).....	118
4.1.9 Evento discursivo 9 (Fuvest).....	121
4.1.10 Evento discursivo 10 (Enem) .....	124
<b>4.2 Respondendo às perguntas da pesquisa .....</b>	<b>127</b>
4.2.1 Questão de pesquisa 1 .....	127
1) Quais estratégias típicas de operação da ideologia são usadas nas questões de prova de vestibular para sustentar o discurso de adequação linguística? .....	127
4.2.2 Questão de pesquisa 2 .....	129
2) Como a ideologia de adequação linguística se manifesta na léxico-gramática? .....	129
4.2.3 Questão de pesquisa 3 .....	136

Como o gênero discursivo questão de prova pode legitimar discursos ideológicos? .....	136
4.2.4 Questão de pesquisa 4 .....	138
Quais são as possíveis alternativas para superar o problema da dominação linguística?	138
<b>REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE .....</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa procuraremos mostrar como o gênero questão de prova de vestibular pode contribuir para a perpetuação da dominação linguística. Ao analisarmos esse gênero discursivo, mostraremos como ele tem sido usado como um instrumento que: 1) ajuda a determinar o prestígio e o *status* de determinadas variedades linguísticas; 2) padroniza e perpetua padrões de correção linguística; e 3) suprime a diversidade linguística (YOUNG, 2012; SHOHAMY, 2014). Assim, a escolha pela análise do discurso de adequação linguística instanciado no gênero questão de prova de vestibular não foi uma decisão arbitrária. Para nós, esse discurso – i.e., essa representação ideológica do mundo linguístico – e esse gênero discursivo – através da legitimação do discurso de adequação linguística – reproduzem a dominação linguística. Por tratarmos especificamente do discurso de adequação linguística, tivemos por recorte de dados apenas questões de vestibular sobre linguagem.

Aquilo que denominamos “discurso de adequação linguística” é uma forma específica de representar a realidade linguística. Nesse discurso, mostra-se como a realidade linguística é diversificada e como a variação linguística é um fenômeno sistemático. Todavia, esse discurso omite as relações de poder que permeiam a realidade linguística. Ao não explicar porque a realidade linguística é como é e como a linguagem pode ser usada como instrumento de dominação, esse discurso acaba por legitimar a dominação de uma variedade linguística sobre outra; logo, a dominação de um grupo de falantes sobre outro. Em uma perspectiva linguística crítica, não basta descrever a realidade linguística, é preciso explicar: por que ela é como é; como as relações de poder mantêm ela como está; quem se beneficia e quem é prejudicado pelo atual estado das coisas; se a realidade linguística pode ser diferente e quais poderiam ser os meios adotados para promover a mudança.

Como dissemos, nossa pesquisa representa um recorte. Nem todas as questões de prova de vestibular são ideológicas. Nosso objetivo é analisar apenas as questões de prova de vestibular ideológicas – que muitas vezes não são percebidas como tal –, mais especificamente pretendemos analisar as questões de vestibular que veiculam a ideologia de adequação linguística. Assim, nossos objetivos são:

### **1) Objetivo geral:**

Analisar o discurso de adequação linguística instanciado no gênero questão de prova de vestibular.

### **2) Objetivo específico:**

Mostrar como esse discurso sustenta relações de dominação e como ele é legitimado pelo gênero questão de prova de vestibular.

Partindo do pressuposto de que existem questões de vestibular ideológicas e de que essa constatação motivou a realização desta pesquisa, as seguintes perguntas orientam nosso trabalho:

- Quais as estratégias típicas de operação da ideologia são usadas nas questões de prova de vestibular desta pesquisa para sustentar o discurso de adequação linguística?
- Como a ideologia de adequação linguística se manifesta na léxico-gramática nas questões analisadas?
- Como o gênero discursivo questão de prova pode legitimar discursos ideológicos?
- Quais são as possíveis alternativas para superar o problema da dominação linguística?

Com base no Realismo Crítico, postularemos que o discurso possui poderes causais, isto é, postularemos que o discurso é performativo e produz efeitos na sociedade – apesar da manifestação desses poderes não ser regular nem predizível. Tendo em vista que, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), é na criação de significados que reside o poder causal do discurso, mostraremos como os significados podem ser criados nos textos. Para a análise dos textos instanciados no gênero questão de prova de vestibular, utilizaremos a Linguística Sistêmico-Funcional, a Teoria de Representação de Atores Sociais e a Teoria da Avaliatividade. Com o apoio dessas teorias, faremos nossa análise de discurso crítica textualmente orientada.

A fim de oferecer uma crítica explanatória (BHASKAR, 1998; FAIRCLOUGH, 2003), pretendemos no decorrer dos capítulos desta pesquisa: 1) focalizar o problema social da pesquisa em seu aspecto semiótico, a fim de produzir conhecimentos que possam levar à mudança emancipatória; 2) identificar os obstáculos que possam impedir a mudança da realidade social; 3) considerar se a ordem social “precisa” do problema,

isto é: analisar se aqueles/as que mais se beneficiam da forma como a sociedade é agora têm interesse em que o problema não seja resolvido; 4) identificar as possíveis maneiras de superar os obstáculos identificados; 5) refletir criticamente sobre a análise feita.

No capítulo 1, apresentamos a ordem do discurso em que se situa nossa pesquisa. Nesse capítulo, definimos nosso problema de pesquisa: o uso do gênero questão de prova de vestibular para a disseminação de ideologias, mais especificamente para a propagação da ideologia de adequação linguística. Na primeira seção do capítulo, discutimos como o gênero questão de prova de vestibular pode constituir um instrumento de controle e poder. Na segunda seção, apresentamos o discurso de adequação linguística – bem como a concepção de ideologia e poder que adotamos. Em ambas as seções, procuramos produzir conhecimentos que possam levar à mudança emancipatória: identificando quem são os principais beneficiados com o nosso problema de pesquisa e os possíveis obstáculos para a superação do problema. Como proposta para o enfrentamento do problema de pesquisa, discutiremos o conceito de consciência linguística crítica.

No capítulo 2, apresentamos a teoria sobre a qual se assenta o nosso estudo linguístico crítico – a Análise de Discurso Crítica. A fim de mostrar que bases teóricas sustentam nossa crítica explanatória, explicamos qual é concepção de sociedade que adotamos: Modelo Transformacional de Atividade Social (BHASKAR, 1998). Na primeira seção, oferecemos um panorama teórico da ADC e, na segunda seção, apresentamos as teorias linguísticas que usaremos para fazer nossa análise de discurso textualmente orientada – Linguística Sistêmico-Funcional, Teoria de Representação dos Atores Sociais e Teoria da Avaliatividade.

No capítulo 3, definimos as bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas de nossa pesquisa. Isto é, nesse capítulo apresentamos os pressupostos científicos do Realismo Crítico. Dessa forma, mostramos qual a nossa visão de mundo (ontologia), como julgamos ser possível produzir conhecimento sobre o mundo (epistemologia) e quais instrumentos empregamos para gerar conhecimento nesta pesquisa (metodologia).

No capítulo 4, passamos à análise dos dados coletados. Empregando a teoria-metodologia apresentada nos capítulos anteriores, analisamos as questões de prova de vestibular que veiculam o discurso de adequação linguística. Com base na análise discursiva do *corpus*, tentamos oferecer respostas consistentes para as questões de pesquisa levantadas.

No capítulo 5, por fim, passamos à etapa final da crítica explanatória: reflexão crítica sobre a análise feita. Nesse último capítulo, refletiremos sobre o alcance e as limitações da pesquisa.

No decorrer da pesquisa, transgredimos uma série de convenções linguísticas relacionadas ao gênero discursivo dissertação: uso de linguagem impessoal, uso apenas do gênero "não marcado" (masculino) para fazer referência a grupos de pessoas, uso da norma padrão etc. Com isso, quisemos mostrar que: 1) é necessário perceber a natureza arbitrária – e muitas vezes opressora – de algumas convenções linguísticas<sup>1</sup>; 2) nossas escolhas não são totalmente determinadas pelas convenções sociais/linguísticas, assim podemos produzir mudanças através de nossas ações; 3) a conscientização linguística crítica pode contribuir para a transformação das práticas sociais.

Considerando nosso trabalho com a consciência linguística crítica e o resultado de diversas pesquisas produzidas dentro da Linguística, utilizaremos uma linguagem que reflete a realidade atual da língua brasileira. Assim, usaremos o pronome ele na função de objeto (cf. BAGNO, 2009), não faremos a concordância nas “passivas sintéticas” (cf. SCHERRE, 2005), uniremos a preposição com o núcleo do sujeito (cf. BECHARA, 2006), usaremos a locução adverbial “através de” no lugar de “por meio de” (cf. LUFT, 2010), usaremos predominantemente a próclise, inclusive no início de orações (cf. ILARI e BASSO, 2009), usaremos adjetivos na função de adjunto adverbial sem o sufixo –mente (cf. NEVES, 2011) etc. Provavelmente, só os olhos profissionalmente treinados para a repressão linguística conseguirão detectar a maioria dessas transgressões, uma vez que boa parte desses usos já faz parte de nossos hábitos linguísticos. Ainda assim, achamos importante usar recursos como o gênero discursivo dissertação para combater convenções usadas para discriminação linguística.

---

<sup>1</sup> No caso das convenções que acabamos de citar, podemos dizer que: 1) o uso da linguagem impessoal obscurece o engajamento do/a pesquisador/a na pesquisa e fortalece a ideologia positivista de que a ciência é neutra; 2) o uso do gênero “não marcado” obscurece como determinados usos linguísticos podem enfraquecer a participação da mulher, por exemplo: ao se referirem a uma equipe de 13 mulheres e 1 homem, as pessoas geralmente usariam o pronome “eles” em vez de “elas e ele”; e 3) o uso da norma padrão em pesquisas acadêmicas reflete que somente grupos linguísticos poderosos podem ter acesso a gêneros discursivos como a “dissertação de mestrado”.

# CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

## 1.1 O teste: Questão de Prova de Vestibular

Nesta seção, pretendemos apresentar o “teste”, as discussões que já foram desenvolvidas e a perspectiva que adotamos a seu respeito. Com essa contextualização, discutiremos o que é o teste – especificamente o vestibular –, quais seus efeitos sociais e como ele pode ser interpretado à luz da Análise de Discurso Crítica.

No início da sessão, usaremos o termo “teste” para nos referirmos ao nosso objeto de pesquisa. À medida que avançarmos na apresentação do nosso objeto, refinaremos o uso do termo. Como mostraremos, esse refinamento da terminologia reflete as particularidades desta pesquisa.

Ao fim da seção, mostraremos em que aspecto nossa análise se diferencia do que já foi pesquisado até então.

### 1.1.1 Escopo crítico da pesquisa dos testes

O trabalho com os testes não é exatamente uma novidade no campo acadêmico. Dentro da Sociologia e da Pedagogia, muitas pesquisas já discutiram como os testes podem ser ferramentas para a vigilância, para a indução de políticas pedagógicas e para a reprodução das estruturas sociais (BOURDIEU e PASSERON, 1970; PERRENOUD, 1999; FOUCAULT, 1987; LUCKESI, 2008; FREITAS e FERNANDES, 2007; SOARES, 1991). Dentro da Linguística especificamente, podemos identificar um ramo da Linguística aplicada, *Language Testing*, que se ocupa exclusivamente de pesquisas sobre o uso dos testes para avaliar o conhecimento linguístico (SPOLSKY, 1997; MADAUS, 1990).

Neste trabalho também temos como objeto de pesquisa os “testes”. Assim como no ramo do *Language Testing*, também nos ocuparemos especificamente do uso dos testes sobre linguagem. Todavia, diferente das preocupações tradicionais dentro desse ramo da linguística aplicada, nosso interesse não é no uso do teste como ferramenta de acesso ao

conhecimento dos indivíduos, isto é, não vemos os testes apenas como ferramentas psicométricas<sup>2</sup>.

Nesta pesquisa, estamos preocupados com os usos indevidos dos testes. Isto é, nosso interesse nesta pesquisa é mostrar como os testes podem ser um instrumento para o exercício de controle e poder.

### **1.1.2 Finalidades dos testes**

Conforme observa Perrenoud (1999), o teste pode servir para diversos objetivos: conferir certificações, permitir a passagem de uma série para a outra, representar a porta de entrada para a universidade ou para um cargo público. Para alcançar tais objetivos, é feita a avaliação. Segundo Perrenoud (1999, p. 9):

Avaliar é – cedo ou tarde – criar hierarquias de excelências, em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do secundário, a orientação para diversos tipos de estudos, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, frequentemente, a contratação. Avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros.

Diante dessa colocação, cabe a pergunta: a quem a avaliação privilegia? De quem são as “formas e normas” valorizadas?

Ora, quando pensamos na linguagem empregada nos exames bem como na linguagem que é objeto de exame, podemos ver claramente a que grupo de atores sociais pertencem os conhecimentos avaliados. Por isso, nossa escolha por analisar as questões sobre linguagem, apesar de constituir um recorte da realidade, é representativa de um contexto mais abrangente sobre os testes.

De uma forma geral, os “testes” – utilizaremos por ora o termo utilizado no ramo da Linguística “Language Testing” – servem a diversos propósitos. No que se refere à avaliação da linguagem, podemos, com base em Shohamy (2014), destacar algumas das finalidades dos testes para atores e instituições sociais diferentes:

---

<sup>2</sup> Conforme lembra Shohamy (2014, 35), as pessoas que trabalham com os testes sob uma perspectiva tradicional não estão interessadas no uso dos testes. “Uma vez que o teste foi concebido e desenvolvido, seus itens foram escritos e administrados, seu formato projetado, os itens e estatísticas computados, a confiabilidade calculada e a evidência de validade foi obtida, o papel do profissional acaba”.



1) para um psicometrista, serve para mensurar o conhecimento linguístico dos indivíduos, isto é, trata-se de um instrumento para gerar dados válidos e fidedignos sobre o conhecimento das pessoas;

2) para um governo xenófobo, serve para selecionar, através da avaliação sobre a língua oficial, aquelas pessoas que o governo considera mais aptas a entrar no seu país, controlando, assim, a diversidade de sua população;

3) para um burocrata, serve como mecanismo para a imposição de políticas sociais e linguísticas<sup>3</sup>;

4) para as universidades e outras instituições públicas e privadas, serve como um mecanismo de distribuição de recursos sociais escassos (como vagas no ensino superior e vagas de emprego) entre os indivíduos.

Segundo Shohamy (2014), a combinação de duas fontes de poder, a “linguagem” e o “teste”, cria um poderoso mecanismo para o exercício do controle social. Por essa razão, os testes devem ser analisados por uma perspectiva crítica.

Analisar os testes por essa perspectiva implica assumir que o ato de examinar a linguagem não é neutro, mas envolve uma série de agendas sociais. Nessa perspectiva, os testes não são apenas instrumentos usados para avaliar o conhecimento, mas servem como ferramenta para definir qual conhecimento é considerado válido.

### **1.1.3 Dominação pelos exames**

Com base em Luckesi (2005), podemos diferenciar dois tipos de testes: os exames e as avaliações. Os primeiros têm a função de classificar e selecionar as pessoas – como os vestibulares – e os últimos têm o objetivo de diagnosticar o aprendizado – como a Provinha Brasil. Escolhemos aqui o vestibular como objeto de pesquisa. Assim, ao elegermos esse objeto, nos voltamos a um tipo específico de teste: o exame.

Segundo Freitas e Fernandes (2007), os exames têm a função de classificar e selecionar, sendo um fator de exclusão social. Assim, os exames mostram que os testes

---

<sup>3</sup> Confira o trabalho de Young (2012) para ver como o governo usou os testes para promover a língua estoniana e marginalizar a língua russa. Veja também, em Shohamy (2014), o exemplo de Israel, que implementou o teste de árabe como segunda língua a fim de aumentar o seu prestígio e a motivação dos professores e estudantes no estudo do árabe.

de linguagem são muito mais do que ferramentas de avaliação e mensuração do conhecimento.

Para Soares (1991), o exame é uma forma de dominação, pois através dele é possível exercer o controle sobre: 1) o que deve ser sabido; 2) se o/a avaliado/a sabe tudo o que se deve saber e apenas o que se deve saber; e 3) se sabe tal como se deve saber. Através do exame define-se, então, as realizações válidas de conhecimento de quem ensina e de quem é ensinado (BERSTEIN, 1996).

Isso é especialmente verdade em relação à linguagem. Para selecionar os/as mais “aptos/as”, os exames demandam o capital linguístico escolarmente rentável (BOURDIEU, 1989), isto é, a variedade linguística das classes dominantes<sup>4</sup>. Ao fazerem isso, além de manterem a hierarquia entre as variedades linguísticas, os exames tornam a aquisição do capital linguístico escolarmente rentável uma condição para o sucesso na prova. Dessa forma, os exames se tornam um instrumento necessário para converter o capital linguístico escolarmente rentável (variedade de prestígio) em capital simbólico (diploma de ensino superior).

Diante disso, os exames cobram muito mais do que aquilo que explicitamente pedem. Segundo Soares (1991), eles pressupõem aprendizagens que se desenvolvem fora da escola, longe da escola, antes da escola. Assim, a seleção social se dissimula sob a ilusão de seleção educacional/técnica. Essa dissimulação faz com que muitas pessoas das classes sociais mais desfavorecidas se autoeliminem ou se autoexcluem devido à sua baixa expectativa de êxito nos exames (BOURDIEU e PASSERON, 1970).

Os exames são, pois, um poderoso instrumento na manutenção da ordem social. Além de reproduzirem a dominação linguística, os exames podem ser usados para a legitimação dos papéis do/a avaliador/a e do/a avaliado/a. Isto é, por um lado, os exames servem para manter a autoridade dos/as avaliadores/as, que são considerados/as os/as detentores/as do conhecimento. Por outro lado, os exames também são reconhecidos e aceitos pelos/as avaliados/as, uma vez que os exames legitimam sua superioridade,

---

<sup>4</sup> Em seu estudo “economia das trocas linguísticas”, Bourdieu (1996) se refere às normas de prestígio como “capital linguístico escolarmente rentável”. Para Bourdieu, o capital não se reduz ao capital econômico, existem também outros tipos de capital: como o cultural e o social. Todas as formas de capital podem ser convertidas em capital simbólico, capaz de gerar efeitos de poder. “‘O capital linguístico’ é o poder conferido à determinada forma linguística, estilo ou dialeto associado à legitimidade e prestígio de posições sociais específicas – ele é crucial na conversão de outras formas de capital em capital simbólico” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p.101). Assim, o poder simbólico é uma forma transformada de outras formas de poder.

“dando aos avaliados o constante reconhecimento de quão bons eles são” (SHOHAMY, 2014, p.145).

#### **1.1.4 Examinar para disciplinar**

Há pouco refinamos a terminologia do nosso objeto de estudo, testes > exames, e discutimos como os exames são um poderoso instrumento na manutenção da ordem social. Discutiremos, agora, como exames podem ser usados como uma ferramenta disciplinadora e como os efeitos dos exames podem ser observados de maneira mais nítida em uma das principais instituições de nossa sociedade: a escola.

Conforme observa Luckesi (2008), o estabelecimento do ensino hoje está centrado no resultado das provas e exames. Essa pedagogia voltada para os exames é ainda mais forte no terceiro ano do ensino médio, em que “todas as atividades docentes e discentes estão voltadas para o treinamento de resolver provas” (LUCKESI, 2008, p. 17).

De acordo com Luckesi (2008, p. 25), essa pedagogia produz as seguintes consequências:

- 1) pedagogicamente: centraliza a atenção nos exames e não auxilia a aprendizagem dos estudantes;
- 2) sociologicamente: pode funcionar como instrumento de seleção social;
- 3) psicologicamente: desenvolve personalidades submissas por meio da internalização de padrões de condutas. Assim, o *habitus* (produto da interiorização de um arbítrio cultural) se perpetua mesmo quando a ação avaliativa cessa.

A escola é uma das grandes instituições responsáveis por conferir ao exame do vestibular a autoridade que ele tem em nossa sociedade. Para fazer esse exame, o avaliado deve ter passado por todo o processo de escolarização realizado pelo Aparelho Ideológico do Estado<sup>5</sup> “escola”. Assim, ao mesmo tempo em que os exames exercem uma grande influência nas práticas escolares, a escola exerce papel de destaque na reprodução do poder dos exames. Enquanto na escola os exames são usados como ferramenta para

---

<sup>5</sup> Althusser (1985) define os Aparelhos Ideológicos de Estado em contraposição aos Aparelhos Repressivos de Estado. Enquanto estes funcionam pela violência, aqueles funcionam prevalentemente pela ideologia. Em sua teoria, o Aparelho Ideológico de Estado por excelência é a escola (supostamente um lugar neutro e laico), que, pode-se dizer, substituiu a Igreja. Com base em Althusser (1985), é possível dizer que o duo Igreja-Família foi trocado pelo Escola-Família.

selecionar que alunos passarão ou não de ano, o vestibular determina quais alunos terão acesso ou serão excluídos da educação superior.

Diante disso, com base em Foucault<sup>6</sup> (2008, p.106), podemos dizer que os exames, principalmente o vestibular, constituem uma técnica de

vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder.

Portanto, devido ao seu caráter sancionatório e normalizador, os exames constituem uma técnica de poder disciplinar. O poder disciplinar é exercido por meio de recompensas – permitindo acesso a hierarquias e lugares – e punições – rebaixando e degradando. No caso do vestibular, a recompensa é o acesso e a punição é a exclusão do/a aluno/a do ensino superior. Portanto, o poder disciplinar encontra nos exames sua expressão máxima, pois classifica, pune e corrige.

Desse modo, além de contribuir para violência simbólica – imposição da cultura de uma classe sobre outra –, o exame pode servir como uma ferramenta disciplinar<sup>7</sup>. No caso do nosso objeto de estudo, esse poder disciplinar pode ser observado de forma mais nítida na escola. É nessa instituição onde o exame vestibular circula com mais vigor, pois nela se encontram seus principais consumidores/as: alunos/as e professores/as. Essa instituição também é o lugar onde as pessoas são mais nitidamente disciplinadas para atender às demandas dos exames.

### **1.1.5 Exame como atividade discursiva: gênero “questão de prova de vestibular”**

Após discutirmos os efeitos sociais dos exames – manutenção das estruturas sociais e disciplinarização –, podemos agora desenvolver uma discussão com um embasamento linguístico mais sólido sobre nosso objeto de estudo.

---

<sup>6</sup> Em seu trabalho, Shohamy (2014) destaca que existem evidências na biografia de Foucault que levam à conclusão de que ele próprio foi uma “vítima” dos exames. Isso levaria ele a ter um *insight* especial do efeito disciplinar dos exames no Ocidente.

<sup>7</sup> O uso dos exames com essa última finalidade significa “que os avaliados são forçados a mudar seu comportamento para atender às demandas dos testes” (SHOHAMY, 2014, p. 49).

Apesar dos exames serem recorrentemente temas de pesquisa em áreas como a Psicologia, Pedagogia e a Sociologia, queremos mostrar como esse mesmo objeto pode ser enxergado pelo prisma da Linguística, mais especificamente pelo prisma da Análise de Discurso Crítica. Os exames (vestibulares) são atividades discursivas relativamente estáveis. Essas atividades constituem aquilo que denominamos, dentro da Linguística, gênero discursivo. Bakhtin (2000) é o autor que fornece a base sobre a qual todas teorias do gênero<sup>8</sup> se desenvolvem. Apesar de existirem várias vertentes<sup>9</sup> no estudo dos gêneros, todas bebem dessa mesma fonte.

Refinando a terminologia que empregamos, chamaremos o gênero discursivo<sup>10</sup> usado no vestibular de “questão de prova” – mais à frente refinaremos mais o termo (cf. **1.1.6**). Na perspectiva da Análise de Discurso Crítica, a questão de prova, na condição de gênero discursivo, constitui uma forma de agir e interagir socialmente. Assim, Fairclough (2003) atribui um significado acional ao gênero discursivo.

Ao adotarmos uma perspectiva linguística crítica, nos interessa saber como esse gênero discursivo pode ser utilizado em um tipo específico de ação: o exercício de poder (cf. **1.2.6**).

O exercício de poder pode ser evidenciado por meio da análise de algumas variáveis contextuais que envolvem os textos instanciados no gênero questão de prova, a saber: campo, tenor e modo. Com base em Martin e Rose (2007a), podemos dizer que essas categorias se referem a: 1) natureza da atividade sendo desenvolvida através do gênero questão de prova (campo); 2) relação estabelecida entre os interactantes (tenor); e 3) papel da linguagem empregada no gênero (modo). Aplicando essas categorias aos textos instanciados no gênero questão de prova de vestibular, podemos expressar a relação

---

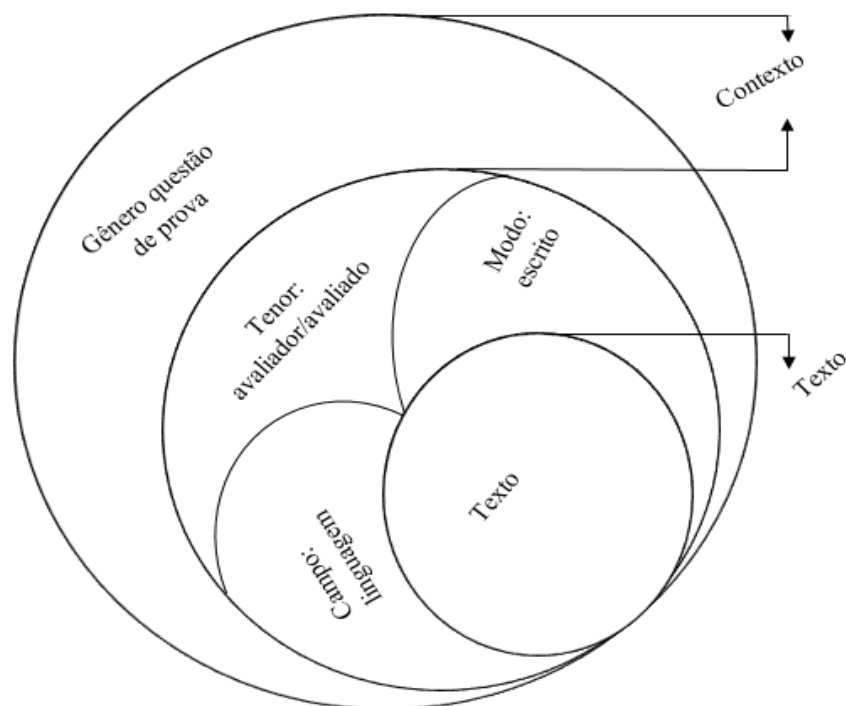
<sup>8</sup> Cada esfera de comunicação elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciado, designados por Bakhtin (2000) gêneros do discurso.

<sup>9</sup> Ainda que não represente um enquadre definitivo, eis o panorama apresentado por Marcuschi (2008) sobre as perspectivas teóricas em curso internacionalmente: perspectiva sócio-histórica (Bakhtin); perspectiva comunicativa (Steger, Gülich, Berkenkotter), perspectiva sistêmico-funcional (Halliday), perspectiva sócio retórica de caráter etnográfico voltada para o ensino de segunda língua (Swales, Bhatia), perspectiva interacionista e sociodiscursiva de caráter psicolinguístico e atenção didática voltada para língua materna (Bronckart, Dolz, Schneuwly), perspectiva da análise crítica (N. Fairclough; G. Kress), perspectiva sociorretórica/socio-histórica e cultural (C. Miller, Bazerman, Freedman).

<sup>10</sup> Não achamos que seja proveitoso entrar na discussão sobre qual termo deve ser empregado: gênero discursivo, gênero textual ou gênero do discurso. Não vemos, pois, problema na utilização de qualquer um desses termos neste trabalho. Inclusive, para evitar essa discussão, parece que muitos teóricos preferem utilizar somente o termo “gênero”.

entre os textos que são objetos dessa pesquisa e as variáveis contextuais da seguinte forma:

Figura 1 Gênero questão de prova - contexto



Fonte: Martin e Rose, 2007a (adaptado).

Como se pode observar da figura acima, a atividade sendo desenvolvida é a avaliação da linguagem (campo), a relação se estabelece entre avaliador/a e avaliado/a (tenor) e é empregada linguagem escrita (modo). Através dessas variáveis contextuais, podemos entender melhor o funcionamento do gênero questão de prova e sua autoridade (poder simbólico) no contexto ocidental.

Uma das variáveis que auxilia na explicação do prestígio do gênero na nossa sociedade é o *modo* escrito. Tendo em vista que a escrita é considerada um modo superior em relação à fala (STREET, 1995; RIOS, 2013), o poder atribuído à escrita ajuda a conferir autoridade ao gênero questão de prova<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Com base em Shohamy (2014), podemos citar também como fatores que conferem autoridade ao gênero: 1) o uso de formatos objetivos – como a questão de múltipla escolha; 2) o emprego da linguagem

Além de conferir prestígio ao gênero, o *modo escrito* propicia o monologismo na interação entre avaliador/a e avaliado/a. Esse monologismo tem implicações no *tenor*, pois interfere na distribuição de papéis de fala na interação. Isso fica especialmente evidente nas questões de múltipla escolha, nas quais o/a avaliador/a tanto solicita informações quanto determina a resposta para sua própria pergunta (gabarito). Ao solicitar informações, o/a avaliador/a define: 1) quais tópicos são relevantes para serem discutidos, isto é, o *campo* em que se insere o texto; 2) o que será tratado e o que não será dentro do *campo* escolhido; e 3) o que é verdade e o que não é a respeito do *campo* escolhido.

A assimetria no *tenor* confere ao gênero questão de prova a capacidade de legitimação de determinados discursos. Isso fica claro quando consideramos o status de detentor do conhecimento atribuído ao/à avaliador/a e quando percebemos que todas as suas proposições devem ser consideradas válidas pelo/a avaliado/a. Portanto, além de poder escolher o *campo* em que se insere a interação, o/a avaliador/a determina o que é e o que não é verdade dentro do *campo* escolhido<sup>12</sup>. Considerando o *campo* da linguagem, podemos dizer que o/a avaliador/a define: 1) a perspectiva sobre linguagem adotada, excluindo outras perspectivas científicas sobre o mesmo tema; 2) a abordagem ou não de temas como a variação linguística; e 3) a forma como esses temas serão trabalhados.

A exposição dessas variáveis não esgota, todavia, o que há para ser dito sobre o exame do vestibular, concretizado no gênero questão de prova. Por isso, um debate para além de seu contexto mais imediato é necessário. O gênero discursivo questão de prova de vestibular não se restringe à ação de examinar, ele influencia decisivamente na escolha dos temas que estudamos, na maneira como devemos falar/escrever, na visão de mundo que devemos ter. Consideramos, então, que boa parte do que entendemos sobre linguagem é influenciado por aquilo que nos avalia e, por conseguinte, por aquilo que estudamos.

Conforme discutiremos a seguir, grande parte desse poder do gênero questão de prova deriva da grande capacidade de recontextualização que ele possui.

---

numérica; e 3) o uso da “linguagem científica”. Em conjunto, esses fatores ajudam na manutenção do prestígio da questão de prova, pois dão a ela uma aparência de objetividade e neutralidade “científica”.

<sup>12</sup> Isso mostra a estreita relação que existe entre poder e produção de verdades, como discute Foucault (2008).

### **1.1.6 Recontextualização do gênero questão de prova de vestibular**

Uma vez aplicada a questão de prova no vestibular, o gênero questão de prova pode ser recontextualizado em vários “lugares” diferentes: livros, blogs, simulados etc. Ao analisar o gênero, devemos observar como essa grande capacidade de recontextualização confere poder à questão de prova. Um texto ideológico<sup>13</sup> veiculado em uma questão de prova de vestibular, por exemplo, pode ser recontextualizado numa sala de aula – inculcando ideologias nos/a alunos/as –, pode ser disseminado nas redes sociais – sustentando discursos hegemônicos – ou pode ser usado em materiais didáticos – perpetuando pedagogias discriminatórias. O gênero questão de prova produz efeitos diferentes em cada “lugar” em que é instanciado. Usaremos o conceito de “suporte textual” (MARCUSCHI, 2008) para nos referirmos a esses “lugares” em que o gênero é instanciado.

O suporte textual pode ser definido como “locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado no texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 174). O suporte, nessa perspectiva, não é neutro e o gênero<sup>14</sup> não fica indiferente a ele. O gênero questão de prova, por exemplo, não produz os mesmos efeitos quando está num livro didático e quando está numa prova de vestibular, que são suportes textuais diferentes. Por se tratar de um exame de larga escala, os textos veiculados nas provas de vestibular serão consumidos por milhares de pessoas; logo, seu potencial de disseminação ideológica é muito maior. Assim, a análise específica da questão de prova (gênero) na prova de vestibular (suporte) possui uma série de implicações.

Utilizando a perspectiva adotada por Fairclough (2003), podemos dizer que o gênero “questão de prova” é um gênero desencaixado, que pode ser utilizado nos mais diversos lugares – sala de aula, livros preparatórios para o vestibular, redes sociais. O fato do gênero questão de prova ser usado de forma tão recorrente e em tantos contextos indica o valor que a sociedade ocidental dá ao exame e como ele é uma ferramenta poderosa e eficaz de controle, na medida em que permeia e coloniza/regula diversas práticas sociais.

---

<sup>13</sup> Consideramos textos ideológicos aqueles que veiculam discursos discriminatórios, como o discurso de adequação linguística, o discurso racista, o discurso machista etc. Confira 1.2.5 para ter acesso à concepção de ideologia que adotamos.

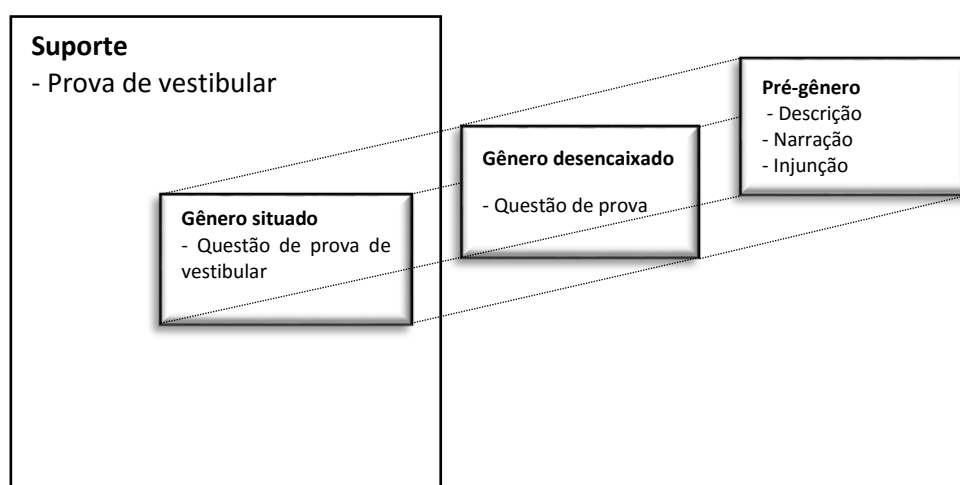
<sup>14</sup> Não acreditamos que a folha de papel deveria ser considerada, no caso da questão de prova, o suporte, pois: “Se fôssemos tomar o papel impresso como um suporte de uma maneira geral, não teríamos distinções entre livros, revistas, livros didáticos, quadro de avisos e outros como suportes distintos” (Marcuschi, 2008, p. 174).



Enquanto o “gênero questão de prova” pode ser denominado gênero desencaixado, o “gênero questão de prova de vestibular” pode ser visto como um gênero situado. Isto é, o gênero questão de prova de vestibular se instancia num evento – aplicação da prova – e num suporte específico – prova de vestibular. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos separar os gêneros em três níveis de abstração: 1) pré-gêneros, que constituem o nível mais abstrato e correspondem àquilo que Marcuschi (2008) denomina tipos textuais, isto é, narração, argumentação, exposição, descrição e injunção; 2) gêneros desencaixados (questões de prova), que são gêneros menos abstratos e não vinculados a práticas sociais específicas; e 3) gêneros situados (questões de prova de vestibular), que correspondem ao nível mais concreto e está vinculado a práticas sociais específicas.

Baseado em Giddens (1991), Fairclough (2006) analisa como o processo de desencaixe dos gêneros discursivos permite que eles se tornem uma tecnologia social que favorece o exercício do poder à distância. Por exemplo, as questões de prova de vestibular, ao serem desencaixadas de seus contextos específicos, acabam sendo recontextualizadas nas mais diversas formas no ambiente escolar: simulados, livros didáticos, aulas centradas na resolução de questões. Em cada novo contexto, o gênero é instanciado num suporte textual diferente e produz efeitos também diferentes. Assim, o suporte é um mecanismo fundamental para a recontextualização/reencaixe do gênero discursivo. Podemos representar a relação entre os gêneros – e seus variados níveis de abstração – e o suporte textual da seguinte forma:

Figura 2 Gênero e suporte



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, escolher analisar o suporte “prova de vestibular” – em vez de suportes como “material didático”, “simulado”, “prova de concurso” etc. – possui uma série de consequências para a pesquisa, como veremos a seguir.

### **1.1.7 Especificidades do gênero questão de prova de vestibular**

Diferente de outras questões de prova, o gênero questão de prova de vestibular é utilizado para selecionar e classificar as pessoas. Na função de examinar – que difere da função de avaliar –, o gênero questão de prova é usado para: 1) selecionar determinados conhecimentos considerados válidos; 2) quantificar aquilo que os/as alunos/as sabem dos conhecimentos selecionados; 3) permitir a troca desses valores – do conhecimento quantificado – por uma vaga no ensino superior.

Assim, diferente de questões de prova com finalidade formativa, que veem o conhecimento como processo, o gênero questão de prova de vestibular vê o conhecimento como produto. Esse produto tem um valor de mercado que pode ser trocado por outros produtos, como uma educação de qualidade, que pode constituir uma porta para o sucesso profissional. Desse modo, responder bem às questões de prova de vestibular, como coloca Shohamy (2014, p. 47), “pode levar a pessoa à melhor universidade e abrir o caminho para uma educação de excelência”, enquanto responder mal às questões pode levar a pessoa a não ingressar no sistema de educação superior ou ingressar em instituições que oferecem uma educação de baixa qualidade.

Dessa forma, o gênero questão de prova de vestibular produz efeitos específicos e, por conseguinte, possui poderes causais também específicos. Dentre os poderes desse gênero, podemos destacar os seguintes: 1) selecionar os considerados mais aptos para entrar na educação superior; 2) constituir um rito de passagem – saída da educação básica e entrada para o mundo acadêmico; 3) gerar estigmas sobre os indivíduos, pois, conforme pontua Shohamy (2014), as pessoas atrelam o desempenho dos indivíduos nos exames à sua inteligência; 4) controlar e selecionar os conhecimentos “verdadeiros”, definindo verdades sobre determinados temas; 5) perpetuar linguagens hegemônicas; 6) afetar a autoestima e a confiança das pessoas.

Nesta pesquisa, nossa principal preocupação é o poder do gênero questão de prova de vestibular de legitimar<sup>15</sup> discursos, especificamente discursos ideológicos – como o discurso de adequação linguística.

### **1.1.8 Panorama da pesquisa da ordem do discurso dos exames**

Conforme discutimos, muitas pesquisas sobre os testes foram feitas nas mais diversas áreas. Nossa pesquisa tem um enfoque diferente. Primeiro, não analisamos qualquer teste, temos por escopo um tipo específico: o exame, que constitui um instrumento de seleção social. Segundo, adotamos uma perspectiva linguística crítica para analisar o exame, visto como gênero discursivo – que constitui uma forma de agir sobre as pessoas. Terceiro, não temos por objeto a análise de qualquer tipo de exame – como as questões de prova de concurso público –, enfocamos as questões de prova de vestibular. Todavia, isso não esgota a apresentação do nosso objeto de pesquisa. Afinal, o gênero é apenas um dos elementos da ordem do discurso que estudaremos.

Dentro da ordem do discurso dos exames de vestibular, não examinaremos apenas o gênero discursivo – que constitui uma forma de agir linguisticamente –, mas também o discurso – forma particular de representar o mundo – que nele é instanciado. Especificamente, analisaremos o discurso de adequação linguística, que constitui uma forma ideológica de representar o mundo, legitimada pelo gênero discursivo questão de prova de vestibular.

Dessa forma, ao discutirmos neste capítulo o gênero, apresentamos “como” o discurso de adequação linguística pode ser legitimado. Na seção a seguir discutiremos o conteúdo desse discurso.

---

<sup>15</sup> Usamos o termo “legitimar” para nos referirmos principalmente à “autorização”, que constitui um tipo específico de estratégia de legitimação, baseada na “autoridade da tradição, costume, lei e pessoas que possuem algum tipo de poder institucional” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 98). Consideramos que, por sua autoridade simbólica, o gênero questão de prova é um poderoso instrumento para a “autorização”, isto é, para a legitimação de determinados discursos com base em sua autoridade.

## **1.2 Discurso de Adequação Linguística**

Na seção anterior, analisamos o gênero onde se instancia o discurso que é objeto desta pesquisa. Nesta seção, definiremos o que é aquilo que cunhamos de “discurso de adequação linguística”<sup>16</sup>. Para definir esse discurso, também explicaremos o que entendemos por ideologia (cf. 1.2.5) e poder (cf. 1.2.6). Assim, além de darmos uma visão panorâmica da ordem do discurso dos exames, mostraremos porque utilizamos os termos “discurso de adequação linguística” e “ideologia de adequação linguística” como sinônimos.

Considerando que neste capítulo não discutiremos apenas o problema de pesquisa, mas também os possíveis meios para solucionar o problema, apresentaremos o discurso de emancipação linguística e o conceito de consciência linguística crítica.

### **1.2.1 Origem do termo “discurso de adequação linguística”**

Dentro da Linguística, é possível encontrar muitas pesquisas que combatem os preconceitos sobre a língua e seus falantes (BORTONI-RICARDO, 2004; FARACO, 2008; HYMES, 1972; LABOV, 2008; SOARES, 1989). Ainda assim, a Linguística (não-crítica<sup>17</sup>) foi, e continua sendo, utilizada como instrumento de naturalização de desigualdades sociais. Discutiremos duas teorias que exemplificam esse fato: 1) a teoria do déficit linguístico, baseada nos trabalhos desenvolvidos nos anos 60 por Berstein<sup>18</sup>; e 2) os estudos sociolinguísticos tradicionais sobre variação linguística que, apesar de

---

<sup>16</sup> Apesar de tratarmos exclusivamente do discurso de adequação linguística num gênero discursivo específico, precisamos frisar que esse discurso não é instanciado apenas em questões de prova de vestibular, ele pode aparecer em uma gama de gêneros e suportes textuais – obras acadêmicas, revistas especializadas em linguagem, diversos tipos de materiais didáticos etc. Explicamos, na seção anterior, o porquê de escolhermos especificamente o gênero discursivo questão de prova de vestibular e as consequências dessa escolha. No final desta seção, retomaremos essa discussão.

<sup>17</sup> A discussão sobre o que vem ser uma linguística crítica suscita calorosos debates dentro da academia. Assim como Rajagopalan (2013, p. 80), entendemos que o termo “linguística crítica” (LC) pode ser usado como um guarda-chuva. Segundo o autor, a LC abrange a “Análise de Discurso Crítica”, a “crítica linguística” e outras propostas com nomes diferentes “(Chilton, 1985; Chouliariki e Fairclough, 1999; Fairclough, 1989, 1992, 1995; Fowler, 1986; Fowler et ali, 1979; Kress e Hodge, 1979; Wodak, 1989)” . Como discutiremos em 2.1.1, o termo crítico, para nós, se refere às pesquisas que tenham por escopo produzir conhecimentos que levem à emancipação das pessoas.

<sup>18</sup> Berstein desenvolveu a teoria dos códigos restrito e elaborado, que acabou sustentando uma ideologia que postulava que as crianças que provinham de classes sociais desfavorecidas tinham uma linguagem deficiente. Conforme apontam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 107), o trabalho inicial de Berstein em relação ao código restrito e elaborado suscitou um intenso debate acadêmico e político que distorceu a recepção e avaliação subsequente de sua teoria e das transformações que nela ocorreram.

desconstruírem a teoria do déficit linguístico, postulam a adaptação das minorias às condições sociais opressoras em que se encontram sob o pretexto de que essas pessoas alcançariam uma “mobilidade social ascendente”.

Com base em Fowler e Kress (1979), podemos fazer a distinção entre essas duas teorias nos seguintes termos: enquanto na teoria do déficit linguístico acredita-se que a fala das pessoas “com repertório linguístico deficiente” deve ser enriquecida para alcançar o nível dos/as falantes das classes sociais mais prestigiadas, na teoria da variação linguística acredita-se que o repertório comunicativo deve ser expandido para que haja a adequação dos falantes aos diversos contextos comunicativos dominados pelos/as falantes das classes sociais favorecidas.

Assim, por mais que represente um grande avanço em relação à teoria do déficit linguístico, a teoria tradicional de variação linguística não trata de maneira satisfatória o problema da dominação linguística. Calcada nos estudos de Labov (2008), a teoria tradicional de variação linguística reconhece a heterogeneidade estruturada da língua, mas não trabalha as relações de poder entre seus usuários. Segundo Janks (2000), isso leva à celebração da diversidade linguística sem o reconhecimento da dominação dos grupos linguísticos poderosos.

Essa dominação pode ser vista, principalmente, no fato de que nem todas as linguagens/letramentos/gêneros/discursos são igualmente aceitas. Podemos dizer que essa aceitação diferenciada decorre em grande parte da influência de teorias linguísticas tradicionais, que as pessoas, conscientemente ou inconscientemente, usam para compreender a realidade linguística. Nos referimos a essas teorias tradicionais – nas quais as linguagens/letramentos/gêneros/discursos dos grupos sociais desempoderados são representadas como naturalmente inapropriadas – com o termo discurso de adequação linguística. Usamos o termo “adequação” em “discurso de adequação linguística” principalmente para ressaltar como adjetivos como “apropriado”, “típico” e “normal” – comumente usados na literatura tradicional sobre variação (cf. FOWLER e KRESS, 1979, p. 193) – são empregados para naturalizar a ordem sociolinguística e eufemizar a discriminação social.

Conforme o nome sugere, o discurso de adequação linguística constitui uma representação de mundo e, de acordo com essa representação, as pessoas devem se conformar com a ordem sociolinguística como ela está. Assim, não é raro ouvir das pessoas que sustentam esse discurso que a linguagem reflete a sociedade e que, para que ocorra uma mudança na linguagem, antes é necessário que ocorra uma mudança na

sociedade. Assim como Cameron (2004), rejeitamos essa tese de que a “linguagem apenas reflete a sociedade”. Com base em Fairclough (2003), postulamos que a linguagem é parte do social. Isso implica dizer que, da mesma forma que a sociedade influencia a linguagem, essa última também exerce influência sobre a sociedade.

Dessa forma, ao criticarmos aquilo que denominamos de “discurso de adequação linguística”, queremos mostrar que as convenções linguísticas<sup>19</sup> não apenas refletem como a sociedade é, mas também que podemos mudar, através de nossas escolhas linguísticas, convenções linguística opressoras.

Agora que já discutimos de onde veio o termo “discurso de adequação linguística”, podemos a seguir passar aos pressupostos desse discurso.

### **1.2.2 Pressupostos do discurso de adequação linguística**

Ao usarmos o termo discurso, em discurso de adequação linguística, nos referimos a uma maneira particular de representar o mundo. Essa maneira específica de representar o mundo, como mostraremos, constitui uma ideologia. Segundo Cameron (2003, p. 447), estudos acerca de ideologias sobre a linguagem emergiram recentemente, ganhando bastante atenção dos sociolinguistas e dos linguistas antropólogos. De acordo com a autora, o termo “ideologia sobre a linguagem” é geralmente usado nessa literatura para fazer referência a “*representações* através das quais a linguagem é imbuída com significado cultural para uma certa comunidade”.

Nessas representações sobre a linguagem, certos temas são recorrentes. Dentre esses temas, Cameron (2003) destaca os seguintes: 1) a origem da linguagem; 2) os motivos por que as linguagens diferem umas das outras e qual o significado disso; 3) como as crianças aprendem a falar; e 4) qual a maneira adequada de se usar a linguagem. Considerando que não pretendemos estudar todas as ideologias sobre a linguagem que existem, nos ocuparemos principalmente das representações sobre o quarto tema – como a linguagem deve ser usada.

---

<sup>19</sup> Conforme lembra Fowler (1986, p. 46), uma “convenção é o que é partilhado por muitas pessoas”, “aquilo que é relativamente estável”. Segundo esse linguista, o termo convenção também pode ser associado a conservadorismo. Isto é, ao mesmo tempo em que traz estabilidade, uma convenção cria conformismo e resistência. Considerando que as convenções são práticas sociais com estabilidade apenas relativa, acreditamos que os atores sociais são capazes de produzir mudanças nas convenções linguísticas, principalmente quando elas forem discriminatórias.

Existem muitos trabalhos, principalmente dentro da Sociolinguística, que mostram como os gramáticos tradicionais julgam que a linguagem deve ser usada (BAGNO, 2003, 2007, 2009; FARACO, 2008; POSSENTI, 2009). Ao termos por objeto de estudo o discurso de adequação linguística, queremos mostrar como os/as linguistas, principalmente os/as sociolinguistas tradicionais, julgam que a linguagem deve ser usada. A escolha por tratar especificamente dessa representação reflete nossa preocupação de como discursos discriminatórios estão sendo alçados ao nível de verdades científicas. Dizemos verdades científicas porque o discurso de adequação é respaldado por uma ciência: a Linguística.

Como observa Fairclough (1995), é lugar-comum na Linguística que a linguagem varia e que essa variação pode ser julgada apropriada conforme os diferentes propósitos e as diferentes situações. Esse pressuposto é a base sobre a qual se alicerça o discurso de adequação linguística. Com base nesse pressuposto, alguns linguistas sustentam a hegemonia<sup>20</sup> de determinadas convenções linguísticas.

Os/as linguistas que propagam o discurso de adequação reconhecem a validade de todas as variedades linguísticas e estabelecem que o uso de cada variedade depende da função em que a língua é empregada. No entanto, o que muitas vezes esses/as linguistas não percebem é que o discurso de adequação promove uma verdadeira divisão de trabalho entre as variedades linguísticas. Em outras palavras, esse discurso estabelece que todas as variedades são válidas, mas que cada uma serve a uma função específica. Dessa forma, a representação da diversidade camufla a desigualdade que existe entre as variedades linguísticas – logo, entre os/as falantes dessas variedades. Afinal, as variedades linguísticas diferentes das variedades de prestígio são sempre vinculadas ao domínio privado, sendo excluídas do domínio público, formal e escrito – que têm mais prestígio social.

Segundo Fairclough (1995, p. 249) “é comum ver linguistas escrevendo sobre o que ‘é apropriado’ em uma comunidade de fala em vez de ‘o que é julgado apropriado’ (por grupos específicos)”. Podemos dizer que a distinção feita no discurso de adequação entre o que é apropriado e o que não é constitui uma “metáfora gramatical” (HALLIDAY

---

<sup>20</sup> Com base em Gramsci (1988), podemos dizer que a hegemonia se refere à criação do senso comum, responsável pela manutenção da ordem social. Quando as pessoas tomam certas ideias como naturais, inquestionáveis e incontroversas, temos a hegemonia. Assim, a hegemonia, *grosso modo*, diz respeito a como grupos dominantes controlam as ideias dos grupos dominados a fim de que esses aceitem a dominação daqueles.

e MATTHIESSEN, 2014). Essa metáfora pode ser expressa de uma maneira mais explícita na seguinte análise:

formulações como “a variedade x (não) é apropriada no contexto y” expressa metaforicamente uma relação histórica entre pessoas – aqueles que falam a língua, aqueles que lutam para impor a hegemonia e aqueles que contestam isso – como uma relação atemporal entre coisas: entre uma variedade e um contexto. É um caso de “metáfora gramatical” no sentido de Halliday (1985). Elas constroem aquilo que é histórico e contingente como se fosse natural e necessário. (FAIRCLOUGH, 1995, p. 248-249)

Assim, a “metáfora gramatical” que constrói o discurso de adequação linguística naturaliza a realidade linguística. Isto é, os/as linguistas que disseminam o discurso de adequação linguística representam a realidade linguística como imutável, independente de atores sociais, ao não especificarem: 1) quem considera as variedades (in)apropriadas; 2) de quem são as variedades consideradas (in)apropriadas; e 3) quem são as pessoas presentes nos contextos em que as variedades consideradas (in)apropriadas são usadas.

Desse modo, os/as linguistas que sustentam o discurso de adequação analisam a dominação linguística como um “dado”. Em outras palavras, esses/as linguistas descrevem a realidade linguística e a variação linguística, mas não explicam<sup>21</sup> satisfatoriamente o porquê das variedades linguísticas de grupos que ocupam espaços de poder na estrutura social são utilizados nos espaços socialmente valorizados e o porquê das demais variedades serem marginalizadas.

Diante disso, postulamos que os modelos de variação linguística que sustentam o discurso de adequação cumprem uma função ideológica, uma vez que “representam um objetivo político como uma realidade sociolinguística” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 242). Ou seja, nesses modelos a ordem sociolinguística é apresentada como natural e não como naturalizada para atender aos interesses de determinados grupos linguísticos.

Assim, consideramos que a crítica àquilo que chamamos de discurso de adequação deveria ser uma parte central de qualquer estudo crítico da linguagem, como é o caso desta pesquisa.

---

<sup>21</sup> Ao criticar a sociolinguística quantitativa laboviana, Cameron (2014, p. 92) observa: “uma pessoa não explica uma generalização descritiva (como ‘uma mulher trabalhadora de idade em entrevistas informais tem uma contagem média de (r) em n%’) simplesmente repetindo essa descrição inúmeras vezes. Em vez disso, a pessoa é obrigada a questionar em virtude do que essa correlação se mantém”.



Feitas essas considerações, passaremos agora à discussão de um conceito fundamental para esta pesquisa: “consciência linguística crítica”.

### **1.2.3 Discurso de adequação x Consciência linguística crítica**

Podemos dizer que o discurso de adequação linguística deriva da Linguística não-crítica, que ignora as questões de poder que permeiam a linguagem. Por isso, acreditamos que os estudos críticos da linguagem preenchem uma lacuna importante – mas geralmente ignorada – dentro da Linguística. Segundo Fairclough (1992, p. 7), o estudo crítico da linguagem:

não significa um ramo de estudos da linguagem, mas uma orientação em direção à linguagem (e pode ser o embrião de uma nova teoria da linguagem) com implicações em vários ramos. Tal estudo pode esclarecer como as convenções e práticas da linguagem são investidas de relações de poder e processos ideológicos, dos quais os indivíduos são frequentemente inconscientes. Critica as correntes dominantes nos estudos da linguagem por considerar as convenções e práticas em seu valor superficial, como objetos a serem descritos, de modo a obscurecer seu investimento político e ideológico.

Assim, para uma abordagem crítica da linguagem, dar um passo para além da descrição linguística e relacionar as convenções linguísticas às questões de poder é um movimento fundamental, pois:

Se as relações de poder estão implicitamente sendo exercidas pela linguagem, e se as práticas linguísticas estão sendo conscientemente controladas e inculcadas, então um linguista que se contenta com a descrição das práticas linguísticas sem tentar explicá-las e relacioná-las com as relações sociais e de poder que as subjazem parece estar esquecendo um ponto importante (FAIRCLOUGH, 1992, p.6)

O discurso de adequação, presente no trabalho de muitos/as linguistas, é um dos principais escamoteadores das relações de poder presentes nas práticas linguísticas. Esse discurso é, conseqüentemente, um obstáculo ideológico para o desenvolvimento daquilo que chamamos de consciência linguística crítica, doravante CLC.

Os teóricos que trabalham com a CLC (FAIRCLOUGH, 1995; JANKS e IVANIC, 1992; CLARK *et al.*, 1996) defendem a necessidade de alertar as

peças de que a linguagem pode contribuir tanto para a reprodução quanto para a transformação social.

É claro que, ao propormos que as pessoas têm que ser conscientizadas sobre ideologias a respeito da linguagem – como a ideologia de adequação linguística –, defendemos mais do que uma simples elucidação. A conscientização é o primeiro passo rumo à ação. Conforme Janks e Ivanić (1992, p. 317): “Mover-se da consciência passiva em direção à ação significa aprender a escolher quando se conformar às convenções como elas são, ou desafiá-las, e assim ajudar a abrir novos caminhos”. Afinal, se o discurso não tivesse poder causal – e fosse capaz de influenciar o comportamento das pessoas – de nada adiantaria essa dissertação, já que o discurso de adequação linguística não produziria efeitos sociais, nem nosso discurso serviria como oposição ao discurso de adequação.

Apesar de insistirmos em mostrar as consequências nocivas de se reproduzir o discurso e as práticas de adequação linguística, não insistimos em sua oposição direta. Parte da função da CLC é mostrar quais são os melhores momentos para se opor a convenções linguísticas opressoras. Consideramos, por exemplo, que o vestibular não é um bom momento para desafiar as convenções linguísticas, tendo em vista as consequências da não adequação: exclusão do ensino superior.

Se desafiamos uma série de convenções sobre a escrita acadêmica nessa dissertação (cf. introdução), é porque consideramos os riscos envolvidos em nossas escolhas. Podemos dizer, então, que a CLC trata disso: saber pesar os riscos e as recompensas de nossas escolhas linguísticas.

#### **1.2.4 Discurso de adequação linguística x discurso de emancipação linguística**

Considerando que estamos usando o termo discurso para designar representações particulares de mundo, podemos chamar o discurso<sup>22</sup> que leva à CLC de “discurso de emancipação linguística”. Esse discurso tem como foco a desconstrução de discursos discriminatórios – como o discurso de adequação linguística. Usamos o termo emancipatório para qualificar esse discurso com base em Janks e Ivanić (1992, p. 306). Para elas: “Quando o discurso quebra o ciclo de reprodução da dominação, ele se torna emancipatório”.

---

<sup>22</sup> Numa perspectiva realista crítica, podemos dizer que o discurso, em seu sentido mais concreto, se refere à dimensão transitiva do conhecimento. Em outras palavras, trata-se da teoria que empregamos para entender o mundo, que corresponde à dimensão intransitiva.

Enquanto o discurso de adequação linguística está baseado numa tradição que vê a ordem sociolinguística como natural e como um dado a ser descrito, o discurso de emancipação linguística dá ênfase a como a ordem sociolinguística é transformada e reproduzida pelas relações de poder que se desenvolvem entre os usuários da língua. Isto é, enquanto um se limita a descrever – e legitimar – a ordem sociolinguística, o outro tenta fornecer uma explanação crítica para ela.

Se a conscientização linguística crítica está vinculada ao discurso de emancipação, podemos dizer que o discurso de adequação está vinculado àquilo que se denomina “consciência linguística”. Segundo Clark *et al.* (1996, p. 38), o termo consciência linguística – que começou a ser usado nos anos 80 na Grã-Bretanha – se refere a uma abordagem de ensino de língua que “se fundamenta na atenção consciente às propriedades e uso da linguagem”.

Conforme Clark *et al.* (1996), a consciência linguística constitui um avanço na abordagem da linguagem, que não é vista mais pelo prisma totalmente maniqueísta da gramática tradicional. Apesar de trazerem grandes avanços na abordagem da linguagem, os/as linguistas que trabalham com a conscientização linguística – logo, com o discurso de adequação linguística – assentam seu discurso em pressupostos equivocados sobre a ordem sociolinguística<sup>23</sup>. Não basta despertar a “consciência linguística” dos/as falantes para o fenômeno da variação linguística, pois, sem uma perspectiva crítica<sup>24</sup>, a teoria da variação empregada no discurso de adequação serve como instrumento de legitimação da ordem social.

Com base em CLARK *et al.* (1996), podemos fazer a seguinte distinção entre consciência linguística (CL) e consciência linguística crítica (CLC):

---

<sup>23</sup> Com base em Fairclough (1995), podemos destacar os seguintes equívocos: 1) a escola, diferentemente do que se pensa, não pode resolver os efeitos da classe social e equalizar o capital cultural pelo acesso às variedades de prestígio; 2) a transmissão de práticas e valores da norma linguística padronizada, sem a conscientização crítica, implicitamente legitima a distribuição assimétrica do capital cultural; 3) a representação da norma padronizada e de outras variedades como diferentes em condições de adequação nada mais é do que dar à desigualdade a aparência de diversidade: a norma padronizada é vinculada a situações que possuem alguma influência social, enquanto as outras variedades são vinculadas às margens sociais; 4) a atribuição da estigmatização das variedades linguísticas a um preconceito individual dissimula a estigmatização social sistemática das variedades; 5) a consequência inevitável da elevação da norma padronizada é o rebaixamento das outras variedades.

<sup>24</sup> Ao defenderem a CLC, Clark *et al.* (1996, p. 38) postulam uma “conscientização crítica do mundo e das possibilidades para mudá-lo. No caso da linguagem, é uma questão de olhar as práticas existentes de uma dada ‘ordem sociolinguística’ como socialmente criada dentro das relações sociais particulares, e, portanto, mutável”.

Quadro 1 - CL e CLC

	<b>Objetivos</b>	<b>Motivações</b>	<b>Escolarização</b>	<b>Linguagem</b>
<b>Consciência Linguística</b>	Interação social	Legitimação da ordem social e sociolinguística	Adequação à ordem social	Ordem natural
<b>Consciência Linguística Crítica</b>	Emancipação social	Crítica e mudança da ordem social e sociolinguística	Preparação para trabalhar dentro da ordem social e mudá-la	Ordem naturalizada

Fonte: CLARK *et al.*, 1996, p. 39 (adaptado).

O foco da conscientização linguística crítica – promovida pelo discurso de emancipação linguística – é fortalecer e emancipar as pessoas, fornecendo subsídios para que elas sejam capazes de mudar práticas linguísticas dominantes no curso de suas vidas. Enfatizamos o termo “consciência” porque ela é um pré-requisito para qualquer ação que vise a mudança.

Assim, a CLC é também um facilitador para o discurso de emancipação (linguística), que “desafia, rompe e pode a vir a transformar as ordens do discurso dominantes, como parte da luta dos grupos sociais oprimidos contra os grupos dominantes” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 239). É claro que a conscientização linguística crítica não se reduz à desconstrução daquilo que chamamos de discurso de adequação linguística. Esse discurso representa um recorte de um universo de discursos discriminatórios que existem em nossa sociedade. Para a desconstrução desses discursos, acreditamos que as pessoas devem desenvolver uma forte consciência da linguagem, inclusive dos seus aspectos formais (cf. 2.1 e 2.2). Assim, nosso discurso não constitui uma apologia à ignorância, ao questionar convenções linguísticas hegemônicas, mas sim toma como condição necessária para a CLC o conhecimento de como a linguagem funciona e de como ela pode ser usada.

Ao sustentarmos que o discurso pode sustentar relações de dominação, estamos postulando que a linguagem pode ser usada ideologicamente. Desse modo, podemos dizer

que o discurso de adequação linguística constitui uma ideologia. Temos, contudo, que definir melhor o que entendemos por “ideologia”. É o que faremos a seguir.

### **1.2.5 Discurso de adequação: uma ideologia**

Como dissemos, o discurso de adequação representa uma ideologia. No entanto, não definimos até então o que entendemos pelo termo. Passemos a isso então.

Ao se iniciar uma discussão sobre ideologia, a primeira coisa a ser feita é deixar claro qual o referencial teórico adotado. Começemos essa tarefa com Eagleton (1997, p. 15), que inicia a apresentação de ideologia com dezesseis possíveis definições do conceito, quais sejam: 1) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; 2) oclusão semiótica; 3) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; 4) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; 5) comunicação sistematicamente distorcida; 6) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; 7) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; 8) aquilo que confere certa posição a um sujeito; 9) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; 10) pensamento de identidade; 11) ilusão socialmente necessária; 12) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; 13) conjunto de crenças orientadas para a ação; 14) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; 15) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural; e 16) a conjuntura de discurso e poder.

Como se pode constatar, boa parte dessas definições são incompatíveis entre si, o que nos dá uma boa percepção de como o conceito é complexo e precisa ser discutido com critério.

Os critérios para a definição de ideologia são os mais diversos. Alguns teóricos, como Bhaskar (2009), se voltam mais para as questões epistemológicas (verdade ou falsidade das ideias), enquanto outros se preocupam mais com a função da ideologia na vida social, isto é, com suas consequências políticas e sociais (ALTHUSSER, 1985). Alguns dão ao conceito um sentido negativo e o associam sempre à dominação e exploração (CHAUI, 2001), outros preferem dar maior amplitude ao termo e, dessa forma, neutralizar ele politicamente (DIJK, 2005).

Esquematizando essa gama de definições, Thompson (2002) faz a distinção entre dois tipos de concepção de ideologia: neutra e crítica. Na primeira, as análises sobre a

ideologia possuem um teor mais descritivo, isto é, nesta concepção a ideologia pode servir tanto para a manutenção como para a transformação da ordem social. Na segunda, as ideologias são vistas por um prisma negativo, isto é, nessa concepção os fenômenos caracterizados como ideológicos são vistos como “enganosos, ilusórios ou bilaterais” (THOMPSON, 2002, p. 82).

Nesta pesquisa, adotamos uma concepção crítica de ideologia. Com base em Thompson (2002, p. 85), definimos que “estudar a ideologia é estudar as maneiras pelas quais o significado serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação”<sup>25</sup>. Nessa concepção, os fenômenos ideológicos não são necessariamente ilusórios. Assim, nosso foco não é necessariamente definir a verdade ou falsidade dos fenômenos ideológicos, mas entender como os fenômenos simbólicos servem para perpetuar as relações de dominação.

Considerando que as relações de dominação são perpetuadas pela linguagem, Thompson (2002) propõe que a ideologia seja analisada através de cinco modos gerais: 1) **legitimação** – formas simbólicas são apresentadas como justas e dignas de apoio; 2) **dissimulação** – formas simbólicas são apresentadas de modos que desviam a atenção; 3) **unificação** – faz-se a construção de uma identidade coletiva, independentemente das diferenças individuais e sociais; 4) **fragmentação** – faz-se a segmentação dos grupos ou indivíduos que possam significar ameaça aos grupos detentores do poder; e 5) **reificação** – os processos são tratados como coisas.

Além dos modos gerais, existem estratégias típicas – subcategorias dos modos gerais – de operação da ideologia, apresentadas na tabela a seguir:

---

<sup>25</sup> A concepção de ideologia de Thompson é inspirada na concepção latente de ideologia de Marx. Segundo Thompson (2002), Marx garantiu um lugar de destaque para o conceito de ideologia em seu sistema teórico. No entanto, como explica Thompson, sua abordagem pouco clara e ambígua ajudou a criar a confusão daquilo que se entende por ideologia ainda hoje. O autor identifica em Marx três concepções de ideologia que se distinguem e por vezes se sobrepõem: polêmica, epifenomênica e latente. Na concepção polêmica, “a ideologia é uma doutrina e atividade teórica que erroneamente considera as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições e características reais da vida sócio-histórica” (THOMPSON, 2002, p. 55). Na concepção epifenomênica, “a ideologia é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa de maneira ilusória as relações de classe” (THOMPSON, 2002, 59). Na concepção latente, “ideologia é um sistema de representações que serve para manter as relações existentes de dominação de classe ao orientar os indivíduos para o passado mais do que para o futuro, ou para imagens ou ideais que ocultam as relações de classe e se apartam da busca coletiva da mudança social” (THOMPSON, 2002, p. 62). Conforme se pode observar, essa última concepção é a mais aproximada da concepção que adotamos, isto é, a mais aproximada da concepção de ideologia de Thompson (2002).

Quadro 2 - Definições de ideologia

<b>Modos gerais</b>	<b>Estratégias típicas</b>	
<b>Legitimação</b>	Racionalização	construção de uma cadeia de raciocínios que visam defender ou justificar um conjunto de relações ou instituições sociais.
	Universalização	representação de acordos institucionais que servem aos interesses de poucos indivíduos como se servissem ao interesse de todos.
	Narrativação	narração do presente como parte de uma tradição imemorial e apreciada.
<b>Dissimulação</b>	Deslocamento	emprego de um termo relativo a um objeto ou indivíduo para fazer referência a outro objeto ou indivíduo.
	Eufemização	descrição das ações, instituições ou relações sociais em termos que geram uma valoração positiva.
	Tropo	uso figurado da linguagem ou, mais amplamente, das formas simbólicas.
<b>Unificação</b>	Padronização	adaptação das formas simbólicas a um marco de referência padrão que é promovido como a base aceitável e comum das trocas simbólicas.
	Simbolização da unidade	construção de símbolos de unidade, de identidade coletiva e de identificação, que se difunde em um grupo ou em uma pluralidade de grupos.
<b>Fragmentação</b>	Diferenciação	ênfase das diferenças e divisões existentes entre os grupos e indivíduos
	Expurgo do outro	construção de um inimigo que é retratado como maligno, daninho ou ameaçador.
<b>Reificação</b>	Naturalização	representação de um estado de coisas (que seja uma criação social ou histórica) como um resultado inevitável das características naturais.
	Eternalização	privação do caráter histórico dos fenômenos sociais, que são tratados como permanentes, invariáveis e sempre recorrentes.

Fonte: Thompson, 2002 (adaptado).

Thompson frisa que essas não são as únicas maneiras de operação da ideologia e que não necessariamente operam de modo independente. No entanto, essas estratégias só serão ideológicas, é importante repetir, se servirem para sustentar relações de dominação.

Apesar de não ser linguista – ou talvez justamente por causa disso –, Thompson nos oferece um importante *insight* de como o discurso pode ser utilizado para reproduzir relações assimétricas de poder. Por isso, acreditamos que seu trabalho tem muito a contribuir para os estudos críticos da linguagem, uma vez que esses estudos têm por

objetivo “ajudar as pessoas a se conscientizarem das causas e consequências opacas de seus discursos” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 42). Desse modo, acreditamos que a concepção de ideologia de Thompson pode contribuir muito para o desenvolvimento da consciência linguística crítica.

Assim, ao adotarmos a concepção de ideologia de Thompson, queremos mostrar que o discurso de adequação linguística é tanto uma ideologia sobre a linguagem como é uma ideologia disseminada pela linguagem.

### **1.2.6 Discurso de adequação linguística, ideologia e poder**

Nas seções 1.2.1 e 1.2.2, definimos o discurso de adequação linguística e o classificamos como uma ideologia. Após, na seção 1.2.5, definimos o que entendemos por ideologia. Agora, falta definirmos outro conceito recorrente na literatura da Análise de Discurso Crítica (ADC) – teoria que sustenta este trabalho –, fundamental para a discussão sobre o discurso de adequação linguística e sobre o gênero questão de prova de vestibular, qual seja: “poder”.

Assim como a ideologia, o poder pode ser entendido de maneiras diferentes. Os dois termos, aliás, estão intimamente ligados. Afinal, a concepção de ideologia que adotamos se associa “com as maneiras em que as formas simbólicas se intersectam com as relações de poder<sup>26</sup>” (THOMPSON, 2002, p. 85). Em outras palavras, a ideologia trata das maneiras como se mobiliza o significado de forma a fortalecer os indivíduos e grupos que ocupam posições de poder.

Começamos discutindo o assunto com as considerações de Lebrun (1981), que faz uma importante distinção entre potência e ato. Potência (*dynamis*) é a capacidade de desempenhar determinada ação, ainda que nunca se passe ao ato (*ergon*). Podemos fazer uma analogia entre “potência e ato” e “‘poder para’ e ‘poder sobre’”, esses últimos empregados na ADC. Segundo Fairclough e Fairclough (2012), o “poder para” é uma capacidade humana, que pode ou não ser exercida, para mudar a realidade. Já o “poder sobre” é um tipo específico de poder para, pois implica uma relação assimétrica de poder,

---

<sup>26</sup> Conforme Fairclough (1989, p. 34), relações de poder não se reduzem a relações de classes. Existem, por exemplo, relações de poder entre homens e mulheres, brancos e negros, velhos e jovens etc. “Relações de poder são sempre relações de luta, usando o termo em um sentido técnico para fazer referência ao processo em que grupos sociais com diferentes interesses se relacionam”. Assim, como as relações de classe são as relações mais fundamentais em uma sociedade dividida em classes, as relações de poder entre as classes são o tipo mais fundamental de relações de poder.



em que a pessoa que possui o poder consegue fazer com que as pessoas façam algo que, de outra maneira, não fariam.

Tendo em vista que na ADC se privilegia a manifestação do poder através do discurso, Fairclough e Fairclough (2012) também diferenciam o “poder no discurso” e o “poder por trás do discurso” – sendo ambos a manifestação do “poder sobre”. O “poder no discurso” se relaciona à capacidade de escolher como os eventos serão discutidos, como eles serão representados etc. O “poder por trás do discurso”, por sua vez, se relaciona com a habilidade de compelir as escolhas dos outros, impelindo as pessoas a viverem de um certo modo.

Basicamente, Fairclough (1989) diz que o exercício do poder pode ser feito de duas maneiras: pela coerção ou pelo consentimento<sup>27</sup>. Essas duas maneiras podem ocorrer nas mais diversas combinações. A ideologia é o principal mecanismo para se dominar pelo consentimento. Sobre essa equação “poder = coerção”, geralmente feita nas discussões sobre o termo poder, Lebrun (1981, p. 46) sintetiza “o poder não é um caso extremo de exercício da autoridade: ao contrário, é a sua violência, quando em surdina, que torna possível uma aparência de autoridade cortês e benevolente. E isso, em qualquer sociedade que seja”.

Muitos/as estudiosos/as, como Marx, acreditam que para que uma pessoa ou grupo possua poder é necessário que a outra pessoa/grupo não possua. Nessa perspectiva, o jogo do poder é um jogo de soma zero. Esse ponto de vista, contudo, não é consensual. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) refuta tal tese.

Para Foucault, o poder moderno é menos uma instância repressiva e mais uma instância de controle, que se ocupa mais de disciplinar do que punir. Segundo Foucault (1987, p. 30) o poder não tem um “dono”, antes ele é um exercício:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos: que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio.

---

<sup>27</sup> Essa diferenciação pode ser relacionada também aos conceitos de Aparelhos Ideológicos do Estado e Aparelhos Repressores do Estado, utilizados por Althusser (1985).

Demonstrando o conflito teórico que o termo suscita, Lebrun (1981, p. 8) rebate a tese de Foucault:

Quando a questão é compreender como foi e continua sendo possível a resignação, quase ilimitada, dos homens perante os excessos do poder, não basta invocar as “disciplinas” e as mil fórmulas de adestramento que, como mostra Foucault, são achados relativamente recentes da modernidade. Sua origem e seu sucesso talvez se devam a um sentimento atávico dos deserdados, de serem por natureza excluídos do poder, estranhos a este – talvez derivem da convicção de que opor-se a ele seria loucura comparável a opor-se aos fenômenos atmosféricos. Ainda que o poder não seja uma coisa, ele torna-se uma, pois é assim que a maioria dos homens o representa. É preciso situar a tese de Foucault dentro dos seus devidos limites: o homem condicionado, adestrado pelos poderes, é o privilegiado, o europeu. Não é o colonizado, não é o proletário do Terceiro Mundo (assim como não era o proletário europeu do Século XIX). Estes, o poder não pensa sequer em domesticar: domina-os – e muito de cima. Voltamos, assim, à teoria da “soma zero”.

Concordamos com Lebrun (1981), que afirma que para que alguém possua poder é necessário que outra pessoa não possua. Contudo, conforme ressalta van Dijk (2008, p. 27), é importante lembrar que nem todo poder é necessariamente ruim:

É um mal-entendido comum dizer que o poder é inerentemente ‘ruim’ e que a análise de discurso e poder é, por definição, uma análise crítica (...) O poder, óbvia e trivialmente, pode ser usado para muitos propósitos neutros ou positivos, como quando os pais e professores educam as crianças a mídia nos informa, os políticos nos governam, a polícia nos protege e os médicos nos curam – cada um com seus próprios recursos especiais.

Dessa forma, a ADC está mais preocupada na análise do abuso do poder do que em seu exercício legítimo. Essas formas de abuso de poder constituem aquilo que chamamos de dominação.

Outro autor muito usado no campo da ADC para discutir o poder é Bourdieu (1989, p.8), que analisa principalmente uma forma específica de poder, qual seja, o poder simbólico. Segundo o autor, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Thompson (1995) mostra a estreita relação que existe entre poder e ideologia e toma emprestado de Bourdieu a expressão poder simbólico. Como sempre, Thompson (1995, p. 38) oferece uma definição de forma clara e objetiva do conceito. Segundo o autor, o poder é “a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”. Ao exercer

o poder, os indivíduos empregam os recursos que dispõem, ou seja, empregam os meios que lhes possibilitam alcançar seus objetivos e interesses. Thompson, então, distingue quatro tipos de poder, quais sejam: econômico, político, coercitivo e simbólico.

Em uma breve explanação, podemos definir esses poderes da seguinte forma: 1) o poder econômico é proveniente da atividade humana produtiva, que implica o uso e a criação de recursos materiais e financeiros; 2) o poder político provém da atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação, utilizando a autoridade como recurso; 3) o poder coercitivo está relacionado à ameaça e ao uso da força física; assim, a força física e as instituições militares são os recursos empregados para o exercício do poder coercitivo; 4) o poder simbólico diz respeito à atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. Os recursos para o exercício do poder simbólico são chamados por Thompson de “meios de informação e de comunicação”.

O quadro a seguir apresenta as formas de poder, com seus respectivos recursos e instituições paradigmáticas.

Quadro 3 - Tipos de poder

<b>Formas de poder</b>	<b>Recursos</b>	<b>Instituições paradigmáticas</b>
Poder econômico	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (p. ex. empresas comerciais)
Poder político	Autoridade	Instituições políticas
Poder coercitivo (especialmente poder militar)	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também a polícia, instituições carcerárias, etc.)
Poder simbólico	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (p. ex. a Igreja, escolas e universidades, as indústrias da mídia, etc.)

Fonte: Thompson, 1995, p. 43 (adaptado).

Diante desse apanhado, podemos oferecer a definição de poder que adotamos. Para nós, o poder não é necessariamente coercitivo, ele pode ser exercido por meio da ideologia. Ao termos por enfoque a ideologia (de adequação linguística), queremos saber como os significados criados no discurso podem sustentar relações de dominação. Isto é,

não nos ocupamos de qualquer tipo de exercício de poder, mas sim do abuso de poder – que configura a dominação.

O poder exercido através das questões de prova de vestibular constitui o poder simbólico. Esse poder é, pois, exercido essencialmente através do gênero discursivo. Por meio da questão de prova de vestibular, é possível tanto escolher como determinados temas serão discutidos (poder no discurso) e como influenciar na identidade das pessoas – logo, na maneira como elas viverão suas vidas (poder por trás do discurso).

Dessa forma, tendo em vista que a ADC se ocupa primordialmente da análise do poder exercido pelo consentimento e que a ideologia é um dos principais mecanismos para o exercício do poder, adotaremos os conceitos de poder desenvolvidos por Thompson (1995)<sup>28</sup>, Fairclough e Fairclough (2012) e van Dijk (2008).

Apresentados todos os conceitos que julgamos necessários para a apresentação do problema de pesquisa, podemos passar agora às considerações finais deste capítulo.

### **1.2.7 Considerações finais do capítulo**

Neste capítulo, discutimos que o gênero questão de prova pode ser usado como um mecanismo para o exercício do poder. Depois da apresentação da conjuntura na qual se insere o problema de pesquisa, podemos afirmar que o poder exercido por meio da questão de prova é o poder simbólico e que a ideologia é um dos principais instrumentos utilizados para manter relações assimétricas de poder.

Como dissemos, estamos preocupados em estudar um tipo específico de ideologia: o discurso de adequação linguística. Acreditamos, e esperamos comprovar através de nossa análise, que essa ideologia ajuda a naturalizar a dominação linguística, pois, apesar de reconhecer a heterogeneidade da língua, ela impõe as variedades linguísticas de prestígio. Elegemos analisar essa ideologia (discurso de adequação linguística) especificamente na questão de prova de vestibular, pois esse gênero discursivo tem o poder de definir quais conhecimentos são válidos e quais não são. Isto é, esse gênero discursivo tem o poder de legitimar discursos discriminatórios. Pretendemos comprovar isso por meio de nossa análise no capítulo 4.

---

<sup>28</sup> Vale ressaltar que, espelhando a diferença que existe entre os conceitos de ideologia e de violência simbólica, Thompson (1995) emprega a expressão “poder simbólico” em um sentido um pouco diferente de Bourdieu (2004). Thompson acredita que o exercício do poder simbólico não pressupõe necessariamente o desconhecimento daqueles que são submetidos a ele.

Lembramos que nem todo poder é necessariamente pernicioso. Escolhemos a ideologia da adequação linguística para análise porque ela ajuda a sustentar relações de dominação. Assim, quando essa ideologia é veiculada no gênero questão de prova, ocorre o abuso de poder simbólico. Acreditamos que o uso indevido do poder simbólico através das questões de prova se deve, principalmente, pela falta de consciência – tantos dos/as linguistas como dos/as examinadores/as – das implicações da ideologia da adequação linguística. Por isso, acreditamos que a conscientização linguística crítica é um trabalho tão importante e digno de divulgação.

Nos antecipando às prováveis críticas ao nosso trabalho, queremos dizer que não acreditamos que os/as avaliados/as devam se rebelar no vestibular e responder as questões de prova contra a expectativa do/a avaliador/a, pois várias coisas estão em jogo nessa prática social, como o ingresso à educação superior, por exemplo. É disso que trata a consciência linguística crítica: ajudar a perceber as relações de poder que permeiam a linguagem e, assim, ajudar a escolher quais são os momentos certos para se manifestar contra convenções linguística discriminatórias, propiciando a mudança de uma realidade opressora. Acreditamos que um bom início seja a reflexão que esperamos suscitar com o nosso trabalho.

É verdade que existem várias teorias críticas de linguagem – logo, existem várias teorias que podem estimular a consciência linguística crítica –, mas acreditamos que a Análise de Discurso Crítica é a que mais se destaca no nosso cenário atual. Discutiremos, pois, a relevância dessa teoria no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Análise de Discurso Crítica: uma visão panorâmica

Nesta seção, apresentaremos uma visão geral da ADC. Dessa forma, discutiremos: 1) o que é a ADC e a qual ramo dessa escola nos filiamos; 2) como a ADC inglesa se situa no cenário da ciência linguística e da ciência social; 3) a visão da ADC inglesa sobre linguagem e sociedade.

#### 2.1.1 Análise de Discurso Crítica: o que é?

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma teoria relativamente nova dentro da ciência linguística. Como o próprio nome sugere, a ADC não é uma teoria que se restringe à análise de sentenças, mas trata do discurso. A fim de melhor explicar a ADC, é preciso delimitar o que entendemos por: 1) discurso e 2) crítica, já que a ADC faz a análise de 1) seguindo a abordagem de 2).

O termo discurso é um termo bastante controverso e, como observa Fairclough (2008, p. 90), os/as linguistas tradicionais costumam empregar ele para se referir ao “uso da linguagem”, à “*parole*” ou ao “desempenho”. Contudo, para a ADC o discurso possui um significado diferente. Segundo Fairclough (2003, p. 214), o termo discurso<sup>29</sup> é usado na ADC para se referir à linguagem “como um elemento da prática social que está dialeticamente relacionado com outros elementos”. Numa perspectiva realista crítica, isso implica dizer que o discurso não corresponde nem à estrutura (sistema linguístico) nem ao evento (texto), mas constitui um elemento intermediário entre os dois (cf. 2.1.4).

Além de ser usado como um substantivo mais abstrato para se referir à linguagem como um momento da prática social, o termo discurso pode ser usado como um substantivo mais concreto para se referir a modos particulares de representar o mundo. Segundo Fairclough (2003), nessa última acepção podemos identificar um número

---

<sup>29</sup> Talvez fosse melhor, inclusive, usar o termo *semiose*, como faz Fairclough *et al.* (2004). Conforme explica o autor, o termo *semiose*, no lugar de discurso ou linguagem, é mais adequado porque a ADC não se restringe à análise da linguagem verbal, mas abrange outros tipos de *semioses*, por exemplo, a linguagem visual. No entanto, por nosso foco ser a linguagem verbal, manteremos, *ad hoc*, o termo discurso.

incontável de discursos: discurso de adequação linguística, discurso machista, discurso feminista, discurso racista etc.

Em relação ao adjetivo crítica, podemos dizer que ele se refere ao tipo de abordagem dado à pesquisa na ADC. Nesse tipo de abordagem, o/a pesquisador/a tem como objetivo “produzir conhecimento que possa levar a uma mudança emancipatória”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 209). O uso do adjetivo crítica também serve para diferenciar a ADC da Análise de Discurso Francesa (AD)<sup>30</sup>.

Separadas essas duas grandes áreas que se ocupam do “discurso” – AD e ADC –, temos ainda que observar as diversas ramificações que existem dentro da Análise de Discurso Crítica<sup>31</sup>. Com base em Wodak e Meyer (2009, pág. 20), podemos dividir a ADC em seis grandes vertentes: 1) Histórico-Discursiva (Ruth Wodak e Martin Reisigl); 2) de Linguística de corpus (Gerlinde Meutner); 3) de Atores Sociais (Theo van Leeuwen); 4) de Análise do Dispositivo (Siegfried Jäger e Florentine Maier); 5) Sociocognitiva (Teun van Dijk); e 6) Dialético-Relacional (Norman Fairclough).

A diversidade de teorias dentro da ADC implica também uma diversidade de metodologias. Essa diversidade reflete a complexidade do objeto de estudo da ADC, que se ocupa do estudo da influência da linguagem na estrutura social e da estrutura social na linguagem.

Além da abordagem crítica, os vários ramos da ADC também guardam semelhanças entre si na abordagem do discurso. Wodak e Meyer (2009, pág. 2) traçam sete pontos em comum entre esses ramos:

1) o interesse nos usos reais da linguagem pelas pessoas (em vez do estudo de sistemas abstratos de linguagem e de exemplos inventados).

2) o foco em unidades maiores do que palavras isoladas e sentenças e, desse modo, em novas unidades básicas de análise: textos, discursos, conversações, atos de fala, ou eventos comunicativos;

3) a extensão da linguística para além da sentença gramatical, abrangendo o estudo da ação e interação;

---

<sup>30</sup> Existem diversas outras áreas denominadas análise do discurso. Citamos apenas a ADC e a AD francesa, porque consideramos que essas duas são as vertentes mais paradigmáticas do estudo do discurso. Para uma visão mais panorâmica de outras abordagens do discurso, confira Thompson (1984).

<sup>31</sup> Com base em Resende (2009) e Magalhães (2005), usaremos a tradução “Análise de Discurso Crítica” para “Critical Discourse Analysis”, termo empregado por Chouliaraki & Fairclough (1999).

4) a extensão para os aspectos não-verbais (semiótico, multimodal, visual) da interação e comunicação: gestos, imagens, filmes, internet e multimídia.

5) o foco na dinâmica (sócio)cognitiva ou nos movimentos interacionais e nas estratégias;

6) o estudo das funções dos contextos (social, cultural, situacional e cognitivo) dos usos da linguagem;

7) a análise de um vasto número de fenômenos de uso da gramática textual e da linguagem: coerência, anáfora, tópicos, macroestruturas, atos de fala, interações, tomada de turno, signos, polidez, argumentação, retórica, modelos mentais, e muitos outros aspectos do texto e do discurso.

Como se pode ver, apesar de possuírem semelhanças entre si, os ramos da ADC podem ser muito diferentes quanto à abordagem do discurso. Por isso, precisamos definir a qual ramo dentro da escola crítica do discurso nos filiamos: a ADC inglesa, de Fairclough (2003).

Ao egermos o enfoque de Fairclough (2003) para tratar do discurso, optamos por uma abordagem do discurso com forte embasamento textual. Por essa razão, essa vertente da ADC é denominada Análise de Discurso Textualmente Orientada. Mostraremos mais à frente (cf. 2.2) as bases linguísticas da ADC inglesa. Agora, mostraremos a relação da ADC com as outras vertentes da Linguística e das Ciências Sociais.

### **2.1.2 ADC e Linguística, Linguística e Ciências Sociais, Ciências Sociais e ADC**

Entendamos agora onde a ADC de Fairclough se enquadra dentro do cenário científico<sup>32</sup>. Para isso, é necessário analisar: 1) a natureza transdisciplinar da ADC; 2) se a ADC é a uma ciência teórica ou aplicada; e 3) quais as contribuições que a ADC traz neste cenário científico.

---

<sup>32</sup> Não pretendemos definir nesta seção o que é ciência e o que não é. Não resta dúvida, contudo, que, quando falamos da ADC dentro do cenário científico, adotamos uma visão não-positivista de ciência. Se, para ser considerada científica, a ADC tiver que reproduzir os métodos das ciências naturais, melhor seria desistirmos do título de ciência. Por ora, continuaremos nos referindo à ADC como ciência.



### 2.1.2.1 ADC como ciência transdisciplinar

Para explicarmos melhor a natureza da ADC, primeiro temos que mencionar a posição dos teóricos mais paradigmáticos dentro da Linguística: Saussure e Chomsky.

Em sua obra *Curso de Linguística Geral*, Saussure situa a Linguística como um ramo da semiologia, que, por sua vez, seria um ramo da psicologia social. Para Saussure, pai da Linguística moderna (1975, p. 24): “A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral: as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos”.

Chomsky, por sua vez, concebe a Linguística como integrante das ciências naturais. Em sua teoria, “a linguística é parte da psicologia individual e das ciências cognitivas, e seu objetivo final é caracterizar um componente central da natureza humana, definido em um cenário biológico” (CHOMSKY, 2006, p. 1).

Fairclough (2003), todavia, tem uma visão menos fragmentada da linguagem e, por conseguinte, da Linguística. Para Fairclough (2003), a ADC se localiza em um entremeio entre a Linguística e as Ciências Sociais Críticas. Assim, na ADC nem tudo se reduz à linguagem. Segundo Fairclough (1989, p. 23), “linguagem é parte da sociedade, fenômenos linguísticos são fenômenos sociais de um tipo especial, e fenômenos sociais são (em parte) fenômenos linguísticos”.

Devido à natureza complexa de seu objeto de estudo – a influência das estruturas sociais na linguagem e da linguagem nas estruturas sociais –, a ADC mantém um forte diálogo com os mais diversos ramos das ciências sociais. Esse diálogo rendeu várias críticas à ADC por parte dos segmentos mais tradicionais da Linguística, que acusavam – e ainda acusam – a ADC de ecletismo anticientífico. A respeito desse ecletismo, Sírío Possenti<sup>33</sup> (1996, p. 71) argumenta:

se os objetos são complexos, as teorias não podem ser simples (...) teorias locais (ou teorias auxiliares) são uma tradição na história das ciências. Em outros termos, tendo que optar, prefiro evitar o reducionismo a temer a acusação de ecletismo.

---

<sup>33</sup> Ainda que se refira à Análise de Discurso de vertente francesa, a observação é relevante para a ADC, que também concebe o discurso como uma realidade não limitada ao mundo puramente linguístico.

Na modernidade tardia, é necessário que a ciência seja capaz de lidar com as questões que se impõem a ela, para isso é necessário superar o modelo positivista autônomo de ciência que inspirou a Linguística moderna – cf. Saussure (1975). Assim, apesar de ser apontado como um de seus defeitos, acreditamos que o ecletismo é o ponto forte da ADC.

Devido ao diálogo que estabelece com outras disciplinas sociais, a ADC costuma ser classificada como interdisciplinar. Todavia, mais do que uma ciência interdisciplinar, a ADC é transdisciplinar, pois busca superar as fronteiras que existem entre as ciências linguísticas e sociais críticas, a fim de analisar a complexa relação que se estabelece entre linguagem e mundo social. Assim, conforme observam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 2), a ADC pode:

figurar propriamente dentro da pesquisa social transdisciplinar (opondo-se à mera interdisciplinariedade), envolvendo um diálogo (ou conversação) entre teorias em que a lógica de uma teoria é ‘posta para trabalhar’ na outra sem que a última seja reduzida à primeira.

Então, por considerar a ADC como uma ciência transdisciplinar, rejeitamos separações rígidas entre as disciplinas sociais – das quais, na nossa visão, a Linguística faz parte – e entre as próprias disciplinas linguísticas, inclusive entre as várias vertentes da ADC. Por isso estabelecemos diálogo não só com disciplinas linguísticas – como a LSF –, mas também com outros ramos da ADC – como a Teoria de Representação dos Atores Sociais.

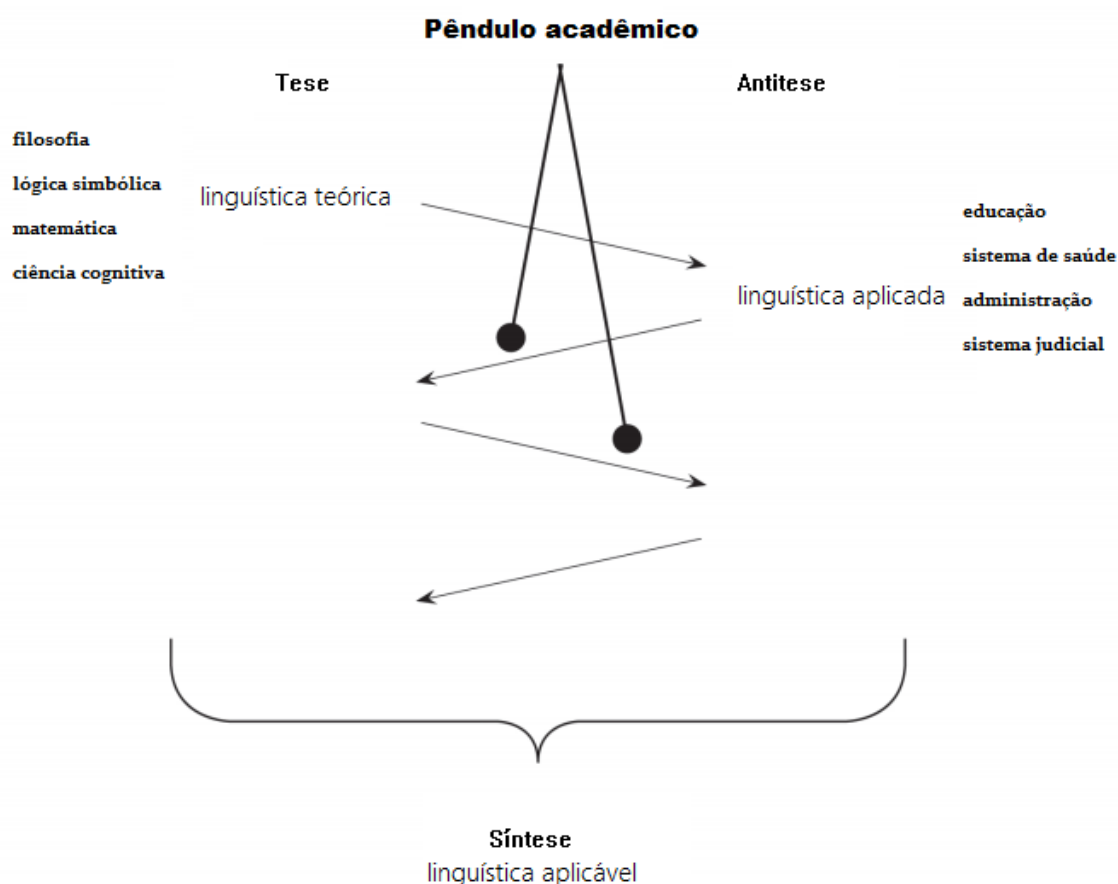
#### **2.1.2.2 ADC: ciência aplicável**

No Brasil, as várias vertentes do estudo da linguagem são divididas em dois ramos: Linguística teórica e Linguística aplicada. Com base em Matthiessen (2012), não consideramos a ADC parte da Linguística teórica tampouco parte da Linguística aplicada. Se tivéssemos que classificar a ADC, classificaríamos ela como uma “Linguística aplicável”. Com essa classificação, não reduzimos à ADC a uma teoria linguística, mas consideramos ela como uma teoria que tem o potencial de ser aplicada na pesquisa que envolve os mais diversos tipos de problemas sociais. Julgamos que essa classificação

reflete a natureza transdisciplinar da ADC. Nessa perspectiva, teoria e aplicação são complementares e não tese e antítese.

A Linguística aplicável, na qual enquadramos a ADC, incita o pesquisador a se posicionar criticamente diante de temas como a emergência e desenvolvimento de línguas nacionais, status de minorias linguísticas e outros temas mais amplos, como a educação, saúde etc.

Figura 3 - ADC como ciência aplicável



Fonte: Matthiessen, 2012 (adaptado).

Desse modo, como se pode depreender da figura, a ADC não se restringe ao estudo lógico-filosófico da linguagem. A ADC tem por escopo o estudo de problemas reais da sociedade. Tendo em vista sua abordagem crítica, que tem como preocupação a emancipação humana, a ADC não produz só teorias. Antes, toda teoria desenvolvida pela ADC deve ter uma aplicação. Assim, para que o pesquisador estude problemas

linguísticos nos campos apontados na figura acima – educação, sistema de saúde, educação, sistema social –, ele precisa estar embasado em uma teoria linguística sólida.

Portanto, considerando que não existe aplicação sem teoria e que a teoria sem aplicação não nos serve para nada, classificamos a ADC como uma ciência aplicável.

### **2.1.2.3 Contribuições da ADC para a Linguística**

Não há como falar das contribuições trazidas pela ADC sem antes fazer uma breve menção aos ramos tradicionais da Linguística. Acharmos necessária essa discussão principalmente para ressaltar as diferenças que existem entre a ADC e a Sociolinguística.

Como observa Fairclough (1989), a Linguística *mainstream* – ou aquilo que chamamos de núcleo duro – isola a linguagem de sua matriz histórica e social, fora da qual ela não existe. Essa vertente mais “pura”, menos interdisciplinar, da Linguística possui uma visão associal e idealizada de língua, mas, por cuidar dos fatos linguísticos em sua dimensão mais básica (fonética, fonologia, sintaxe, morfologia), constantemente reivindica o prestigioso título de ciência linguística unicamente para si.

Diferente dessa matriz pura da linguística *mainstream*, a Sociolinguística se desenvolveu sob a influência de disciplinas fora da Linguística – como a Antropologia e a Sociologia – e elaborou estudos sistemáticos mostrando a correlação entre a variação nas formas linguísticas e as variáveis sociais. A Sociolinguística abriu, desse modo, muitos caminhos para o estudo social da linguagem.

Contudo, a Sociolinguística<sup>34</sup>, como lembra Fairclough (1989), continuou fortemente influenciada por um modelo positivista de ciência social, usando métodos análogos aos da ciência natural. Conforme explica Cameron (2004, p. 91), os sociolinguistas, por causa do modelo positivista de ciência da Linguística *mainstream*, constantemente precisam provar a validade de suas pesquisas para os linguistas do “núcleo duro”. Para provar que são “rigorosos” e “objetivos”, os sociolinguistas são frequentemente compelidos a usar técnicas estatísticas. Não é só nas técnicas de análise que os sociolinguistas são restringidos pelos linguistas do núcleo duro, esses últimos,

---

<sup>34</sup> Segundo Fowler e Kress (1979), na Sociolinguística linguagem e sociedade são vistas de forma separada. A tarefa do sociolinguista seria, então, estabelecer a correlação entre uma e outra. Ao discutir a visão da Sociolinguística sobre linguagem, Fowler e Kress (1979) lembram a diferenciação feita entre “linguagem” e “uso da linguagem” (competência e performance). Para os sociolinguistas tradicionais, as estruturas sociais produzem seus efeitos apenas no nível do uso da linguagem (performance). Eles não investigam a influência que a linguagem exerce nas estruturas sociais.

segundo Cameron (2004), acabam determinando inclusive a agenda de pesquisa dos primeiros. Assim, apesar da ADC ter interesse em temas que são objetos de estudo da Sociolinguística – como a variação linguística – sua abordagem sobre os fatos linguísticos é diferente.

Segundo Fairclough (1989, p. 8), a Sociolinguística é forte em perguntas sobre “o quê” – “que fatos são responsáveis pela variação?” –, mas é fraca nas perguntas que envolvem o “por que” e o “como” – “por que os fatos são como são? como a ordem sociolinguística, em termos do desenvolvimento social das relações de poder, veio a existir? como é sustentada? como ela pode ser mudada para ajudar aqueles que são dominados por ela?”. Com vistas a superar essa fraqueza, a ADC desenvolve pesquisas – como é o caso desta, aliás – que levam em consideração as variáveis de poder que subjazem a variação linguística. Cabe lembrar, todavia, que é graças à Sociolinguística que a natureza social da prática linguística pode ser tomada como uma premissa geral na ADC.

Diferente de disciplinas como a Sociolinguística e a Pragmática, a Ciência Social não é uma subdisciplina na ADC. Por essa razão, a ADC traz uma abordagem social mais ampla para os estudos da linguagem, considerando as relações ideológicas e de poder que permeiam as práticas linguísticas. Diante disso, acreditamos que a ADC pode fornecer novos e importantes *insights* sobre a linguagem tanto para os estudiosos na Linguística como para os demais cientistas sociais, pois a ADC cuida não apenas da influência da estrutura social na linguagem, mas também da influência da linguagem na estrutura social.

A ADC lança, portanto, uma perspectiva dialética sobre a linguagem, como veremos a seguir.

### **2.1.3 Linguagem na prática social**

Mostraremos agora a visão dialética que a ADC lança sobre a sociedade e sobre a linguagem. Assim, apresentaremos os conceitos de prática social e o modelo transformacional de Bhaskar (1998). Ao fazer isso, exporemos, conseqüentemente, nossa ontologia social. Essa explicação é importante devido à natureza de nosso problema de pesquisa, que é ao mesmo tempo um problema linguístico da sociedade e um problema social da linguística.

### 2.1.3.1 Prática social

Vimos que uma das grandes diferenças entre a ADC e as demais teorias linguísticas é a visão da linguagem. No caso da ADC, a linguagem é vista como um momento das práticas sociais. Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21), as práticas sociais são “maneiras habituais, vinculadas a tempos e espaços particulares, em que as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem no mundo”. Um dos pontos mais importantes da prática social é que ela articula o discursivo (linguagem) com elementos sociais não discursivos. Assim, segundo Fairclough (2003), a prática social é uma articulação de elementos como: ação e interação; relações sociais; pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc.); mundo material; e discurso.

A prática social constitui o ponto de conexão entre as estruturas abstratas e os eventos concretos. A ADC adota, pois, uma visão dialética de prática rejeitando “o determinismo que coloca toda a ênfase em estruturas estabilizadas (cf. Barret 1991; Larrain 1994), e um voluntarismo que coloca toda a ênfase em atividades concretas (cf. Mouzelis 1990, Best e Kellner, 1991)”. Na ADC, portanto, existe uma clara divisão entre “estrutura” e “evento”. Para explicar a diferença entre um e outro, Fairclough (2006) usa uma analogia com a linguagem. Segundo o autor, enquanto a estrutura delimita aquilo que é possível – no caso do português brasileiro, aquilo que é ou não é uma oração possível na língua –, os eventos sociais constituem aquilo que realmente aconteceu – na perspectiva linguística, correspondem aos textos efetivamente produzidos. Essa diferenciação é crucial, pois nem tudo que pode acontecer de fato acontece.

Segundo Fairclough (2006), se as estruturas sociais limitam o que pode ser feito ou o que pode acontecer e se os eventos sociais correspondem ao que realmente é feito ou acontece, as práticas sociais são as formas como as coisas geralmente são feitas ou acontecem em áreas particulares da vida social. De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22), o fato da palavra prática, em prática social, ser ambígua – “o que é feito em um determinado tempo e espaço” ou “maneira habitual de agir” – representa adequadamente o papel intermediário entre estrutura e agência que o conceito representa.

Apesar de usarmos o termo “evento” para fazer referência às “coisas que são feitas ou acontecem”, é preciso fazer a diferenciação entre “evento” e “agência”. Conforme Hartwig (2007), enquanto o primeiro geralmente é usado para fazer referência aos acontecimentos que ocorrem sem a participação humana, o último é usado para fazer referência aos eventos que não ocorreriam sem a presença de pessoas. Dessa forma, por

tratarmos de um problema social nesta pesquisa, essa diferenciação é fundamental. Afinal, as coisas que nós fazemos (agência) são diferentes das coisas que acontecem conosco ou das coisas que simplesmente acontecem sem nenhuma participação humana (evento).

De acordo com Archer (1995), a problemática tarefa de entender o vínculo entre “estrutura e agência” manterá sempre a centralidade nas ciências sociais, pois deriva daquilo que a sociedade realmente é. Por um lado, o foco exclusivo na estrutura – i.e., no estudo da sociedade – pode levar a menosprezar a importância da constituição humana da sociedade e os poderes reais dos seres humanos, que são indispensáveis para fazer da sociedade o que ela de fato é. Por outro lado, o foco exclusivo na agência – i.e., no estudo do humano – nega a importância do que é, foi e será constituído como sociedade no processo de interação humana, bem como retira da sociedade seus poderes ao reduzir ela aos projetos dos indivíduos. Por essa razão, Archer (1995) afirma que tanto uma quanto outra apoiam o epifenomenalismo ao sustentarem que a estrutura e a agência são inertes.

Para melhor explicar essa dualidade entre agência e estrutura, recorreremos aos exemplos clássicos dentro da Sociologia, que foram de suma importância para o desenvolvimento da teoria social de Bhaskar e, conseqüentemente, de Fairclough. Passemos, então, a eles.

É comum fazer uma divisão entre dois campos na teoria sociológica: um representado por Weber e o outro representado por Durkheim. No campo representado por Weber os objetos sociais são vistos como resultados do comportamento intencional do ser humano. No representado por Durkheim, os objetos sociais são vistos como donos de vida própria, externos ao indivíduo e coercitivos. Os dois diagramas a seguir representam esses estereótipos.

Figura 4 - Estereótipos weberiano e durkheimiano



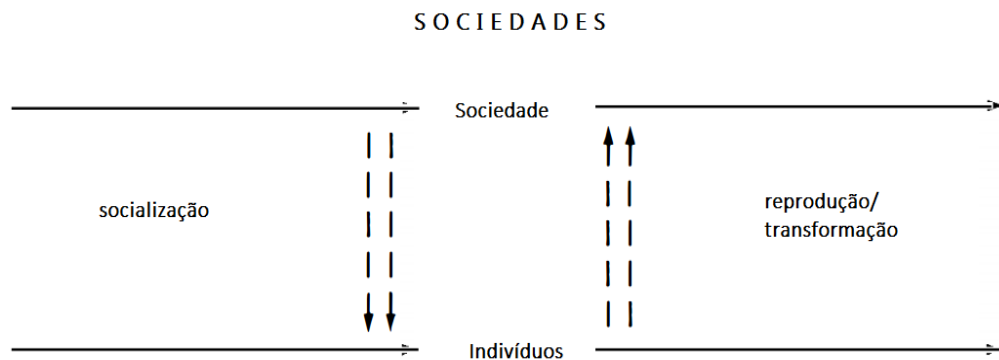
Fonte: Bhaskar, 1998, p. 212

Os dois exemplos são estereótipos; logo, são representações superficiais e, por isso, mal concebidas dos dois autores. Ringer (2004) e Fairclough *et al.* (2004) mostram os equívocos de se levar a ferro e fogo tais estereótipos. Fairclough *et al.* (2004), inclusive, mostram como Bhaskar faz uma leitura equivocada de Weber num dos seus primeiros trabalhos. Ainda assim, consideramos tais estereótipos úteis para a explanação da nossa ontologia social e, principalmente, para o contraste com o Modelo Transformacional de Atividade Social de Bhaskar (1998), que, por seu poder explanatório, utilizaremos nesta pesquisa.

### 2.1.3.2 Modelo Transformacional da Atividade Social

Rompendo com os estereótipos weberiano e durkheimiano, Bhaskar propõe o modelo transformacional da atividade social. Nesse modelo, apesar das atividades serem constringidas pelas estruturas, a restrição é parcial. Assim, a mudança social pode ser realizada:

Figura 5 - Modelo Transformacional de Atividade Social



Fonte: Bhaskar, 1998, p. 217

A fim de desenvolver a análise da figura acima, que representa a teoria de sociedade que adotamos neste trabalho, nos apoiaremos em Archer (1995). Segundo a autora: 1) as sociedades são irredutíveis às pessoas; e 2) as estruturas sociais são uma condição necessária a qualquer ato intencional; assim, sua pré-existência estabelece sua autonomia como objeto de investigação possível e seu poder causal estabelece a sua



realidade. Archer (1995) explica que, através da agência humana, a estrutura é reproduzida ou transformada.

As práticas sociais ligam a estrutura (sociedade) à agência (indivíduo). Assim, elas têm a propriedade dialética de serem, usando os termos de Bourdieu (1989), tanto estruturadas como estruturantes. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que são moldadas pelas relações sociais particulares em que são geradas, as práticas têm efeitos sobre essas relações sociais.

Considerando o exemplo da linguagem, podemos ver a solidez da teoria que apresentamos. Por exemplo, ao nascer o/a usuário/a de uma língua encontra a realidade linguística já pronta. Então, o modelo transformacional de atividade social está correto ao considerar que as estruturas sociais precedem o indivíduo. Da mesma forma, é correto considerar que a realidade linguística não existe sem a atividade humana; portanto, esse modelo continua rejeitando a reificação. No entanto, os/as agentes sociais não criam a ordem sociolinguística, mas eles reproduzem ou transformam ela.

Usando os termos de Fairclough e Fairclough (2012), podemos resumir o que expomos em duas proposições: 1) as estruturas moldam diretamente as práticas e as práticas moldam diretamente as estruturas, mas as estruturas não moldam diretamente os eventos; 2) as práticas moldam, mas não determinam os eventos e mudanças nas características dos eventos podem levar a mudança nas práticas, que por sua vez podem resultar na mudança das estruturas.

Tomando os pressupostos dessa teoria, consideramos que a realidade social pode ser mudada. E é considerando a possibilidade de mudança de práticas linguísticas opressoras que desenvolvemos esta pesquisa.

#### **2.1.4 Aspecto linguístico da prática social: ordem do discurso**

Apresentamos o conceito de prática social e o Modelo Transformacional de Atividade Social, que possibilitam entender o modelo de sociedade que empregamos. Agora explicaremos como os conceitos apresentados se relacionam com a concepção de linguagem que adotamos na Análise de Discurso Crítica. Para isso, precisamos entender como estrutura, prática e evento são vistos do ponto de vista linguístico. Retomaremos, assim, alguns conceitos apresentados em **2.1.3.1**.

Segundo Fairclough (2003), as estruturas são entidades abstratas, que representam um conjunto de possibilidades daquilo que poderia acontecer. Dessa forma, podemos definir o sistema linguístico como uma estrutura. Tomemos como exemplo a língua brasileira. Nessa língua, é possível dizer “os menino jogaram bola”, mas não é possível dizer “o meninos jogaram bola”.

Enquanto a estrutura (sistema linguístico) representa o que poderia acontecer, o evento é aquilo que realmente acontece. Nessa perspectiva, um texto específico é um evento<sup>35</sup>. Por exemplo, este texto que estamos escrevendo agora constitui um evento linguístico único.

Se a estrutura social (sistema linguístico) limita o que pode ser feito ou o que pode acontecer e se o evento social (texto) corresponde ao que realmente é feito ou acontece, as práticas sociais são as formas como as coisas geralmente são feitas ou acontecem em áreas particulares da vida social. Ora, se relacionamos a estrutura com o sistema linguístico e o evento com o texto, como fica a prática social do ponto de vista linguístico? Baseado em Foucault, Fairclough (2003) usa o termo ordem do discurso para se referir ao aspecto linguístico da prática social.

A ordem do discurso, segundo Fairclough (2006, p. 21), transcende textos individuais e “envolve relações intertextuais dentro de um largo conjunto de textos”. Assim, da mesma forma que os eventos sociais (categoria mais concreta) são uma janela para visualizar as práticas sociais (categoria mais abstrata), os textos (categoria mais concreta) são uma janela para a ordem do discurso (categoria mais abstrata).

Segundo Fairclough (2003), “os elementos da ordem do discurso não são coisas como nomes ou sentenças (elementos da estrutura linguística), mas discursos, gêneros e estilos”. São três, pois, os elementos que constituem a ordem do discurso: 1) gêneros discursivos, formas de agir linguisticamente; 2) discursos, formas de representar linguisticamente; e 3) estilos – formas de ser relacionadas com as identidades dos atores sociais. Assim, esses três elementos estão ligados àquilo que Fairclough (2003) denomina três significados do discurso: 1) acional; 2) representacional; e 3) identificacional, respectivamente.

Essas categorias não são apenas linguísticas, elas representam uma sobreposição entre o aspecto linguístico e social das práticas. Destacando essa sobre-determinação,

---

<sup>35</sup> Mantendo a terminologia adotada por Fairclough (2003) usaremos o termo “evento” para fazer referência ao que acontece dentro de uma língua. Sabemos, contudo, que as coisas que acontecem dentro da língua não ocorrem sem a participação de agentes sociais.

Fairclough (2003, p. 24) explica, “à medida que nos movemos das estruturas abstratas para os eventos concretos, se torna mais difícil separar a linguagem dos outros elementos sociais”.

Podemos chamar esse movimento do mais abstrato para o mais concreto, com base em Halliday e Mathiessen (2014), de instanciação. Quando nós olhamos o fenômeno à distância vemos o sistema linguístico; quando olhamos de perto, vemos o texto. Podemos representar os diferentes graus de instanciação e a relação entre o social e o linguístico no seguinte quadro.

Quadro 4 - Prática Social e Ordem do Discurso

<i>“O que pode acontecer”</i>	<i>“O que geralmente acontece”</i>	<i>“O que de fato acontece”</i>
<b>Sistema linguístico</b>	<b>Ordem do discurso</b>	<b>Texto</b>
<b>Estrutura social</b>	<b>Prática social</b>	<b>Evento social</b>
Abstrato	←—————→	Concreto

Fonte: Elaboração do autor.

O foco da ADC não é, geralmente, a descrição do sistema linguístico (estrutura), mas sim a análise da ordem do discurso (aspecto semiótico da prática social) através de textos específicos (eventos). Assim, através da análise de fenômenos concretos (textos), é possível entender fenômenos mais abstratos (ordem do discurso).

### 2.1.5 Síntese da seção

Nesta seção, apresentamos a teoria que sustenta esta pesquisa: a ADC. Mostramos qual a diferença dessa teoria para as demais teorias linguísticas e apresentamos as bases de nossa ontologia social: o Modelo Transformacional de Atividade Social.

Apresentamos as concepções de discurso adotadas pela ADC e explicamos porque essa teoria é considerada crítica. Discutimos qual o objeto de análise da ADC: práticas sociais (ordens do discurso). Com essa apresentação, esperamos ter deixado mais clara nossa pesquisa: o estudo de um discurso – ideologia de adequação linguística –, que é legitimado por um gênero discursivo – questão de prova de vestibular –, que afeta de diferentes maneiras a identidade linguística das pessoas – estilo.

Podemos agora refinar a teoria linguística que adotamos neste trabalho.

## **2.2 A ADC e a Linguística Sistêmico-Funcional**

Na seção anterior apresentamos a teoria social na qual se baseia a ADC. Nesta seção, apresentaremos as teorias linguísticas que adotaremos, quais sejam: a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), Teoria de Representação dos Atores Sociais e Teoria da Avaliatividade. Discutiremos como essas teorias se relacionam com a ADC, qual a sua importância para esta pesquisa e como elas podem ser usadas para a análise de discursos (representações) ideológicos.

Esta seção pode ser considerada, então, como uma apresentação da teoria-metodologia que usaremos para fazer a análise dos dados textuais.

### **2.2.1 Uma visão funcional sobre a linguagem**

Conforme se observa em Fairclough (2003), a ADC tem na LSF uma teoria de apoio para a análise dos aspectos semióticos dos problemas sociais. Essa integração ocorre porque, nessa última teoria, a configuração do sistema gramatical de uma língua está intimamente ligada às necessidades sociais e pessoais que a língua é chamada a servir, daí deriva o classificador “funcional” da LSF. Justamente por ter essa interface com o aspecto social da linguagem que Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 139) asseveram: “A LSF teoriza a linguagem de uma forma que se harmoniza muito mais com a perspectiva da ciência social crítica que outras teorias da linguagem”. Não é por acidente, portanto, que a linguística crítica e a semiótica social emergiram da LSF.

Devido à sua perspectiva multifuncional da linguagem, a LSF é uma ferramenta valiosa para a análise textualmente orientada dos problemas analisados pela ADC. Na perspectiva da LSF, a linguagem possui três metafunções 1) ideacional, 2) interpessoal e 3) textual. Essas metafunções<sup>36</sup> correspondem, respectivamente, às necessidades de: 1) representar as nossas experiências de mundo; 2) “codificar as nossas interações e mostrar quão defensáveis achamos nossas posições, nossos enunciados”; e 3) “organizar os nossos significados ideacionais e interpessoais num todo linear e coerente” (GOUVEIA, 2009, p. 16).

---

<sup>36</sup> Em relação ao uso do termo metafunção, Halliday e Mathiessen (2014) explicam que o termo foi adotado para sugerir que a função era um componente essencial dentro da teoria geral.

Utilizando essa visão multifuncional da linguagem, é possível analisar como as escolhas lexicogramaticais evidenciam as ideologias (significado representacional) e como elas constituem as relações sociais (significado acional) e as identidades nos textos (significado identificacional).

Assim, um dos motivos da LSF ser tão cara à ADC se deve ao fato de que o foco da primeira reside basicamente no eixo linguístico paradigmático, isto é, no eixo das escolhas. Ao discutirem o porquê da LSF ser considerada sistêmica, Martin e Rose explicam (2007, p. 21)

A LSF é chamada de sistêmica porque, comparada com outras teorias, coloca em primeiro plano a organização da linguagem como uma opção para o significado. Nesse ponto de vista, as principais relações entre elementos da linguagem são relações de escolha.

Essa visão paradigmática se diferencia de outras perspectivas linguísticas porque se preocupa mais com os conjuntos de recursos para produzir significados do que com as regras de ordenação da estrutura linguística.

Tendo em vista que nosso objeto de análise são as **representações** linguísticas ideológicas nas questões de prova de vestibular, daremos maior enfoque à metafunção ideacional, que pode ser dividida, conforme veremos a seguir, em: 1) experiencial e 2) lógica.

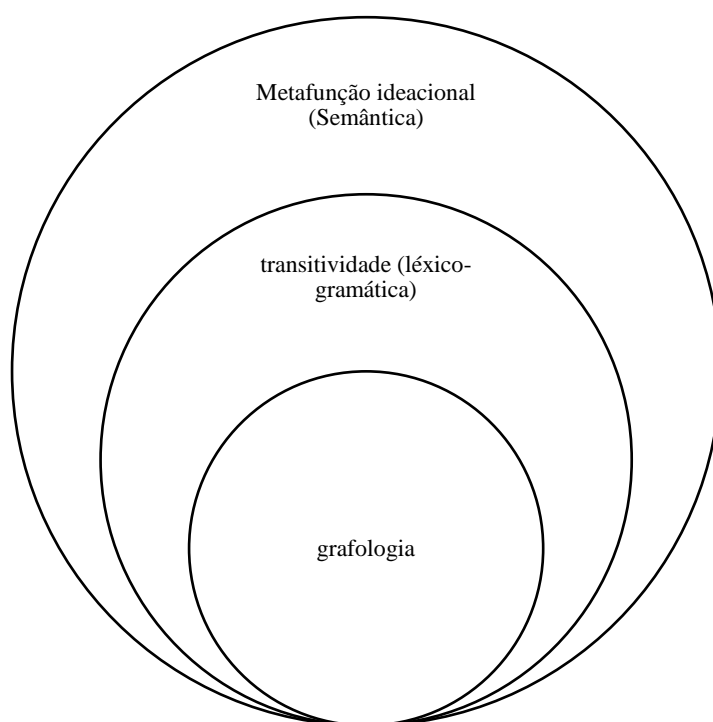
Com base nesse recorte, apresentaremos também a Teoria de Representação dos Atores Sociais e a Teoria da Avaliatividade.

### **2.2.2 Metafunção ideacional (subfunção experiencial)**

A metafunção ideacional é uma categoria semântica, que se refere à construção das representações de mundo. Na léxico-gramática, essa categoria semântica é analisada por meio do sistema de transitividade das orações. Por sua vez, a léxico-gramática só se

torna perceptível no texto quando realizada pela escrita ou pela fala. Assim, com base em Halliday e Mathiessen (2014), podemos representar essa estratificação da seguinte forma:

Figura 6 - Estratificação da linguagem



Fonte: Halliday e Mathiessen, 2014 (adaptado).

Na subfunção experiencial da metafunção ideacional, a linguagem serve para interpretar e codificar o mundo das experiências. Nessa subfunção, os processos são o componente principal da oração. No nível léxico-gramatical, os processos podem ser divididos em:

- a) materiais (“fazer”, “causar”) – representam o que está acontecendo e sendo feito;
- b) mentais (“pensar”, “sentir”, “avaliar”) – dizem respeito à experiência de mundo da consciência;
- c) comportamentais (“atuar”) – são uma mistura dos dois últimos, expressam comportamentos físicos e psicológicos;
- d) verbais (“dizer”) – se referem à representação daquilo que é dito;
- e) existenciais (“existir”, “aparecer”) – representam aquilo que existe ou existiu;

f) relacionais (“ser”, “estar”) – estabelecem relações de identidade ou de atribuição.

Cada tipo de processo possui um participante específico. A seguir explicaremos os seis processos e seus respectivos participantes.

### **I - Processos materiais**

São processos realizados por orações que constroem as mudanças que ocorrem em decorrência de determinados eventos. Nesses processos, o sujeito<sup>37</sup> geralmente coincide com o ator, que é o participante responsável por aquilo que está acontecendo (**o leão** saltou). Contudo, nem todo sujeito pode ser considerado um ator, como no caso das orações passivas (**o turista** foi pego pelo leão). Nesse caso, temos a meta, que, como o nome indica, funciona como o participante que é impactado pelas ações do ator (o leão pegou **o turista**). O ator e a meta são os principais participantes das orações materiais. O ator é um participante inerente tanto nas orações transitivas quanto intransitivas, já a meta só é um participante inerente nas orações transitivas.

Os outros participantes são o escopo, recipiente, cliente e atributo. O recipiente e o cliente são muito similares, pois representam o participante que está sendo afetado pela performance do processo, “em termos de bens e serviços” (HALLIDAY e MATHIESSEN, 2014, 237). Assim, o recipiente é participante para quem os bens são dados (eles deram a casa para **ele**) e o cliente é o participante para quem os serviços são prestados (eles construíram uma casa para **mim**). Diferente da meta, do recipiente e do cliente, o escopo não é afetado pelo processo. Trazendo exemplos do português, Cabral e Fuzer (2014) citam como escopo os seguintes participantes em negrito: 1) eu dei um **abraço/grito/chute**; e 2) os escoteiros seguiram **a trilha**. Por fim, o atributo é um participante marginal e “constitui uma característica atribuída a um dos participantes da oração” (FUZER e CABRAL, 2014, p. 51), como se vê nas orações: 1) Cristiano Ronaldo sai **machucado** do treino em Los Angeles; e 2) A declarante estava trabalhando **de empregada** na casa de uma prima.

---

<sup>37</sup> Halliday e Mathiessen (2014) discutem as várias concepções de sujeito que existem. Segundo os autores, o sujeito pode ser definido por três perspectivas: 1) psicológica, em que ele coincide com o tema na metafunção textual; 2) lógica, em que ele coincide com o ator na metafunção ideacional; e 3) gramatical, que é a concepção a que nos referimos.

## II - Processos mentais

Se os processos materiais dizem respeito ao que acontece no mundo material, os mentais se relacionam com aquilo que se passa no mundo da consciência. Enquanto nos processos materiais os principais participantes são o ator e a meta, nos mentais temos o experienciador e o fenômeno. O experienciador é um participante que sempre possui uma característica humana, qual seja: consciência (**Maria** gostou do presente). Por sua vez, o fenômeno, conforme Halliday (2014, p. 251), é o participante que é “sentido, pensado, desejado ou percebido” (**O presente** agradou Maria). As orações mentais podem projetar outras orações, que representam a ideia da oração, isto é, que representam o fenômeno da oração (ele achou **que eles tinham ido embora**). Só os processos mentais e os verbais possuem essa capacidade de projeção.

## III - Processos Relacionais

Junto com os processos materiais e mentais, os processos relacionais constituem os principais tipos de processos, servindo para identificar e classificar. Enquanto os primeiros constroem experiências relacionados ao “fazer” e ao “sentir”, os processos relacionais constroem experiências do mundo do “ser”, que incluem tanto o mundo interno como o mundo externo. Assim como o fenômeno dos processos mentais, os participantes dos processos relacionais podem ser atos e fatos, e não apenas coisas – como nos processos materiais. Diferente dos materiais e dos mentais, os processos relacionais possuem dois participantes inerentes.

Nos processos relacionais, as relações de pertencimento a uma classe são construídas por orações atributivas e as relações de identidade são construídas pelas orações identificativas. Esses dois tipos de orações podem construir três principais tipos de relações: intensiva (X é A), possessiva (X tem A) e circunstancial (X é/está em A). Fuzer e Cabral (2014, p. 65) trazem os seguintes exemplos em português:



Quadro 5 - Processos relacionais

	Atributiva “x é um atributo de A”	Identificativa “x é identidade de A”
Intensiva x é A	Lula era sindicalista Lula é otimista.	Lula foi o Presidente da República até 2010 O Presidente da República até 2010 foi Lula
Possessiva X tem A	O Governo tem um avião.	O avião presidencial é do governo O governo tem o avião presidencial
Circunstancial X é/está em A	A Proclamação da República é numa terça-feira.	A Proclamação da República é em 15 de novembro Em 15 de novembro é a Proclamação da República.

Fonte: Cabral e Fuzer, 2014, p. 65

Como se pode ver dos exemplos, um dos principais critérios para diferenciar as orações atributivas e as identificativas é a possibilidade de reversibilidade que as orações identificativas apresentam. Nas orações atributivas, temos o atributo (em negrito) e o portador (em itálico): **ratos** são *criaturas tímidas*. Nas identificativas, temos o identificado (em negrito) e o identificador (em itálico): **Clarisse** é *a mais inteligente/ a mais inteligente é Clarisse*.

#### IV - Processos comportamentais

Os processos comportamentais se localizam na fronteira entre os processos materiais e mentais, compartilhando características de ambos. Diferente dos outros, os processos comportamentais não possuem características próprias claras. O participante do processo comportamental é tipicamente um ser consciente (**ela** está rindo), assim como o experienciador do processo mental; no processo comportamental, esse participante é chamado de comportante. O outro participante desse processo é o comportamento, que lembra o escopo do processo material (ela cantou **uma canção**).

## V - Processos verbais

Esses são os processos de “dizer”, “muito usados em textos narrativos a fim de tornar possível a existência de passagens dialógicas” (CABRAL e FUZER, 2014, 72). Nesses processos, sempre há um participante representando o falante, que é denominado dizente (**João** disse que estava com fome). Por sua vez, o participante a quem a fala se dirige é o receptor (não **me** disseram toda a verdade). Já aquilo que é dito denominamos verbiagem (me diga **a verdade**). Temos ainda um último participante nesse processo: o alvo. Esse participante ocorre em um subtipo específico de oração verbal, que tem uma estrutura similar ao Ator + Meta. Segundo Cabral e Fuzer (2014, p. 73), nesse tipo de oração, o dizente age verbalmente sobre o alvo (O MP denuncia **Alexandre e Carolina** por homicídio). Assim como os mentais, os processos verbais possuem a capacidade de projeção de orações (ela disse **que prefere cigarros**).

## VI - Processos existenciais

Esse tipo de processo representa aquilo que “existe ou acontece” (Halliday, 2014, p. 307). Tipicamente o processo existencial é realizado, no português brasileiro, pelo verbo haver, existir e ter (no sentido de existir). O participante que se está dizendo que existe é chamado de existente (tinha **muita gente** na sala). Esses processos aparecem em um número significativamente mais reduzido quando comparados aos outros cinco processos.

Além dos processos e dos participantes, temos também as circunstâncias, que, conforme explicam Cabral e Fuzer (2014, p. 53), “adicionam significados à oração pela descrição do contexto em que o processo se realiza”. As circunstâncias costumam ser realizadas por sintagmas preposicionais e grupos adverbiais e, no que se refere ao seu significado, elas podem indicar: 1) extensão; 2) localização; 3) modo; 4) causa; 5) contingência; 6) acompanhamento; 7) papel; 8) assunto; e 9) ângulo.

Enquanto os processos e seus participantes são componentes indispensáveis numa oração, as circunstâncias são acessórias, conforme podemos ver no exemplo a seguir, em que o último elemento da oração pode ser facilmente removido:

Pedro	invadiu	a escola	ontem
Participante	Processo	participante	circunstância

Feito esse apanhado, podemos sintetizar o que foi visto na tabela a seguir.

Quadro 6 - Processos, participantes e circunstâncias

PROCESSOS	PARTICIPANTES	CIRCUNSTÂNCIAS
<b>Material</b>	ator/meta/escopo/recipiente/cliente/atributo	extensão, localização,
<b>Mental</b>	experienciador/fenômeno	modo, causa,
<b>Relacional: atributivo</b>	portador/atributo	contingência,
<b>Relacional: identificacional</b>	identificado/identificador	acompanhamento,
<b>Comportamental</b>	comportante/comportamento	papel,
<b>Verbal</b>	dizente/verbiagem/alvo/receptor	assunto,
<b>Existencial</b>	Existente	ângulo

### 2.2.3 Metafunção Ideacional (subfunção lógica)

Apresentada a subfunção experiencial, podemos agora passar à subfunção lógica. Essa última subfunção tem como unidade de análise o complexo oracional. Nessa subfunção analisamos a taxis, isto é, o grau de interdependência entre as orações num complexo oracional (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014). Quando a relação entre as orações é de igualdade, temos a parataxe; quando existe uma relação de dependência entre as orações, em que uma é dominante e a outra é dependente, temos a hipotaxe. Em uma terminologia tradicional, podemos comparar, *grosso modo*, a parataxe com a coordenação e a hipotaxe com a subordinação.

O exemplo (1) mostra a relação entre orações hipotáticas, para as quais, conforme Halliday e Matthiessen (2014), usamos os numerais arábicos (1, 2, 3...). O exemplo (2) mostra a relação entre orações hipotáticas, para as quais usamos as letras gregas ( $\alpha$ ,  $\beta$ ,  $\gamma$ ...)

(1) **1:** Estudamos de manhã **2:** e trabalhamos à tarde.

(2)  **$\alpha$ :** Pensamos  **$\beta$ :** que nunca mais voltaríamos a nos ver.

Na subfunção lógica, além da taxis, analisamos as relações lógico-semânticas entre as orações. No que diz respeito às relações lógico-semânticas, as orações podem ser projetadas ou expandidas. Em (2) acima, temos um exemplo de projeção, onde a oração

$\beta$  é projetada pela oração  $\alpha$ . A projeção está relacionada àquilo que as pessoas pensam e dizem, ou seja, a projeção ocorre em orações com processos verbais e mentais.

Em (1) acima, temos um exemplo de expansão. Na expansão, a oração secundária expande a primária por meio de: a) elaboração; b) extensão e c) intensificação.

Na elaboração, representada pelo símbolo ( $=$ ), cria-se uma relação de equivalência entre as orações:

(3) **1**: Ele nunca viajou uma vez sequer, **=2**: ou seja, ele não viveu.

Na extensão, representada pelo símbolo ( $+$ ), cria-se uma relação de adição, como em (1) e em (4), a seguir:

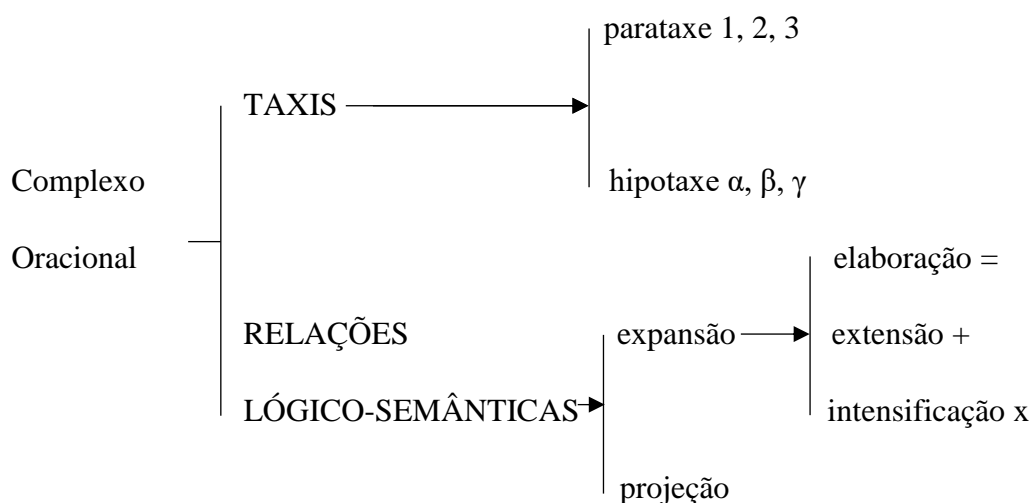
(4)  **$\alpha$** : Pedro correu a maratona toda, **+ $\beta$** : ficando (e ficou) em segundo

Na intensificação, representada pelo símbolo ( $x$ ), cria-se uma relação de desenvolvimento:

(5) **1**: Estudamos tanto, **x2**: porque queremos ter uma vida melhor.

Em suma, podemos resumir as escolhas ideacionais na subfunção lógica da seguinte forma:

Figura 7 - Função lógica



Fonte: Halliday e Mathiessen, 2014, p. 438 (adaptado).

## 2.2.4 Teoria de representação dos atores sociais

Passaremos, agora, a uma teoria fortemente embasada nas categorias apresentadas anteriormente, principalmente nas categorias da subfunção experiencial da metafunção ideacional.

A teoria da representação dos atores sociais foi desenvolvida por van Leeuwen (2008). Trata-se de uma teoria que possui uma sólida consistência gramatical e que permite investigar como os/as participantes de práticas sociais podem ser representados no discurso. Especificamente, van Leeuwen mostra como a agência, que é um conceito sociológico, pode ser manifestada linguisticamente. A diferença entre sua abordagem e as demais é que van Leeuwen prioriza as categorias sociológicas (“nominização”, “agência”, etc.) em vez das categorias linguísticas (“nominalização”, “supressão do agente da passiva” etc.).

Utilizamos essa teoria porque ela também se estende na Linguística Sistêmico-Funcional e, como o próprio nome sugere (Teoria de **representação** dos atores sociais), ela dá maior proeminência à metafunção ideacional.

Conforme observa van Leeuwen (2008), a questão “como os atores sociais podem ser representados?” é uma questão gramatical, na medida em que van Leeuwen, assim como Halliday (2014), assume que gramática é um potencial de significação. Fairclough (2003) também lança mão dessa teoria de representação para realizar a análise de textos. Vejamos a seguir as categorias que usaremos para análise.

### I - Exclusão e Inclusão

Estas são as categorias mais abrangentes de análise. Nessas categorias, é analisado se os atores sociais são excluídos ou incluídos no texto. A sua exclusão pode ocorrer de duas formas: total (supressão) ou parcial (encobrimento).

A supressão pode ser feita pelo apagamento do agente da passiva (foi aprovada uma lei<sup>38</sup>) ou por meio de orações não finitas (**empregar** o vocabulário correto é necessário). Como lembra van Leeuwen (2008, p. 30), quase sempre é possível apagar os atores sociais que se beneficiam de uma ação (ele adaptou sua linguagem para agradar). Na LSF, esses atores são denominados beneficiários.

---

<sup>38</sup> Os exemplos a seguir foram retirados do nosso *corpus*. Alguns exemplos foram adaptados para tornar mais didática a explicação. No capítulo 4, mostraremos a aplicação dessas categorias aos dados.

Outro modo de excluir os atores sociais é a nominalização (o **comentário** sobre a linguagem oral foi discriminatório). Por meio de processos realizados como adjetivos, os atores sociais também podem ser apagados, como se vê em: “a língua padrão é mais adequada para contextos formais”. Nesse último exemplo, não podemos saber exatamente “quem são as pessoas que têm que adequar sua língua à língua padrão”, tampouco podemos saber “quem considera a língua padrão mais adequada”.

Já o encobrimento – supressão parcial dos atores sociais – pode resultar do uso de orações não finitas (i.e., do uso do gerúndio, particípio ou infinitivo) ou do uso de orações paratáticas: “O autor defende o uso de normas coloquiais, mas [**o autor**] faz uso da norma padrão”. No caso do encobrimento, os atores sociais estão incluídos em algum outro lugar do texto, sendo, portanto, recuperáveis.

Enquanto a exclusão trabalha com essas duas categorias na teoria da representação dos atores sociais, a inclusão abrange todo o restante: 1) passivação e ativação; 2) participação, circunstancialização e possessivação; e 3) personalização e impersonalização.

## II - Passivação ou ativação

Quando incluídos, os atores sociais podem ser representados de forma ativa (ativação) ou passiva (passivação) na atividade, dependendo da “voz” gramatical empregada.

A ativação pode ser detectada na transitividade. Os papéis gramaticais ativos são desempenhados pelos seguintes participantes: 1) ator, nos processos materiais; 2) experienciador, nos processos mentais; comportante, nos processos comportamentais; 4) dizente, nos processos verbais; 5) designador, nas orações relacionais<sup>39</sup>.

A ativação também pode ser realizada por meio de sintagmas preposicionais: “As normas foram instituídas **pelo grupo de maior prestígio**”.

Da mesma forma que a ativação, a passivação pode se realizar por meio de diversos “participantes”: 1) meta, no processo material; 2) fenômeno, no processo mental; e 3) portador, no processo relacional. A passivação também pode ser realizada por meio

---

<sup>39</sup> Já vimos todos esses participantes (cf. 2.2.2). Falta, todavia, tratar do designador, que é o participante responsável pela designação nos processos relacionais atributivos. Vejamos o exemplo de Halliday e Matthiessen (2014, p. 288), que mostra como o designador desempenha um papel ativo na oração: “Nós chamaremos isso de voz autoral”.

de sintagmas preposicionais: “uma manifestação **contra os portugueses** foi escrita”. Outra forma de realizar a passivação é por meio de modificadores como o adjetivo: “o preconceito **linguístico** está sendo disseminado”. Neste último exemplo, várias pessoas que usam variedades linguísticas desprestigiadas são apassivadas.

O “participante” que se beneficia – participa passivamente – da ação também pode ser realizado como: 1) recipiente ou cliente no processo material; e 2) receptor, no processo verbal.

### **III - Participação, circunstancialização e possessivação**

Os atores sociais podem ser apresentados como participantes da oração (participação) ocupando papéis importantes dentro do sistema de transitividade ou circunstancializados, isto é, integrando sintagmas preposicionais que representam as circunstâncias no sistema de transitividade. A possessivação, por sua vez, se refere ao uso de pronomes possessivos para ativar (nossos usos linguísticos) ou apassivar (seu aluno<sup>40</sup>) um ator social.

A escolha por representar determinados atores sociais como participantes ou como circunstância tem fortes implicações semânticas. Como vimos anteriormente (cf. **2.2.2**), os participantes (e os processos) são os componentes essenciais da oração. A circunstância, por outro lado, é um componente periférico, como pode se observar em “As normas (participante) foram instituídas (processo) pelo grupo de maior prestígio (participante na forma de sintagma preposicional)”.

O fato da circunstância poder ser facilmente eliminada da oração denota não só sua posição na hierarquia lexicogramatical, mas também a proeminência que o/a falante/escritor/a confere ao ator social em suas proposições.

### **IV - Personalização e impessoalização**

Os atores sociais podem ser representados como personalizados, por meio do uso de nomes próprios, pronomes, substantivos e adjetivos que apresentem características

---

<sup>40</sup> Segundo Fowler (1986, p. 36), o uso da sintaxe convencional “possessivo + substantivo” – como em “o meu filho”, “a minha mulher”, o “meu ajudante” – tem a consequência infeliz de codificar a relação humana como um objeto. “Deste modo, ‘a minha mulher’ parece pertencer-me tanto quanto me pertencem a minha mão, os meus livros ou o meu carro”.

humanas. Quando personalizados, os atores podem ser representados através de: 1) determinação: participantes com identidade especificada (O artigo do doutor **Miguel Srougi**); e 2) indeterminação: participantes representados como indivíduos ou grupos não especificados ou anônimos. A indeterminação costuma ser realizada por pronomes indefinidos (**alguém** comentou em uma reunião de trabalho).

Na impersonalização, os participantes são apresentados sem a característica “humano”, isto é, sem a representação de uma entidade consciente e capaz de tomar decisões. A impersonalização pode ser realizada através de substantivos, concretos ou abstratos, que não possuem a característica humana.

A impersonalização pode ocorrer por: abstração e objetivação. Na abstração, os atores sociais são representados por suas “qualidades”: “a referência de comportamento linguístico advém da **norma mais prestigiosa**”. Nesse último exemplo, a norma mais prestigiosa faz referência aos grupos sociais dominantes.

Na objetivação, os atores sociais são representados por uma relação metonímica. Essa relação metonímica pode se dar por:

1) espacialização – quando os atores sociais são substituídos pelo espaço que ocupam (**as diferentes esferas sociais de uso da língua** obrigam o falante a adaptá-la às variadas situações comunicativas);

2) autonomização do discurso – quando o ator social é representado por seu discurso (**o texto** mostra uma situação em que a linguagem é inadequada ao contexto);

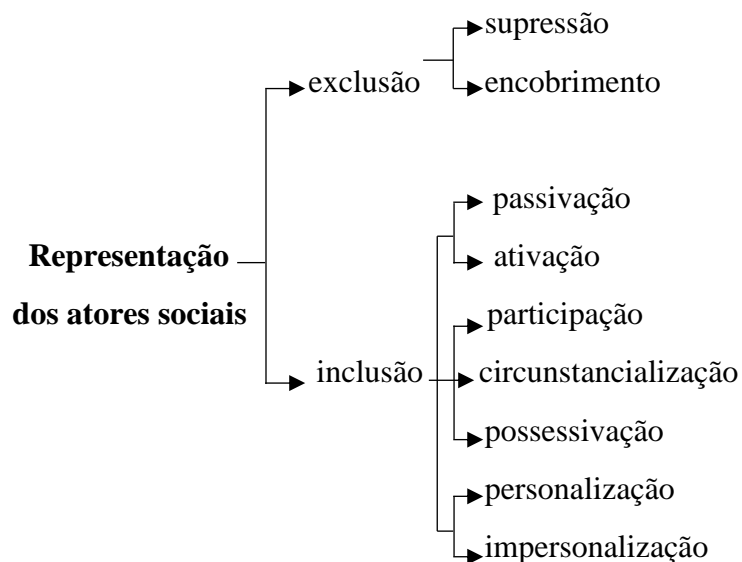
3) instrumentalização – quando o ator social é representado por um instrumento relacionado a ele (**o exame** reprovou a maioria); e

4) somatização – quando o ator social é representado por partes do corpo (**a mão do aluno** escreveu o comentário preconceituoso). Como a somatização geralmente é acompanhada por um pronome possessivo, van Leeuwen (2008, p. 47) observa que talvez, nesses casos seja melhor falar em semiobjetivação.

A figura a seguir resume as categorias explicadas:



Figura 8 - Formas de representação dos atores sociais



Fonte: Elaboração do autor

### 2.2.5 Teoria da Avaliatividade

Dissemos que nosso foco seria a representação; logo, a metafunção ideacional teria maior proeminência. Então, o conhecedor da teoria sistêmico-funcional, em uma análise apressada, poderia perguntar: por que usar a teoria da avaliatividade, já que ela diz respeito à metafunção interpessoal?

De fato, a teoria da avaliatividade, desenvolvida por Martin e White (2005) enfatiza a metafunção interpessoal da linguagem. Contudo, os próprios autores ressaltam a relação de complementariedade que existe entre as metafunções ideacional e interpessoal, uma vez que as atitudes do/a falante/escritor/a são detectadas a partir da seleção dos significados ideacionais.

Segundo Thompson e Thetela (1985), dentro da metafunção interpessoal, é possível distinguir duas funções: a pessoal e a interacional. A função pessoal está relacionada à modalidade e à avaliação – ou seja, de uma forma geral, está relacionada à atitude dos falantes em relação ao que se fala. Já a função interacional está relacionada aos papéis desempenhados e projetados pelo/a falante/escritor/a na interação. Assim, ao egermos a teoria da avaliatividade, estamos mais interessados nas atitudes que subjazem

às representações do que na interação propriamente (funções da fala e nas trocas linguísticas).

Feito esse esclarecimento acerca das escolhas teórico-metodológicas realizadas nesta pesquisa, podemos apresentar as categorias utilizadas na teoria. Basicamente, podemos separar a avaliatividade em três domínios diferentes: atitude, engajamento e gradação. Explicaremos cada um deles a seguir.

### **I - Atitude**

Segundo Martin e White (2005), a atitude está relacionada com nossos sentimentos, incluindo as reações emocionais, julgamento de comportamentos e avaliação de coisas.

A atitude é dividida em três regiões: 1) afeto, 2) julgamento e 3) apreciação.

No afeto, encontramos os recursos para construção de reações emocionais. O afeto diz respeito aos nossos sentimentos, sejam positivos ou negativos.

Sou **feliz** pelos amigos que tenho. Um deles muito **sofre** pelo meu descuido com o vernáculo. O que me deixa **triste** sobre esse amigo oculto é que nunca tenha dito nada sobre o que eu escrevo, se é bonito ou se é feio.

No julgamento, encontramos recursos para a construção de comportamentos de acordo com princípios normativos variados. O julgamento diz respeito às atitudes que nós admiramos ou condenamos:

Por alguns anos ele sistematicamente me enviava missivas eruditas com precisas informações sobre as regras da gramática, que **eu não respeitava**, e sobre a grafia **correta** dos vocábulos, que **eu ignorava**. Fi-lo sofrer pelo uso **errado** que fiz de uma palavra num desses meus badulaques.

Na apreciação, encontramos os recursos para a construção do valor das coisas, incluindo fenômenos naturais e semioses.

O que me deixa triste sobre esse amigo oculto é que nunca tenha dito nada sobre o que eu escrevo, se é **bonito** ou se é **feio**.

Nem sempre a diferenciação entre o julgamento e a apreciação é precisa. Como mostra o exemplo acima, a apreciação de uma determinada linguagem como bela ou feia diz respeito ao comportamento linguístico dos indivíduos.

## II - Engajamento

O engajamento está relacionado à identificação de atitudes e das vozes que circundam o discurso. Através do engajamento, podemos identificar a presença de outras vozes no texto (heteroglossia) ou se o texto é fechado ao diálogo (monoglossia). Na monoglossia, não há referência a outras vozes ou pontos de vista (p.e., esse uso é inadequado); na heteroglossia, há (p.e., de acordo com a norma padrão, esse uso é inadequado).

Na heteroglossia, pode haver a contração dialógica – em que o espaço para as outras vozes é tornado restrito – ou a expansão dialógica – em que se abre mais espaço para alternativas.

É exemplo de contração dialógica a refutação, em que se rejeita uma posição por meio da negação (**não** existe um único português correto) ou da contestação (**embora** seja uma entre muitas variedades, a língua padrão é mais prestigiosa).

Outro exemplo de contração dialógica é a ratificação, em que a voz autoral é apresentada como mais plausível e válida, suprimindo posições alternativas. A ratificação ocorre por meio da concordância (naturalmente, é claro, é óbvio), do pronunciamento (a verdade sobre o assunto é X, não há dúvida sobre isso) e do endosso (X demonstrou que..., X provou que...).

Já a expansão dialógica pode ocorrer por 1) acolhimento: a proposição é apresentada como um entre os vários pontos de vista possíveis; e 2) atribuição: a proposição é apresentada como um entre vários pontos de vista possíveis e atribuído a uma voz externa. O acolhimento tem como subcategorias a probabilidade (talvez, possivelmente, provavelmente etc.) e a evidência (parece que, suspeito que etc.) A atribuição, por sua vez, tem como subcategorias o reconhecimento (de acordo com X, X acredita que... etc.) e o distanciamento (X alega que, há rumores de que... etc.), neste último há um claro afastamento da voz autoral da voz externa.

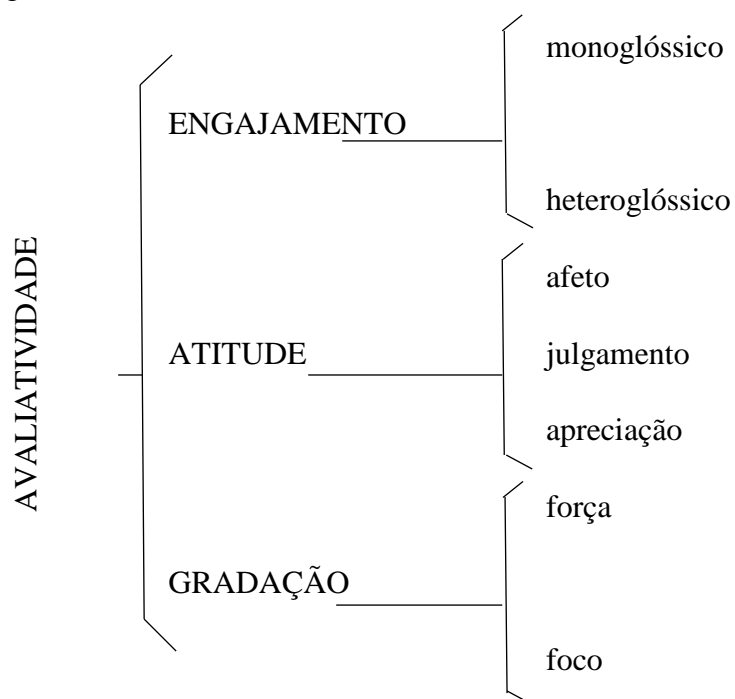
De uma forma geral, o engajamento permite evidenciar ou ofuscar as relações intertextuais estabelecidas no texto.

### III - Gradação

A gradação, como o nome sugere, se relaciona aos recursos usados para a gradação de fenômenos, mostrando quão forte ou fraco é algo. Assim, uma das subcategorias usadas na gradação é a força, que releva a intensidade (p.e., muito triste, pouco triste) e a mensuração (p.e., poucos problemas, muitos problemas) das qualidades e dos processos. Quando não é possível graduar pela força, podemos graduar pelo foco. No foco, estabelecemos o grau de pertencimento de algo a alguma categoria semântica, reforçando (p.e., um amigo de verdade, um típico professor) ou mitigando (p.e., um tipo de linguista, uma espécie de gramático) esse pertencimento.

A figura a seguir nos permite ter uma visão panorâmica da teoria da avaliatividade.

Figura 9 - Avaliatividade



Fonte: Martin e White, 2005, p. 38 (adaptado)

### 2.2.6 A LSF como ferramenta de análise textual para a ADC

Todas as teorias que apresentamos neste capítulo têm por base a Linguística Sistêmico-Funcional. Adotamos a LSF porque, além de ser uma ferramenta para a descrição do sistema linguístico (estrutura), essa teoria oferece instrumentos úteis para a análise de textos (eventos). Assim, ao utilizarmos a LSF como ferramenta para fazer a análise textualmente orientada, queremos saber o que significa, por que significa e como significa o texto.

Para os analistas de discurso críticos, a análise de textos não é um fim em si mesma. Para nós, a análise de textos (eventos) permite abrir uma janela para a análise da ordem do discurso (prática social). Desse modo, através da análise textual, podemos mostrar como as ideologias são *representações* (discurso de adequação linguística) que podem ser legitimadas por *ações* sociais (gênero questão de prova de vestibular) e inculcadas nas *identidades* (maneiras de falar/escrever, de avaliar a língua etc.) dos/as agentes sociais.

Uma vez que a ideologia que queremos analisar se manifesta em textos e que os textos podem criar e sustentar ideologias, precisamos de uma teoria de linguagem sólida. Por isso, reservamos este capítulo para explicitar nossas bases linguísticas e para mostrar porque a ADC de Fairclough é denominada Análise de Discurso Textualmente Orientada.

Falta agora apresentarmos as bases da filosofia da ciência na qual toda a teoria da ADC – logo, toda esta pesquisa – se assenta: o Realismo Crítico.

## CAPÍTULO 3 - DA ONTOLOGIA À METODOLOGIA

Neste capítulo, pretendemos explicitar nosso percurso científico, na seguinte ordem: ontologia, epistemologia, metodologia. Dessa forma, diremos: 1) qual a nossa visão de mundo; 2) como podemos conhecer o mundo (particularmente nosso objeto de pesquisa); e 3) as ferramentas metodológicas que empregaremos para isso.

### 3.1 Premissas ontológicas

Com base em Chouliaraki e Fairclough (1999), a perspectiva ontológica da sociedade e linguagem que adotamos é a realista crítica. Discutir as premissas ontológicas da pesquisa antes das epistemológicas não é uma decisão arbitrária. Conforme frisa Bhaskar (1998), essa decisão reflete que, para o Realismo Crítico, é a natureza dos objetos de estudo que determina aquilo que podemos saber sobre eles.

Basicamente, ao falarmos de ontologia, estamos nos referindo às coisas/objetos/seres que existem no mundo real. Dessa forma, no realismo crítico separamos a teoria do ser (ontologia) da teoria do conhecimento (epistemologia), que se refere aos sistemas de ideias/teorias/conhecimentos que empregamos para entender o mundo.

Ao nos alinharmos ao Realismo Crítico, adotamos uma perspectiva estratificada do mundo (ontologia). Segundo Bhaskar (2008), a realidade pode ser dividida em três estratos: o real, o realizado e o empírico<sup>41</sup>. Respectivamente, podemos definir cada estrato da seguinte forma: 1) o estrato real<sup>42</sup> é aquilo que existe independentemente de ser percebido empiricamente e de nossa compreensão sobre ele, refere-se às estruturas e poderes dos elementos naturais e sociais; 2) o realizado<sup>43</sup> refere-se ao exercício desses poderes, isto é, às consequências da ativação desses poderes; 3) “o empírico, por fim, é

---

<sup>41</sup> Adotamos a tradução “real, realizado e empírico” para os termos “the real, the actual and the empirical” empregados por Bhaskar (2008).

<sup>42</sup> Com base em Barros (2015, p. 32), podemos dizer que o real – onde estão os mecanismos causais – é “o que a ciência deve procurar descobrir”.

<sup>43</sup> Para ficar mais claro, citemos o exemplo de Sayer (2000, p. 10): “Se tomarmos o exemplo da distinção marxista entre força de trabalho e trabalho, a primeira (a capacidade de desempenhar trabalho), juntamente com as estruturas físicas e mentais das quais ela deriva, é equivalente ao nível do real, enquanto que, o trabalho, entendido como o exercício deste poder, e seus efeitos, pertencem ao domínio do actual (realizado)”.

definido como o domínio da experiência, da observação — é aquilo que nós efetivamente observamos dos efeitos das estruturas, das potencialidades e das realizações” (RESENDE, 2009, p. 22) . A figura a seguir representa essa estratificação da realidade:

Quadro 7 - Estratificação da realidade

	Domínio do Real	Domínio do Realizado	Domínio do Empírico
<b>Mecanismos</b>	√		
<b>Eventos</b>	√	√	
<b>Experiências</b>	√	√	√

Fonte: Bhaskar, 1998, p. 41.

Da figura acima, podemos depreender a existência de mecanismos, no domínio do real, que podem ou não produzir eventos, no domínio do realizado. Dessa forma, a proposição da existência de entidades não observáveis – como as crenças ideológicas – podem ser realizadas com base na observação de seus efeitos empíricos – como os discursos discriminatórios.

Para o Realismo Crítico, a experiência não é, pois, necessária para determinar a existência dos objetos. Ao categorizar os eventos como independentes da experiência, Bhaskar (1998, p. 24) afirma: “Poderia existir um mundo de eventos sem experiências. Esses eventos constituiriam realidades não percebidas e, na ausência de homens, impercebíveis”.

Conforme observa Sayer (2000, p. 10), tanto cientistas sociais quanto naturais frequentemente adotam essa visão da realidade: “Por exemplo, muitos linguistas inferiram a existência de uma gramática generativa a partir da habilidade que as pessoas têm para construir sentenças novas, mas gramaticalmente corretas”. Assim, a linguagem existe tanto no nível do real – como geradora de gramáticas e vocabulários –, quanto no nível do realizado – como fala (SAYER, 2000). Podemos aplicar essa visão estratificada da linguagem à Linguística Sistemico-Funcional. Nessa teoria, a linguagem é considerada uma entidade que não pode ser reduzida à soma de todos os textos observáveis. Assim, a

linguagem, enquanto sistema, é uma entidade à qual podemos atribuir certas propriedades que possuem um poder explanatório considerável (HALLIDAY, 2014)<sup>44</sup>.

Ainda que parte da realidade possa ser captada empiricamente, nem tudo o que existe pode ser apreendido pela observação, pois isto seria igualar o estrato real ao empírico, tal qual se faz no empirismo<sup>45</sup>. Por essa razão, é necessário fazer a diferenciação entre ontologia e epistemologia. Nessa separação, os estratos real e realizado pertencem à categoria da ontologia, enquanto o empírico pertence à categoria da epistemologia.

Considerando esses pressupostos e considerando que nosso objeto de estudo é o discurso de adequação linguística instanciado no gênero questão de prova de vestibular, devemos observar, então, que: 1) nem todas as causas/mecanismos geram eventos empíricos observáveis; e 2) as causas/mecanismos que geram eventos empíricos observáveis nem sempre gerarão os mesmos eventos empíricos.

Diante disso, podemos dizer que, apesar do discurso de adequação linguística produzir efeitos sobre as pessoas, nem sempre esses efeitos serão observáveis – uma pessoa pode ter uma crença preconceituosa, causada por um discurso discriminatório, sem manifestar essa crença na forma de um comportamento verificável. Da mesma forma, o gênero questão de prova de vestibular pode produzir diversos efeitos, como a exclusão de grupos de pessoas do ensino superior, mas nem todos esses efeitos serão observáveis – como discutimos no capítulo 1, esse gênero pode afetar a autoestima e a confiança das pessoas e esse efeito nem sempre é empiricamente verificável. Além disso, o discurso de adequação linguística instanciado no gênero questão de prova de vestibular não produzirá sempre os mesmos efeitos – uma pessoa com consciência linguística crítica será menos suscetível aos efeitos de discursos discriminatórios e de gêneros discursivos poderosos, como a questão de prova de vestibular.

Resumindo, não podemos reduzir o nosso objeto de estudo ao seu efeito empírico. Por isso, acreditamos que o resgate da ontologia feito pelo Realismo Crítico é tão fundamental para esta pesquisa.

---

<sup>44</sup> Confira 2.1.4, para lembrar a perspectiva realista crítica que adotamos sobre a linguagem e sociedade.

<sup>45</sup> “O empirismo (do grego *empeiria*, que significa: experiência dos sentidos) considera que o real é fatos e coisas observáveis e que o conhecimento da realidade se reduz à experiência sensorial que temos dos objetos” (CHAUI, 2001, pág. 21).



### 3.2 Premissas epistemológicas

Ao discutirmos a ontologia do Realismo Crítico, explicamos que a realidade é estratificada (real, realizado e empírico). Resende (2009, p. 72) explica as implicações epistemológicas dessa estratificação da realidade:

(i) o que se realiza em eventos e o que podemos observar do mundo social não esgotam o que existe, uma vez que há estruturas causais subjacentes às estruturas; (ii) isso não significa que não podemos gerar conhecimento sobre aquilo que não podemos observar empiricamente, já que podemos, com base no conhecimento sobre práticas, fazer abstrações sobre os poderes causais ativados/bloqueados em um dado evento; (iii) como a vida social é um sistema aberto, aquilo que acontece não esgota o que poderia ter acontecido, pois pode haver poderes causais latentes; (iv) toda explanação social é falível e passível de ser superada, pois as estruturas não são transparentes à razão.

Diante disso, consideramos que os seguintes elementos devem ser observados na pesquisa baseada no Realismo Crítico: 1) objetividade: aquilo que é conhecido seria real mesmo que não fosse conhecido, e algo pode ser real ainda que não seja observável; 2) falibilidade: as proposições estão sempre abertas à refutação, pois a análise não se atém a dados supostamente infalíveis, mas vai além deles; 3) transfenomenalidade: a investigação deve ultrapassar o nível das aparências, detectando as estruturas subjacentes aos eventos investigados; 4) contrafenomenalidade: o conhecimento da estrutura profunda pode não apenas ir além, mas também contradizer as aparências (COLLIER, 1994).

Considerando as premissas ontológicas e epistemológicas apresentadas, diferenciamos, com base em Bhaskar (1998), duas dimensões do conhecimento: a transitiva e a intransitiva. O mundo que existe independente de nosso conhecimento sobre ele configura a dimensão intransitiva do conhecimento. As teorias que usamos para entender o mundo são a dimensão transitiva do conhecimento. Podemos imaginar um mundo de objetos intransitivos sem a ciência. Todavia, não é possível pensar a ciência sem os objetos transitivos. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos dizer que teorias rivais possuem diferentes perspectivas transitivas sobre o mundo, mas o mundo de que tratam (dimensão intransitiva) é o mesmo.

Depois dessa breve introdução às premissas ontológicas – e a algumas das premissas epistemológicas – do realismo crítico, podemos concluir que existe uma realidade objetiva exterior ao cientista (dimensão intransitiva). As teorias científicas (dimensão transitiva) tentam apresentar essa realidade, mas isso não muda a natureza da

realidade objetiva. A realidade objetiva (dimensão intransitiva) não pode ser reduzida àquilo que pode ser conhecido – daí deriva o caráter transcendental do realismo crítico.

Diante disso, podemos dizer que as características definidoras do Realismo Crítico – logo, da ADC – são

(i) a proposição de que as sentenças teóricas são verdadeiras ou falsas (contra o instrumentalismo); (ii) isso é assim em virtude da forma como o mundo é (contra o relativismo); (iii) a existência das entidades é independente das condições epistêmicas (contra o empiricismo); mas (iv) as propriedades essenciais das entidades são cognoscíveis (contra o idealismo). (FUCIDJI, 2012, p. 66)

Considerando que o mundo não se reduz ao domínio empírico, pretender estudar o mundo de forma objetiva, como se ele se reduzisse àquilo que podemos observar, seria uma falácia epistêmica. Essa orientação teórica reforça a necessidade de adoção de argumentos retrodutivos<sup>46</sup>. O termo retrodutivo, conforme explica Almeida-Filho (1993, p. 52), foi criado para

superar o problema da indução de Hume, que tanta controvérsia tem provocado na filosofia contemporânea (Russell, 1976, Popper, 1968). Para Bhaskar (1986, p.30), a categoria da indução deve ser entendida em dois componentes: a 'transdução' (ou seja, a suposição de que as leis da natureza se aplicam fora dos sistemas fechados - laboratórios, sistemas teóricos, etc. - em que elas foram criadas) e a 'edução' (expectativa de que as leis gerais inferenciais aplicam-se a casos individuais). Especificamente, 'retrodução' refere-se à exploração exaustiva de analogias, estabelecendo a posteriori modelos metafóricos e metonímicos propiciadores de uma análise realista-transcendental das estruturas científicas (e não de eventos) 'transfactualmente eficazes'.

A retrodução é, pois, um tipo de raciocínio filosófico e científico que embasa a teoria realista. Nesse raciocínio, inverso ao tradicional, a primeira questão que se coloca não é “como eu conheço o mundo?”, mas sim “como o mundo deve ser para que possa ser conhecido?”. Essa operação “envolve um questionamento do que o mundo real deve ser para que um *explanandum* específico seja atualizado, e como tal, difere da indução empírica e da dedução lógica” (JESSOP, 2005, p. 43).

No Realismo Crítico as razões/crenças são consideradas como causas que embasam argumentos retrodutivos. Por exemplo, quando uma pessoa discrimina a

---

<sup>46</sup> Conforme explica Bhaskar (2009, p. 7), o argumento retrodutivo, em vez de tratar da descrição dos fenômenos, trata da descrição das coisas que produzem ou que são uma condição para os fenômenos.

linguagem de outra pessoa, ela provavelmente faz isso com base na crença de que existe uma linguagem superior e que as pessoas devem se adequar a essa linguagem. Assim, a crença/razão é um mecanismo gerativo que, atuando com vários outros mecanismos, produz efeitos no mundo. As crenças das pessoas podem tanto ser detectadas pelo discurso como podem ser causadas pelo discurso<sup>47</sup>: um discurso numa campanha contra o mosquito da dengue tem por objetivo produzir mudanças no comportamento das pessoas, através do fornecimento de razões ou da alteração de crenças. Da mesma forma, nosso discurso de emancipação linguística visa fornecer razões para que as pessoas mudem comportamentos discriminatórios. Essas razões são claramente distintas das ações: “elas são possuídas mesmo quando não exercidas, e somente exercidas em condições favoráveis” (BHASKAR, 2005, 103).

Nessa perspectiva epistêmica, a condição necessária para que a nossa pesquisa seja possível é que: 1) o discurso seja capaz de produzir efeitos no mundo social, influenciando as crenças e fornecendo razões para as pessoas; 2) as crenças/razões possam se manifestar através de textos; e 3) as crenças/razões possam ser consideradas causas das ações intencionais das pessoas<sup>48</sup>. As crenças/razões ideológicas devem, pois, possuir uma natureza semiótica para que a nossa pesquisa seja possível.

No Realismo Crítico, é a natureza dos objetos que determina a possibilidade de serem estudados e conhecidos. Assim, o raciocínio realista é: as crenças ideológicas têm uma natureza semiótica, por isso podem ser conhecidas linguisticamente – isto é, podem ser conhecidas por meio da análise de textos. Esse raciocínio é, pois, inverso ao tradicional. Nessa última linha de raciocínio, que julgamos equivocada, o fato das crenças ideológicas poderem ser conhecidas linguisticamente determinaria sua natureza semiótica.

---

<sup>47</sup> Em Fairclough e Fairclough (2012), o autor e a autora refinam o arcabouço teórico da ADC e mostram como as razões podem ser consideradas causas. Através da argumentação prática, os/as políticos/as decidem quais ações devem ser tomadas.

<sup>48</sup> Segundo Bhaskar (2005), as ações intencionais das pessoas são sempre causadas por razões e é justamente por isso que elas são caracterizadas como intencionais. Os/as agentes podem estar ou não conscientes das razões que causam suas ações intencionais. Se uma razão não fosse causa, não faria sentido que uma pessoa avaliasse diferentes crenças a fim de decidir que ação tomar.

### 3.2.1 Neutralidade epistêmica

Tendo por base os pressupostos epistemológicos do Realismo Crítico, não acreditamos que a observação do cientista seja neutra e isenta de uma teoria pré-existente<sup>49</sup>. Para nós, ainda que o mundo exista de forma objetiva, ele não pode ser observado de forma objetiva.

Conforme discutem Bhaskar e Collier (1998), até pouco tempo era considerado uma falácia partir do “fato” para o “valor”. Esse movimento de partir de “aquilo que é” para “aquilo que deveria ser” é proibido pela lei da ciência tradicional – “Lei de Hume”. Contudo, com sua crítica explanatória, Bhaskar (1998) se insurge contra esse dogma<sup>50</sup>. Conforme explica Barros (2015, p. 43), a crítica explanatória de Bhaskar se assenta no pressuposto de que:

os objetos das ciências sociais, diferentemente das ciências naturais, devem abranger crenças, incluindo julgamento de valor e ação. O estudo de determinada sociedade, em determinado momento histórico, acrescentará informações sobre a estrutura da sociedade nesse período. Muitas pessoas, por exemplo, acreditam que a sociedade é uma sociedade sem classes, quando na verdade não é. As crenças podem ter efeitos sobre a estrutura impedindo as pessoas de tentar alterá-las.

Ao adotar os pressupostos epistemológicos do Realismo Crítico, a ADC rompe com a concepção tradicional de ciência (humaniana). Na condição de disciplina vinculada ao Realismo Crítico, a ADC não apenas descreve a realidade – tratando das coisas como elas são – como também possui uma proposta prescritiva – apontando meios para a transformação da sociedade. Assim, ao ter como agenda a emancipação de agentes sociais que vivem situações de opressão, a ADC não apenas explica o como e o porquê da realidade social ser como é, mas também trata de “aquilo que deveria ser”. O Realismo Crítico representa, então, uma alternativa ao positivismo<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> Ainda que não seja um realista crítico, vale mencionar Popper (2004, p. 60): “Todas as observações são impregnadas de teorias, não existe observação pura desinteressada, ou livre de teoria”.

<sup>50</sup> Conforme lembram Bhaskar e Collier (1998, p. 385), o filósofo Searle contestava esse dogma sob o seguinte argumento: “do fato de eu ter prometido fazer alguma coisa deriva que eu tenho a obrigação de fazer isso (mantendo-se constante todas as outras variáveis)”.

<sup>51</sup> “O positivismo não apenas humaniza a natureza. Com sua sociologia de indivíduos atomizados, ele também naturaliza a sociedade. Ao reduzir os indivíduos a agentes passivos que registram fatos da natureza e dificilmente se comunicam entre si, ele dessocializa e desistoriza a ciência. Como resultado desse eclipse da historicidade, o positivismo é incapaz de lidar adequadamente com a mudança social e a mudança científica. Juntas, a reificação dos fatos científicos e a naturalização da ação humana transformam o positivismo em ideologia, no sentido marxista do termo, que reproduz e reflete,

Contra a neutralidade axiológica do positivismo, o Realismo Crítico e a ADC propõem o desenvolvimento de uma ciência social inerentemente crítica. Isso implica o envolvimento do pesquisador na pesquisa. Por isso, nos insurgimos contra uma série de convenções da ciência tradicional. Por exemplo, como analistas do discurso, sabemos que enunciados na terceira pessoa, nominalizações, voz passiva e escolhas lexicais menos avaliativas não tornam uma pesquisa mais científica. A objetividade desse tipo de enunciado pode, inclusive, escamotear vários tipos de fatos.

Usando os exemplos dados por Bhaskar (1998, p. 237), façamos a comparação dos seguintes enunciados, que representam aquilo que aconteceu na Alemanha nazista: a) “o país foi despovoado”; b) “milhões de pessoas morreram”; c) “milhões de pessoas foram mortas”; d) “milhões de pessoas foram massacradas”. Podemos concluir que todos os enunciados representam o que ocorreu, mas o último enunciado (d) não é apenas o mais avaliativo, como também o mais preciso e acurado.

Diante disso, conforme afirma Bhaskar (1998), as ciências sociais são não-neutras, impregnadas e impregnantes de valores. Os valores pertencem, numa perspectiva realista crítica, não ao mundo platônico das ideias, mas ao mundo real, aquele em que vivemos. Portanto, negar a existência dos valores ou afirmar a sua ausência nas pesquisas científicas é uma atitude antirrealista.

### **3.2.2 Explicação em sistemas abertos**

Diferente do que ocorre no positivismo, no Realismo Crítico a predição não corresponde à explicação. Achar que a busca por regularidades ou pela conjunção constante de eventos humaniana é a única forma de obter conhecimento constitui uma falácia epistêmica, conforme coloca Bhaskar (2008). Ao estudarmos fenômenos sociais/semióticos, temos que ter em mente que esses fenômenos são emergentes de fenômenos biológicos, que por sua vez são emergentes de fenômenos químicos e físicos. Assim, quando consideramos a análise de fenômenos sociais/semióticos, como a conversação, devemos observar que:

---

racionaliza e mistifica a ciência normal e senso comum, assim como a relação entre ambos.” (VANDENBERGHE, 2010, p. 31).

a prática social da conversação depende do estado fisiológico dos agentes, incluindo os sinais enviados e recebidos em torno de nossas células nervosas, mas a conversação não é redutível a estes processos fisiológicos. Explicações reducionistas que ignoram propriedades emergentes são, portanto, inadequadas (Bhaskar, 1975).

Embora nós não precisemos voltar ao nível da biologia ou da química para explicar os fenômenos sociais, isto não significa que os primeiros não tenham efeito sobre a sociedade. Tampouco significa que podemos ignorar a maneira pela qual afetamos estes estratos, por exemplo, através da contracepção, medicina, agricultura e poluição. (SAYER, 2000, p. 11)

Então, da mesma forma que a natureza, podemos ver que as ciências também são estratificadas. Nessa estratificação, o estrato químico pressupõe o estrato físico, o estrato biológico pressupõe ambos e o estrato social pressupõe todos os outros estratos. O mundo estratificado é, pois, um sistema aberto, que não produz naturalmente sistemas fechados. Ainda que artificialmente, os sistemas fechados só podem ser produzidos nos estratos mais básicos. Portanto, a relação entre as leis e constâncias é diferente no mundo natural e no social:

enquanto os poderes causais básicos e leis do mundo natural têm sido constantes desde a formação do universo, o mundo social exhibe poucas constantes e correspondentemente maior variação em propriedades emergentes reais através do tempo e do espaço. (JESSOP, 2005, p. 44)

Quanto mais avançamos na hierarquia dos estratos, mais distantes ficam nossas aproximações de sistemas fechados e menores se tornam nossas possibilidades de predição. Na biologia evolucionista, por exemplo, não há experimentos da mesma forma que há na física ou na química; ainda assim, com pouco poder preditivo, ela possui um considerável poder explanatório (COLLIER, 1994).

Então, para o Realismo Crítico, o mundo social é um sistema aberto. Desse modo, o mundo social não é controlável pelo homem/mulher e regularidades empíricas não servem para explicar o seu funcionamento. Inclusive, em vez de falar em regularidades empíricas, Bhaskar (2008) prefere usar o termo “tendências” – que podem ser opostas por contratendências.

Sendo assim, quando tratamos da explicação na ADC, devemos considerar uma série de fatores complexos que geram forte debate dentro da filosofia da ciência. Por exemplo, se as razões (crenças) podem ser consideradas como causas de eventos. Contudo, a discussão não se limita a saber se as razões (crenças) das pessoas podem ser

consideradas como causas de suas ações e comportamentos. É necessário entender como a semiose exerce influência sobre as razões, “uma vez que as razões são meramente um (embora importante) aspecto da eficácia causal da semiose [discurso]” (FAIRCLOUGH *et al.*, 2004, p. 3). Além disso, a eficácia causal das razões deve ser entendida na e através da operação do discurso (semiose).

De acordo com Fairclough *et al.* (2004), quando alguém tenta nos persuadir de que estamos errados ao argumentar que o discurso/semiose possui poderes causais nos dando razões, essa pessoa pressupõe que oferecer razões pode ser causativo. Isso se aplica independentemente de haver regularidades para registrarmos, conforme explicam Fairclough *et al.* (2004, p. 5)

A ausência geral de regularidades entre dar e reconhecer razões e o comportamento subsequente não é fatal para a explicação causal. Pelo contrário (...) regularidades não são essenciais para a explicação causal inclusive nas ciências físicas.

Diante dessa discussão, precisamos, pois, esclarecer o que entendemos por causa.

### **3.2.3 Causalidade discursiva**

Teóricos/as sociais e analistas de discurso crítico defendem que seja dada mais ênfase à análise discursiva, considerando que o discurso produz efeitos reais nas práticas sociais, instituições sociais e na ordem social (FAIRCLOUGH, JESSOP, SAYER, 2002). Segundo esses/as estudiosos/as, a semiose é performativa. Para entendermos melhor a natureza performativa da semiose, apresentaremos o que Fairclough (2003, p. 8) entende por causalidade:

nós não podemos alegar por exemplo que algumas características particulares dos textos automaticamente trazem mudanças específicas no conhecimento ou comportamento das pessoas ou efeitos políticos e sociais específicos. Nem a causalidade corresponde à regularidade: pode não haver uma relação de causa-efeito associada com um tipo particular de texto ou características específicas de textos, mas isso não significa que não há efeitos causais.

Não é porque as causas de um evento às vezes são não-observáveis que elas deixam de produzir efeitos no mundo – como as crenças ideológicas, os campos

gravitacionais, os buracos negros. Mesmo que os textos possuam poderes, a ativação desses poderes é contingente. Por exemplo, um texto (em uma questão de prova de vestibular) que incita a violência racial provavelmente terá pouco efeito em público conscientizado a respeito dessa temática. Para que uma arma de fogo exploda, é necessário que ela esteja nas condições certas – que haja uma centelha etc. Assim, forças contra-atuantes podem superar ou anular os efeitos de determinados poderes causais – e como o mundo social é um sistema aberto existe um número infindável de mecanismos e poderes operando simultaneamente. “Então, embora os poderes causais existam em virtude da natureza dos objetos que os possuem, é contingente se eles são ativados ou exercidos” (SAYER, 2010, p. 110).

Um discurso feito durante uma campanha eleitoral pode oferecer fortes razões<sup>52</sup> para as pessoas votarem de uma certa maneira. De forma semelhante, o discurso de adequação linguística veiculado no gênero questão de prova de vestibular, como postulamos nesta pesquisa, pode contribuir decisivamente para que as pessoas discriminem determinados grupos linguísticos.

Ao falarmos de causalidade discursiva, devemos considerar que todos os desejos, emoções e atos intencionais pressupõem crenças/razões (COLLIER, 1994). Assim, se as crenças/razões possuem poderes causais, os textos são a materialização empírica (ou o estrato mais visível) de crenças/razões, que podem funcionar como causa para a discriminação, através da criação de significados ideológicos. Afinal, conforme lembram Chouliaraki e Fairclough (1999), é na capacidade de criar significados que está o poder gerativo/causal da linguagem.

Dessa forma, a causação diz respeito ao que produz mudança (a ativação de poderes causais), não é sobre a observação de uma conjunção regular de eventos (FAIRCLOUGH, JESSOP, SAYER, 2002). Os poderes existem, sendo exercidos ou não: trabalhadores desempregados têm o poder de trabalhar ainda que não estejam trabalhando. Dessa forma, os poderes causais podem ser atribuídos a objetos independentemente de uma sucessão regular de eventos (SAYER, 2010). Nessa lógica, o discurso e seus efeitos não podem ser explicados da mesma maneira que a produção de reações químicas e seus efeitos.

---

<sup>52</sup> Segundo Collier (1994, p. 156), “as razões pertencem à ordem causal, coabitam e interagem com outras causas em um sistema aberto. Elas são explicáveis em termos de, mas irreduzíveis a, estratos profundos do mundo social (e em última análise do mundo natural)”.



Considerando que as razões (crenças) podem funcionar como causas de determinados eventos, o discurso contribui para o fornecimento de razões. Nessa linha, citamos o feliz exemplo de Fairclough (2008, p. 108) sobre o poder causal do discurso, que se instancia em textos: “Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares, outros levam as pessoas a perder o emprego ou obtê-lo, outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas”.

Contudo, conforme discutimos (cf. 1.1), é necessário observar que os textos produzirão efeitos diferentes dependendo do gênero discursivo em que estiverem instanciados. Escolhemos o gênero discursivo questão de prova, instanciado no suporte prova de vestibular, porque acreditamos que os textos que são veiculados nele têm o seu poder causal potencializado – além de serem legitimados pelo gênero discursivo, os textos têm o seu poder de disseminação ampliado pela questão de prova de vestibular.

Feitas essas considerações sobre explicações em sistemas abertos e causalidade discursiva, podemos discutir agora como a ADC, usando os conceitos do Realismo Crítico, pode oferecer não só interpretações sobre fenômenos sociais de natureza discursiva, mas também explicações sobre eles.

### **3.2.4 Interpretação e explicação**

Com base em Moita Lopes (1994), podemos apontar dois principais paradigmas dentro das ciências sociais: o positivista e o interpretativista. No primeiro modelo, o saber científico deveria se basear nos mesmos princípios que pautam as ciências naturais; no segundo, acredita-se que os objetos de investigação das ciências sociais são tão diversos das ciências naturais que não se justifica o emprego dos mesmos métodos.

Uma das principais diferenças entre as ciências naturais e sociais é que naquelas não há a utilização da linguagem. Os fenômenos físicos não atribuem significados a si mesmos e ao ambiente que circunda eles, como fazem os atores sociais. Daí deriva o termo “dupla hermenêutica”: o/a pesquisador/a deve lidar com “um universo que já está constituído pelos próprios atores sociais dentro de quadros de significância e o reinterpreta dentro de seus próprios esquemas teóricos” (GIDDENS, 1978, p. 171). Noutras palavras, o pesquisador deve interpretar um mundo pré-interpretado. Então, pela natureza diferenciada do mundo social, o paradigma positivista não pode nos servir como modelo de ciência. Dessa forma, adotamos nesta pesquisa o paradigma interpretativista.

É importante frisar que, ao nos alinharmos ao paradigma interpretativista, não assumimos que a Análise de Discurso Crítica seja capaz apenas de oferecer uma compreensão da realidade, mas também uma explicação. Na verdade, a diferença que existe entre explicação (*erklären*) e compreensão (*verstehen*) só é válida diante de um modelo positivista de ciência. A hermenêutica, por exemplo, tende a rejeitar a explicação causal (*erklären*) a favor de uma compreensão interpretativa (*verstehen*). Nessa lógica, pelo fato do discurso não produzir efeitos regulares, um/a analista do discurso somente poderia explicar o que “significa” um evento discursivo, sem apontar causas. No entanto, conforme discutimos, a causalidade diz respeito ao que produz mudanças nos eventos, independente de haver ou não regularidades para serem constatadas (cf. 3.2.3). Quando alguém tenta nos convencer de que estamos errados, nos dando razões para mudar de opinião ou de atitude, pressupõe-se que a oferta de razões pode ser causadora de efeitos. Dessa forma, considerando que as razões podem ser causas e que o discurso pode afetar diretamente as razões, não entendemos que explicação (*erklären*) e compreensão (*verstehen*) sejam antitéticas, mas sim complementares (FAIRCLOUGH, JESSOP, SAYER, 2002).

Assim, depois de apresentados esses pressupostos epistemológicos, podemos passar agora aos pressupostos metodológicos desta pesquisa.

### **3.3 Premissas metodológicas: ADC como método**

Definida nossa perspectiva ontológica da realidade social, podemos estabelecer um plano metodológico, epistemologicamente coerente para nossa pesquisa. Ao elegermos a ADC como método, é necessário explicar que, diferente do que se acredita nas ciências sociais, não se trata apenas de uma ferramenta linguística para análise de dados, antes a ADC é (também) uma teoria, conforme explana Fairclough (2012, p. 307):

Não é difícil pensar em método como uma espécie de habilidade transferível se considerarmos a definição do termo como uma técnica, uma ferramenta numa caixa, da qual se pode lançar mão quando necessário e depois devolvê-la. A ADC, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) como um elemento ou momento do processo social material (WILLIAMS, 1977), que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social.

A ADC é, então, um método (e teoria) que pressupõe a análise de textos reais. Como lembram Chouliaraki e Fairclough (1999), a ADC procura evitar tanto o teoricismo como o metodologismo, isto é, tanto a “teoria por si mesma” como o “método livre da teoria para a obtenção de resultados”.

O texto<sup>53</sup> constitui, assim, o material empírico em cima do qual o analista do discurso se debruça. É necessário, contudo, advertir sobre as limitações da análise textualmente orientada, pois “devemos assumir que nenhuma análise de um texto pode dizer tudo o que há para ser dito sobre ele” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14).

### **3.3.1 Pesquisa qualitativa**

A partir das premissas científicas apresentadas, já é possível inferir que nossa pesquisa é uma pesquisa fundamentalmente qualitativa. A pesquisa qualitativa tem como um de seus pontos de partida a decepção com a pesquisa tradicional – i.e., a pesquisa quantitativa –, uma vez que esta última confunde relevância com mensurabilidade. Nesse modelo, “só é tratável cientificamente aquilo que parece sob forma de taxa, índice, coeficiente, indicador, pode ser manipulado por computador, é acessível ao manuseio estatístico etc.” (DEMO, 2012, p. 232). O modelo tradicional de ciência mostra como muitas vezes as ciências sociais ainda são subservientes à ciência natural.

O termo pesquisa qualitativa está ligado a uma rede complexa de termos, conceitos e suposições. “Entre eles, estão as tradições associadas ao funcionalismo, ao positivismo, ao pós-estruturalismo e às diversas perspectivas e/ou métodos de pesquisa qualitativa relacionados aos estudos culturais e interpretativos” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 16). Diante dessa gama de definições, achamos necessário ressaltar que o método qualitativo só nos serve enquanto for compatível com as premissas ontológicas e epistemológicas do Realismo Crítico – que é não-instrumentalista, não-relativista, não-empiricista e não-idealista.

Com base nesses pressupostos, entendemos que os objetos de pesquisa – nas ciências sociais e naturais – nem sempre são entidades empíricas esperando para serem descobertas e mensuradas. Assim, podemos dizer que o Realismo Crítico é uma filosofia das ciências que encoraja vigorosamente o desenvolvimento de pesquisas qualitativas.

---

<sup>53</sup> “Os textos servem a três finalidades no processo de pesquisa qualitativa: representam não apenas os dados essenciais nos quais as descobertas se baseiam, mas também a base das interpretações e o meio central para a apresentação e a comunicação de descobertas.” (FLICK, 2009, p. 45)

Do ponto de vista da ADC, a pesquisa qualitativa (PQ) lida com:

descrições e interpretações da realidade social a partir de dados interpretativos; é uma forma de pesquisa potencialmente crítica: por meio da PQ as ciências sociais críticas identificam estruturas de poder naturalizadas em um contexto sócio-histórico definido. Por isso, a PQ é indicada quando se pretende focar representações de mundo, relações sociais, identidades, opiniões, atitudes crenças ligadas a um meio social. (RESENDE, 2009, p. 57)

Para a ADC, disciplina de pesquisas essencialmente qualitativas, não existe um único método válido para todas as ciências (monismo metodológico). Dessa forma, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem um relativismo metodológico na elaboração das pesquisas.

O relativismo metodológico da ADC, contudo, não implica o relativismo ontológico. Isto é, existe uma dimensão intransitiva do mundo, que independe de nossa percepção sobre ela, e a escolha do método para estudar essa dimensão intransitiva dependerá da natureza do problema a ser analisado. Assim, na pesquisa qualitativa, não há um “livro de receitas” metodológico pronto para ser aplicado. Diante disso, pela natureza do nosso objeto de estudo (ideologia de adequação linguística nas questões de prova vestibular), acreditamos que a pesquisa documental é a mais eficaz.

### **3.3.2 Pesquisa documental e coleta de dados**

É importante distinguir a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, tomadas como sinônimos por alguns autores. Appolinário (2009), por exemplo, considera que pesquisa documental é feita utilizando como fonte documentos, tais quais: livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica, etc. Nessa perspectiva, não há diferenciação entre pesquisa bibliográfica e documental, pois ambas lidam com “documentos”. A natureza da fonte documental é, então, a chave da distinção que procuramos fazer.

Para Oliveira (2007, p. 69), a pesquisa bibliográfica representa um “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”. Diferente, pois, da pesquisa documental, em que o/a pesquisador/a deve buscar informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico – ou o receberam de modo insuficiente na visão de um/a pesquisador/a.

Assim, a pesquisa bibliográfica lida com fontes secundárias de informação, enquanto a pesquisa documental trata das fontes primárias (OLIVEIRA, 2007). Essas últimas são, pois, os dados originais, a partir dos quais se pode fazer uma relação direta com o problema pesquisado.

Dentro de uma perspectiva qualitativa, a pesquisa documental e a etnografia constituem os principais paradigmas metodológicos na ADC. Na prática, ambas tratam da análise de textos. Existe, todavia, uma diferença epistemológica entre ambas: enquanto na primeira metodologia geralmente recorremos à coleta de dados, na última os dados são gerados, isto é, os dados que antes não existiam são trazidos ao mundo pela intervenção do/a pesquisador/a.

Considerando a natureza do objeto dessa pesquisa – a análise de questões de prova já disponíveis para o/a pesquisador/a –, utilizamos a coleta de dados.

### **3.3.3 Corpus da pesquisa**

Devido ao grande fluxo de informações na modernidade tardia, o/a pesquisador/a nem sempre precisa ir a campo para realizar a coleta de materiais de pesquisa. No caso da nossa pesquisa especificamente, não tivemos a necessidade de ir às aplicadoras de prova para ter acesso ao material de pesquisa. Os bancos de dados/provas que usamos estão disponíveis nos *sites* das aplicadoras. No entanto, não é só nos bancos de dados/provas das aplicadoras que estão presentes nosso objeto de estudo. As questões de provas podem ser encontradas nos mais variados espaços – nas redes sociais, em livros didáticos, em diversos tipos de revistas.

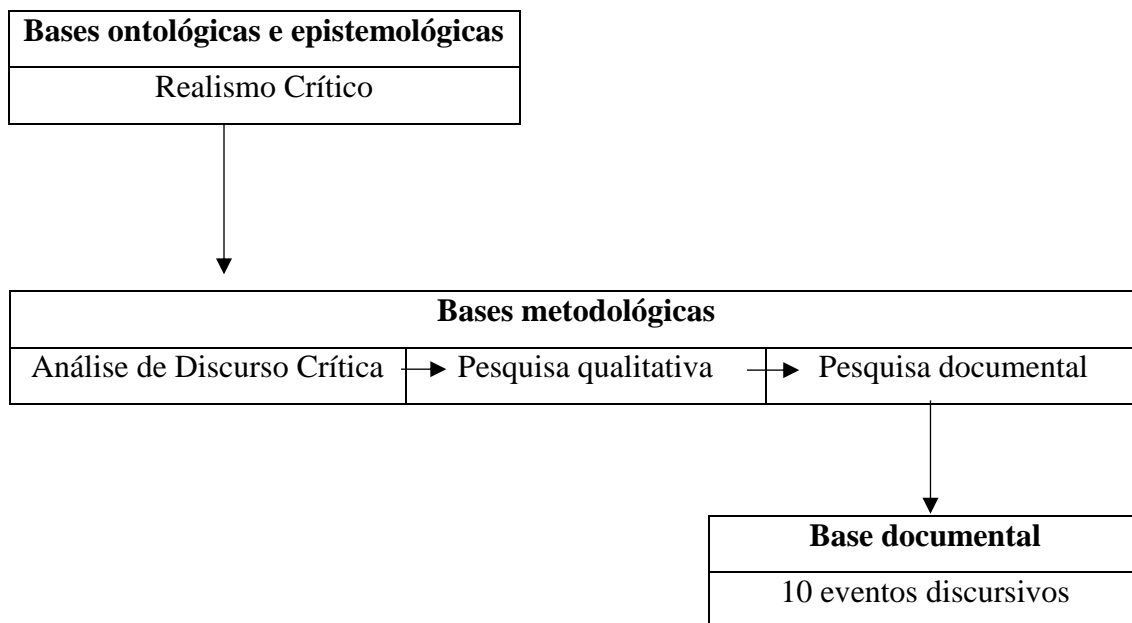
A fácil coleta das questões de prova decorre de sua ampla disseminação em nossa sociedade. Esse fato indica a grande influência que as questões de prova de vestibular exercem nos mais diversos tipos de práticas sociais.

Como nem todas são ideológicas, não fizemos uma seleção randômica das questões de prova para análise. Elegemos aquelas que são representativas dos fenômenos que queremos analisar: as questões de vestibular que legitimam o discurso de adequação linguística.

Das provas de vestibular que elegemos, só selecionamos as questões de português porque nosso problema é ao mesmo tempo: a) um problema social da linguística; b) um problema linguístico da sociedade.

Em suma, podemos resumir as bases da nossa pesquisa da seguinte forma:

Figura 10 - Bases da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 10 textos coletados, 8 são do Exame Nacional de Ensino Médio – Enem –, 1 da Fundação Universitária para o Vestibular – Fuvest – e 1 da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Não coletamos só textos do Enem porque ele não é o único vestibular que existe para a universidade pública, a questão Fuvest está aqui para representar esse fato. Escolhemos a questão da PUC-SP também para representar que o vestibular não é feito apenas para e pelas universidades públicas.

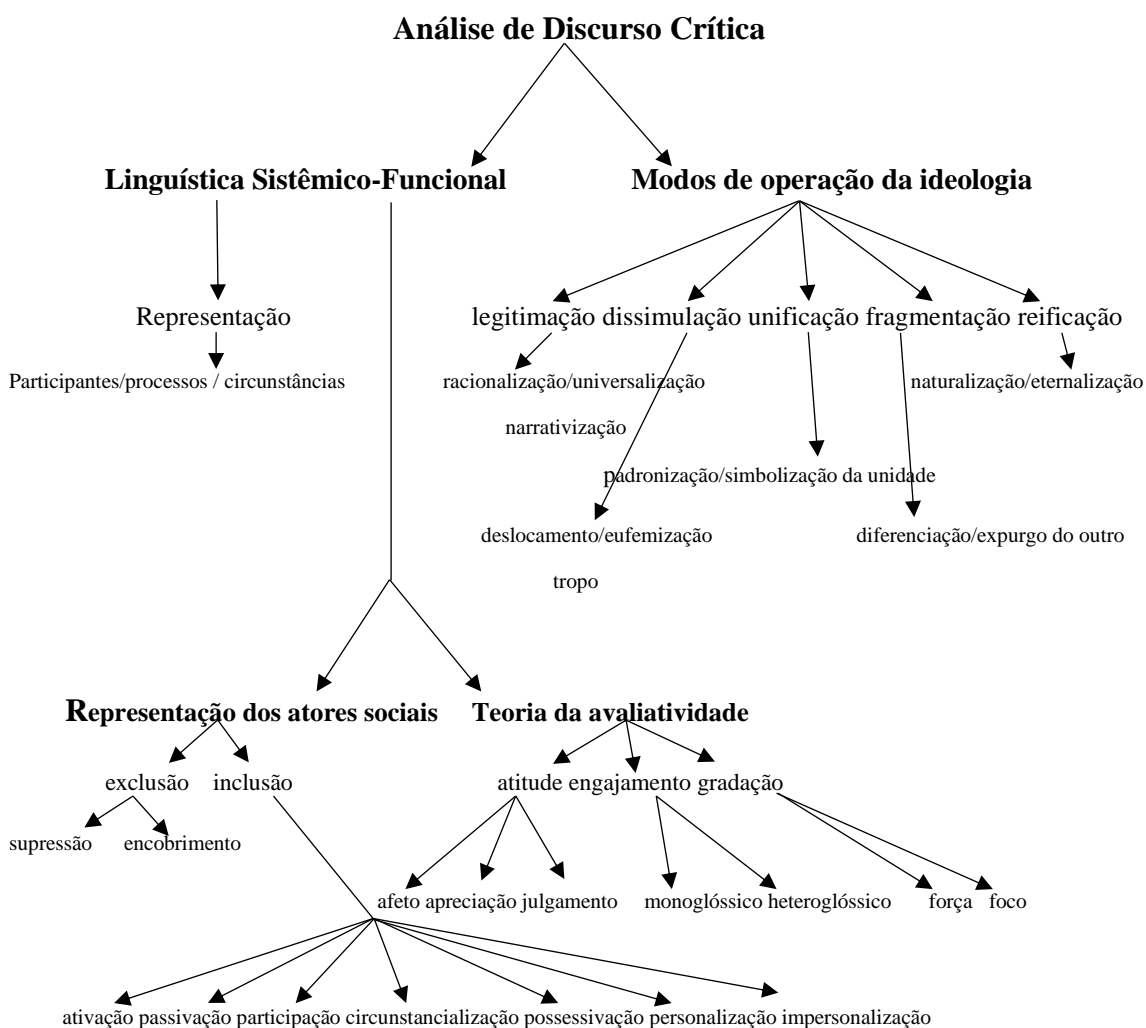
### 3.3.4 Método de análise do *corpus*

Apesar de ser uma distinção artificial (e didática), separamos o capítulo teórico (cf. capítulo 2) do metodológico. Nesse último capítulo, destacamos o caráter metodológico da ADC; todavia, é importante salientar que, para nós, não existe método sem teoria. Assim, ao usarmos a ADC como método para a análise dos dados documentais (textos), temos que ter consciência de que ela é mais do que um método – ela é também

uma teoria que promove o diálogo entre outras teorias, sociais e linguísticas (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999).

A figura a seguir sintetiza as teorias linguísticas das quais lançaremos mão para analisar nossos dados de pesquisa. Assim, a ADC, a LSF, a Teoria da Avaliatividade e a Teoria da Representação dos Atores Sociais compõem a nossa “caixa de ferramentas” metodológica para a análise textual.

Figura 11 - Método de análise do *corpus*



Fonte: Elaborado pelo autor.

Frisando novamente o caráter artificial da separação entre teoria e método/aplicação (cf. 2.1.2.2), lembramos que a ADC, apesar de ser uma teoria, é um

método de análise de dados. Dessa forma, o método de análise textual apresentado no capítulo 2, não deve ser visto como separado deste capítulo. Assim, com base nos pressupostos científicos apresentados neste capítulo e com base na metodologia apresentada na seção **2.2**, podemos agora passar à análise dos dados.



## CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

### 4.1 Microanálise dos eventos discursivos

Neste capítulo pretendemos analisar os dados coletados. Assim, aplicando a teoria-metodologia apresentada no capítulo 2 e 3, analisaremos 10 eventos discursivos. Obedecendo a estrutura genérica do gênero discursivo questão de prova, separamos os textos em fases: texto-base, enunciado e respostas. Depois de apresentados os textos, procedemos à análise do discurso textualmente orientada.

Com base na microanálise textual dos eventos discursivos, responderemos às perguntas de pesquisa levantadas na introdução deste trabalho.

<b>4.1.1 Evento discursivo 1 (Enem)</b>
<b>Texto-base</b>
Só há uma saída para a escola se ela quiser ser mais bem-sucedida: aceitar a mudança da língua como um fato. Isso deve significar que a escola deve aceitar qualquer forma da língua em suas atividades escritas? Não deve mais corrigir? Não! Há outra dimensão a ser considerada: de fato, no mundo real da escrita, não existe apenas um português correto, que valeria para todas as ocasiões: o estilo dos contratos não é o mesmo do dos manuais de instrução; o dos juízes do Supremo não é o mesmo do dos cordelistas; o dos editoriais dos jornais não é o mesmo do dos cadernos de cultura dos mesmos jornais. Ou do de seus colunistas.  POSSENTI, S. Gramática na cabeça. <b>Língua Portuguesa</b> , ano 5, n. 67, maio 2011 (adaptado).
<b>Enunciado</b>
Sírio Possenti defende a tese de que não existe um único “português correto”. Assim sendo, o domínio da língua portuguesa implica, entre outras coisas, saber
<b>Respostas</b>
a) descartar as marcas de informalidade do texto. b) reservar o emprego da norma padrão aos textos de circulação ampla. c) moldar a norma padrão do português pela linguagem do discurso jornalístico. <b>d) adequar as formas da língua a diferentes tipos de texto e contexto. (gabarito)</b> e) desprezar as formas da língua previstas pelas gramáticas e manuais divulgados pela escola.



Com a circunstância de localização “entre outras coisas”, o examinador se protege de possíveis críticas, pois explicita que o domínio da língua envolve outras coisas além de saber se adequar ao contexto, apesar de não dizer que coisas são essas.

Ainda que não conteste que a mudança linguística é um fato, o examinador cria uma relação de igualdade entre ‘dominar a língua portuguesa’ e ‘saber adequar as formas da língua’, através do processo relacional identificacional. Essa relação de igualdade é confirmada pela possibilidade da inversão dos lugares do identificado e do identificador.

Conforme se vê a seguir, as variedades linguísticas das classes dominantes permanecem em uma hierarquia superior às demais variedades linguísticas:

Isso deve significar que a escola deve aceitar **qualquer** forma da língua em suas atividades escritas? Não deve corrigir? Não!

O pronome qualquer é um pronome indefinido. Logo, o uso desse pronome implica a não especificação de: 1) quais são as variedades que não devem ser aceitas; 2) a que atores sociais pertencem essas variedades. Ao suprimir os atores sociais que usam as variedades linguísticas que são permitidas no meio escrito e perpetuadas pela escola, o discurso de adequação não só promove a **padronização** linguística, como também eufemiza a dominação linguística. Essa **eufemização** pode ser constatada no seguinte complexo oracional:

Não existe	um único português correto	que valeria para todas as ocasiões
Proc. existencial	existente	= $\beta$
$\alpha$		

A negação no processo existencial da oração  $\alpha$  implica a afirmação da existência de diversidade linguística. Apesar de não existir um português que valeria para todas as situações, conforme mostra a oração =  $\beta$ , ainda existem variedades linguísticas que não são aceitas em espaços públicos (como a escola) e em gêneros textuais valorizados (como alguns gêneros escritos). Assim, ao mesmo tempo em que celebra a diversidade, o discurso de adequação linguística promove a desigualdade social.

Dessa forma, como mostraremos nas análises das outras questões, o discurso de adequação linguística é uma nova forma, mais moderna, de discriminação social. Dizemos discriminação social porque a discriminação linguística decorre de fatores sociais. O fato de nem sempre conseguirmos enxergar a origem social da discriminação linguística é o que torna o discurso de adequação linguística tão poderoso.

#### 4.1.2 Evento discursivo 2 (Enem)

##### Texto-base

##### Entrevista com Marcos Bagno

Pode parecer inacreditável, mas muitas das prescrições da pedagogia tradicional da língua até hoje se baseiam nos usos que os escritores portugueses do século XIX faziam da língua. Se tantas pessoas condenam, por exemplo, o uso do verbo “ter” no lugar de “haver”, como em “hoje tem feijoada”, é simplesmente porque os portugueses, em dado momento da história de sua língua, deixaram de fazer esse uso existencial do verbo “ter”. No entanto, temos registros escritos da época medieval em que aparecem centenas desses usos. Se nós, brasileiros, assim como os falantes africanos de português, usamos até hoje o verbo “ter” como existencial é porque recebemos esses usos de nossos ex-colonizadores. Não faz sentido imaginar que brasileiros, angolanos e moçambicanos decidiram se juntar para “errar” na mesma coisa. E assim acontece com muitas outras coisas: regências verbais, colocação pronominal, concordâncias nominais e verbais etc. Temos uma língua própria, mas ainda somos obrigados a seguir uma gramática normativa de outra língua diferente. Às vésperas de comemorarmos nosso bicentenário de independência, não faz sentido continuar rejeitando o que é nosso para só aceitar o que vem de fora. Não faz sentido rejeitar a língua de 190 milhões de brasileiros para só considerar certo o que é usado por menos de dez milhões de portugueses. Só na cidade de São Paulo temos mais falantes de português que em toda a Europa!

Informativo Parábola Editorial, s/d

##### Enunciado

Na entrevista, o autor defende o uso de formas linguísticas coloquiais e faz uso da norma padrão em toda a extensão do texto. Isso pode ser explicado pelo fato de que ele

##### Alternativas

- a) **adapta o nível de linguagem à situação comunicativa, uma vez que o gênero entrevista requer o uso da norma-padrão.**
- b) apresenta argumentos carentes de comprovação científica e, por isso, defende um ponto de vista difícil de ser verificado na materialidade do texto.
- c) propõe que o padrão normativo deve ser usado por falantes escolarizados como ele, enquanto a norma coloquial deve ser usada por falantes não escolarizados.
- d) acredita que a língua genuinamente brasileira está em construção, o que o obriga a incorporar em seu cotidiano a gramática normativa do português europeu.
- e) defende que a quantidade de falantes do português brasileiro ainda é insuficiente para acabar com a hegemonia do antigo colonizador.

Através do texto-base, o avaliador dialoga diretamente com Marcos Bagno – um dos maiores expoentes no Brasil na luta contra o preconceito linguístico. Contudo, conforme mostraremos, a recontextualização do texto feita pelo avaliador altera o sentido original de uma teoria não discriminatória.

Ao construir um texto heteroglóssico, o elaborador sustenta o seu discurso – talvez inconscientemente discriminatório – na autoridade de Bagno.

Vejamos a interpretação do avaliador sobre o texto-base:

Na entrevista,	o autor	defende	o uso de formas linguísticas coloquiais	
Circunstância	dizente	proc. verb.	alvo	
1				
e	faz	uso	da norma padrão	em toda a extensão do texto
	proc. mat.	escopo	meta	circunstância
+ 2				

Apesar de na oração paratática +2 o participante estar encoberto, Bagno é o participante principal das duas orações acima. Os processos das orações permitem mostrar que, na representação do avaliador, Bagno diz uma coisa (processo verbal da oração 1), mas faz outra coisa (processo material da oração +2). Os participantes passivos de 1 (formas linguísticas coloquiais) e de +2 (norma padrão) ajudam a visualizar a relação adversativa que pode ser depreendida entre as orações. Se trocássemos a conjunção “e” por “mas”, a relação adversativa ficaria mais explícita: Bagno defende o uso de formas linguísticas coloquiais, mas faz uso da norma padrão.

O itens lexicais “norma padrão” permitem mostrar que o avaliador e Bagno estão em formações discursivas diferentes. Em outras palavras, os dois atores sociais atribuem sentidos diferentes às mesmas palavras. Por exemplo, para Bagno (2007, p. 98) a norma padrão

é um construto sociocultural, uma norma no sentido mais jurídico do termo, uma espécie de lei ‘linguística’ que prevê a condenação e a punição dos infratores. Por isso, não é correto usar os termos ‘língua-padrão’, ‘variedade-padrão’, ‘dialeto-padrão’, porque não existe língua, variedade e dialeto sem falantes reais, e ninguém fala a norma-padrão.

Dessa forma, ao consultarmos o texto original de Bagno, podemos dizer que ele, do ponto de vista da Sociolinguística, não faz o uso da norma padrão, como diz o avaliador.

O avaliador defende que o autor diz uma coisa, mas faz outra a fim de **racionalizar** seu discurso de adequação linguística. Vejamos como:

Isso	pode ser explicado	por	o	fato	de que ele adapta o nível da linguagem (...)
Meta	proc. mat.	ator	pré-mod.	núcleo	pós-mod.

O pronome anafórico ocupa o papel do participante passivo que representa aquilo que vai ser explicado (as ações de Bagno). Conforme podemos ver no participante ator, o elaborador representa a explicação das atitudes de Bagno de uma maneira não controversa – através do termo “fato”, núcleo do grupo nominal. Assim, na representação do elaborador, não existem interpretações alternativas sobre o ocorrido, pois se trata de um “fato”.

Vejamos qual é o fato (1) que, segundo o avaliador, explica o comportamento contraditório do linguista.

Ele adapta o nível de linguagem à situação comunicativa,	uma vez que o gênero entrevista requer o uso da norma-padrão.
1	x 2

Eis aqui o cerne da ideologia do modelo da adequabilidade. A oração 1 explica por que Bagno “defende uma coisa e faz outra” e a expansão por intensificação ( x 2) representa a causa da adaptação (1). Assim, vejamos a estrutura da argumentação:

Tese —————> O autor defende o uso de formas linguísticas coloquiais e faz uso da norma padrão em toda a extensão do texto.

Argumento 1 —————> Isso pode ser explicado pelo fato de que ele adapta o nível de linguagem à situação comunicativa.

Argumento 2 —————> uma vez que o gênero entrevista requer o uso de norma-padrão.

Conclusão —————> É necessário adaptar o nível da linguagem à situação comunicativa

Acima temos, pois, a **racionalização** do discurso de adequabilidade. Isto é, com seus argumentos, o avaliador tenta mostrar o motivo da adequação linguística ser necessária – ele não alcança, contudo, as razões sociais mais profundas dessa adequação.

Tendo por referência a oração x 2 acima, podemos encontrar ainda outra estratégia ideológica. Em “o gênero entrevista requer o uso da norma-padrão”(x 2), os verdadeiros atores sociais são impersonalizados, pois o gênero entrevista não possui o traço semântico [+ humano] para ser o participante principal do processo verbal (requerer). Ao não explicitar quem requer o que de quem, o avaliador **reifica** um evento social. Dessa forma, o avaliador cria a impressão de que essa é a natureza imutável da ordem sociolinguística, pois não apresenta os atores sociais (humanos) que poderiam promover mudanças.

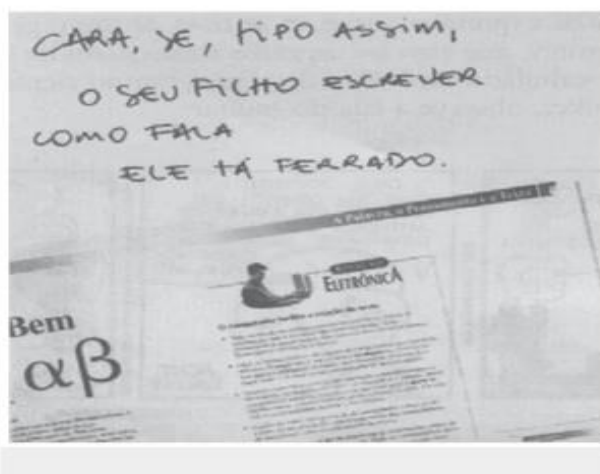
Essa **naturalização** dos eventos sociais pode incitar as pessoas a se conformarem com a realidade como ela é – uma vez que ela seria imutável, conforme nos leva a crer esse discurso. Contudo, postulamos que a realidade sociolinguística atual não é natural, mas sim naturalizada.

Assim, com base na análise acima, podemos dizer que aqui coexistem de maneira mais saliente as seguintes estratégias de operação da ideologia:

- 1) **padronização**: pela imposição de referencial simbólico arbitrário;
- 2) **racionalização**: pela justificação parcial, sem considerar as variáveis de poder, dessa imposição;
- 3) **naturalização**: uma vez que um fato social é representado como natural; e
- 4) **universalização**: uma vez que a submissão às convenções linguísticas é apresentada como o melhor meio para se atingir os objetivos sociais, isto é, a adequação à norma padronizada é do interesse de todos os indivíduos, e não apenas daqueles que têm a sua norma imposta.

### 4.1.3 Evento discursivo 3 (Enem)

#### Texto-base



#### Enunciado

Na parte superior do anúncio, há um comentário escrito à mão que aborda a questão das atividades linguísticas e sua relação com as modalidades oral e escrita da língua. Esse comentário deixa evidente uma posição crítica quanto a usos que se fazem da linguagem, enfatizando ser necessário

#### Respostas

- a) implementar a fala, tendo em vista maior desenvoltura, naturalidade e segurança no uso da língua.
- b) conhecer gêneros mais formais da modalidade oral para a obtenção de clareza na comunicação oral e escrita.
- c) dominar as diferentes variedades do registro oral da língua portuguesa para escrever com adequação, eficiência e correção.
- d) empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.**
- e) utilizar recursos mais expressivos e menos desgastados da variedade padrão da língua para se expressar com alguma segurança e sucesso.

A dicotomização da fala e da escrita é uma das principais características do discurso de adequação linguística. Apesar da fala preceder a escrita, a última possui supremacia sobre a fala no que diz respeito ao prestígio social (STREET, 1995; RIOS, 2013). “Essa supremacia traz consequências estigmatizadoras para certas formas orais, em especial de indivíduos ou grupos com menor instrução escolar” (MARCUSCHI, 2007,



p. 27). Assim, a representação da escrita como naturalmente (**naturalização**) superior à fala é uma representação ideológica, conforme podemos ver:

Cara,	se,	tipo assim,	seu filho escrever como fala,	ele tá ferrado
	<b>x β</b>			<b>α</b>

As células em cinza são componentes da metafunção interpessoal: vocativo e adjunto continuativo. O adjunto continuativo “tipo assim” fornece mais tempo para elaboração do discurso e uso do vocativo “cara” evidencia o caráter geralmente mais dialógico da fala. Esses dois elementos refletem as condições de produção da fala, que geralmente ocorre em tempo real.

Através da relação de condição (**x β**) e consequência (**α**) estabelecida no complexo oracional, se **racionaliza** o estigma sobre a fala. Por meio dessa racionalização, a posição da escrita como referencial simbólico a ser seguido é perpetuada (**padronização**); afinal, a não adequação às convenções linguísticas levam a consequências indesejáveis, como mostra a oração principal (ele tá ferrado). Assim, representa-se que a adequação às leis da ideologia de adequação linguística é inevitável.

No texto, explicitamente heteroglóssico, podemos detectar duas vozes: 1) a de um autor desconhecido, analisada no comentário acima; e 2) a do examinador, analisada a seguir:

Na parte superior do anúncio,	há	um	comentário	escrito à mão	que aborda (...)
Circunstância	proc. exist.	pré-mod. existente	núcleo	pós- mod.	pós-mod.
Esse comentário	deixa	evidente	uma posição crítica	quanto a usos que fazem da linguagem	
Ator	proc. mat.	escopo	meta	circunstância	

O participante principal das duas orações acima é o “comentário”. Tudo que é dito, inclusive pelo próprio examinador, é atribuído ao “comentário”, o que demonstra o distanciamento do examinador em relação às suas próprias proposições. No entanto, através de pistas textuais – como o epíteto crítica (posição crítica) –, podemos detectar a atitude do examinador em relação ao comentário (Cara, se, tipo assim, seu filho escrever como fala, ele tá ferrado).

Analisando o gabarito da questão (em negrito) a seguir, podemos ver mais claramente que a atitude<sup>54</sup> do elaborador em relação a quem escreve em desacordo com as convenções linguísticas é negativa:

Esse comentário deixa evidente uma posição crítica quanto aos usos da linguagem	ênfatizando	ser necessário <b>empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.</b>
<b>α</b>	<b>α</b>	<b>“β</b>
	<b>x β</b>	

Através do relato (**x β“β**), o avaliador mostra qual o seu entendimento daquilo que foi dito pelo autor do texto-base. Diferente da citação direta – usada nos processos verbais –, o relato permite o acesso às opiniões do escritor. Assim, a modalidade deôntica<sup>55</sup> “ser necessário” na oração projetada (**“β**) mostra a perspectiva do avaliador sobre o texto-base, bem como evidencia a legitimação do discurso de adequação linguística pelo avaliador.

A atitude do avaliador pode ser mais explicitamente detectada no epíteto “adequado” na oração projetada. Esse epíteto evidencia o posicionamento do avaliador sobre as convenções linguísticas. Conforme se pode depreender da análise, para o avaliador, as normas não padronizadas são “inadequadas” e, portanto, insuscetíveis de serem usadas na escrita.

A imposição do uso da norma padrão na escrita é uma convenção e como todas convenções ela pode ser mudada da mesma forma que pode ser reproduzida. Destacando sua natureza arbitrária, Clark *et al.* (1996, p. 45) observam que as convenções sociais e linguísticas “tendem a ser naturalizadas de tal modo que parecem ‘estar lá’, ao invés de ‘terem sido colocadas lá’”. Portanto, por mais natural que pareça usar somente a norma padrão em textos escritos, essa convenção é um produto de ideologias discriminatórias – como a ideologia de adequação linguística.

Acreditamos que a conscientização linguística crítica sobre convenções discriminatórias é um primeiro e importante passo para a mudança de uma realidade linguística opressora, que é explicitamente evidenciada pelo texto-base.

<sup>54</sup> As atitudes discriminatórias baseadas em convenções arbitrárias podem ser detectadas no texto-base de forma mais explícita (i.e., com a avaliação inscrita no texto), bem como no enunciado e na resposta de forma mais implícita (i.e., com a avaliação invocada no texto).

<sup>55</sup> Os enunciados com valor deôntico exprimem os valores e julgamentos feitos pelo enunciador.

#### 4.1.4 Evento discursivo 4 (Enem)

##### Texto-base



VERÍSSIMO, L. F. As cobras em: Se Deus existe que eu seja atingido por um raio. Porto Alegre: L&PM, 1997.

##### Enunciado

O humor da tira decorre da reação de uma das cobras com relação ao uso de pronome pessoal reto, em vez de pronome oblíquo. De acordo com a norma-padrão da língua, esse uso é inadequado, pois

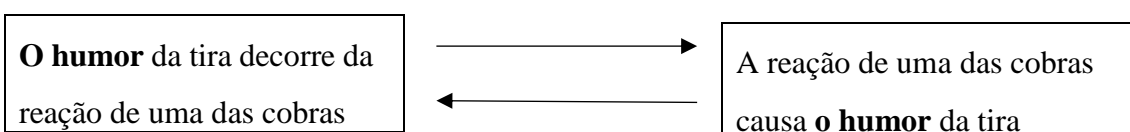
##### Respostas

- a) contraria o uso previsto para o registro oral da língua.
- b) contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto.**
- c) gera inadequação na concordância com o verbo.
- d) gera ambiguidade na leitura do texto.
- e) apresenta dupla marcação de sujeito.

Começemos a análise da questão pelo enunciado:

O humor da tira	decorre	da reação de uma das cobras	com relação ao uso do pronome pessoal reto	em vez de pronome oblíquo
Meta	processo material	ator	circunstância de assunto	circ. de localização

Pelo sentido passivo do processo material, o sujeito gramatical do verbo desempenha a função de meta na oração. Na maioria das orações materiais, os sujeitos e os atores coincidem. A escolha por um verbo como o *decorrer* permite a tematização da meta na oração, observe:



A tematização de “humor” não só dá maior proeminência à meta como também dá menos relevo ao ator (a reação de uma das cobras). A nominalização do verbo reagir faz com que o nome “reação” ocupe a posição de núcleo do ator na oração, mas a verdadeira agência na criação do “humor” deve ser atribuída à cobra gramatiquera, responsável por censurar e cobrar uma regra desatualizada da norma padrão – já que o pronome reto na posição de objeto faz parte dos usos linguísticos brasileiros (esse, aliás, é o uso que adotamos aqui<sup>56</sup>). A preposição “de” em “a reação de uma das cobras” mostra a agência da cobra, marcando o caso genitivo. Em uma forma mais congruente teríamos: uma das cobras reagiu.

Assim, um animal fictício, a cobra, representa um grupo de atores sociais reais: aquelas pessoas que monitoram os usos linguísticos de outras pessoas. A esse tipo de representação van Leeuwen (2008) chama de sobredeterminação por simbolização. Consideramos importante entender esse tipo de representação porque ela espelha o comportamento das pessoas que sofreram a inculcação da norma padrão. Podemos ver de maneira mais clara o caráter **padronizador** e prescritivo dessa ideologia gramatical na oração a seguir:

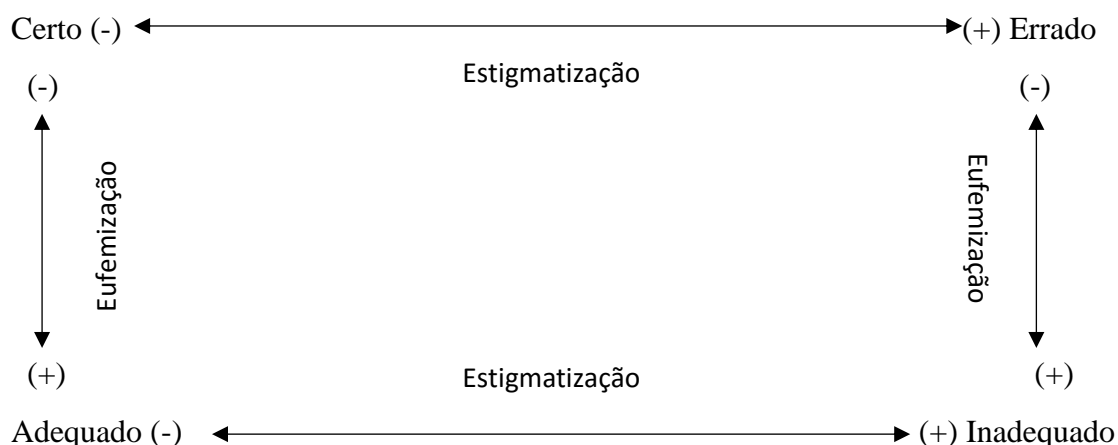
De acordo com a norma padrão da língua,	esse uso	é	inadequado,
Circunstância de ângulo	portador	processo relacional	atributo

Na circunstância de ângulo, identificamos a fonte ideológica que sustenta o comportamento da cobra, bem como a fonte da arbitrariedade das regras cobradas pelo examinador, qual seja: a norma padrão. Ainda que o epíteto inadequado esteja **eufemizando** a valoração do “uso” linguístico, podemos ver que as consequências da não adequação continua sendo a mesma: a discriminação. Isto é, a avaliação dos usos linguísticos, apesar de eufemizada, permanece dicotomizada, como se pode constatar a partir da figura a seguir:

---

<sup>56</sup> Mesmo sabendo dos riscos de desafiar as convenções acadêmicas, julgamos ser necessário o emprego de uma linguagem que reflita a condição atual da língua brasileira. Desse modo, ao usar o pronome reto na posição de objeto, além de estarmos aplicando um conhecimento gerado em várias pesquisas descritivas dentro da Linguística, estamos rompendo com uma tradição que submete os falantes da língua brasileira aos padrões linguísticos de seu antigo colonizador.

Figura 12 - Apreciação da linguagem



Fonte: Elaborado pelo autor

Ambos os eixos apresentam a apreciação do capital linguístico, isto é, da variedade linguística. No eixo horizontal temos a valoração positiva ou negativa da linguagem. No eixo vertical podemos ver o grau de força (**eufemização**) dessa avaliação. O termo inadequado, no quadrante inferior esquerdo, permanece com uma avaliação negativa, só que mais eufemizado: (+) estigmatização; (+) eufemização. Dessa forma, podemos perceber que a **padronização** permanece, todavia, é dissimulada pela **eufemização**.

Passemos, agora, para o gabarito da questão (oração x 2):

De acordo com a norma-padrão da língua, esse uso é inadequado,			
1			
Pois	(o uso)	contraria	a marcação sintática de sujeito e de objeto.
	ator	proc. material	Meta
x 2			

Como podemos notar pela conjunção explicativa “pois”, o elaborador apresenta os motivos que **racionalizam** o comportamento sancionatório da cobra na tira; logo, **racionaliza** também o comportamento das pessoas que a cobra representa – isto é, **racionaliza** a ideologia de adequação. Ainda que os motivos contradigam a realidade empírica de nosso atual português brasileiro, a **racionalização** da norma padrão é perpetuada, com base no poder simbólico do avaliador, que se supõe ser um especialista sobre assuntos linguísticos.

Na oração 1, podemos constatar ainda um ator social impersonalizado: “De acordo com **a norma padrão**, esse uso é inadequado”. Supõe-se que esse ator impersonalizado representa indiretamente um conjunto de especialistas que se dedicam ao estudo da língua. Contudo, se esses especialistas estudam alguma língua, a língua estudada é a portuguesa e não a brasileira, como discutimos anteriormente. Postulamos que a impersonalização encontrada no texto ajuda a naturalizar a ordem sociolinguística, pois as leis de adequação parecem existir independente de atores sociais específicos e, conseqüentemente, independente dos interesses desses atores sociais em manter sua autoridade para determinar o que é (in)adequado a respeito da linguagem.

#### 4.1.5 Evento discursivo 5 (Enem)

##### Texto-base



##### Enunciado

As diferentes esferas sociais de uso da língua obrigam o falante a adaptá-la às variadas situações de comunicação. Uma das marcas linguísticas que configuram a linguagem oral informal usada entre avô e neto neste texto é

##### Respostas

- a) a opção pelo emprego da forma verbal “era” em lugar de “foi”.
- b) a ausência de artigo antes da palavra “árvore”.
- c) o emprego da redução “tá” em lugar da forma verbal “está”.**
- d) o uso da contração “desse” em lugar da expressão “de esse”.
- e) a utilização do pronome “que” em início de frase exclamativa

No texto-base, os balões correspondem a processos verbais e o conteúdo dos balões corresponde a orações projetadas por esses processos. Nessas orações (citações) podemos ver como ocorre a transposição da fala para a escrita. Essa transposição reflete como a ortografia não acompanha a mudança linguística que ocorre na linguagem oral. Vejamos como o discurso de adequação representa essa mudança linguística:

Uma das marcas linguísticas que configuram a **linguagem oral informal** usada entre avô e neto neste texto é o emprego da redução “tá” em lugar da forma verbal “está”.

Através da análise da escolha lexical, é possível detectar a gradação da força da avaliação. Consideramos que o classificador “informal” caracteriza um **eufemismo**, pois constitui uma maneira velada de apreciar negativamente uma variante linguística – a forma verbal “tá”<sup>57</sup> – conforme mostraremos a seguir.

Numa visão dicotômica de fala e escrita, classificadores como “informal”<sup>58</sup> são empregados para fazer referência às variantes linguísticas que são usadas para fala – socialmente menos prestigiada que a escrita. Assim, apesar de nem todo texto oral ser informal – distenso –, o classificador informal é usado para fazer referência às variantes negativamente avaliadas, isto é, às variantes orais. Da mesma forma, o classificador formal é usado para fazer referência às variantes de prestígio utilizadas na escrita – como consequência, esse classificador constitui uma forma de avaliar positivamente. Assim, os classificadores “formal” e “informal” acabam ganhando o valor positivo e negativo de seus referentes: “variantes prestigiadas” e “variantes desprestigiadas”. Isso implica dizer que não existe uma linguagem neutra, mas sim que existem valores que estão explícitos (inscritos) ou implícitos (evocados) no texto.

No caso, não se considera o verbo “tá” como um caso de inadequação (valor negativo) porque se trata de uma interação entre avô e neto num contexto privado. Se essa forma verbal fosse usada num contexto público e num texto escrito, certamente teríamos outra avaliação, conforme podemos depreender da fala do elaborador:

---

<sup>57</sup> A aférese do verbo estar, que resultou na forma verbal “tá”, é um processo sistemático no português brasileiro. Essa forma verbal é empregada por toda classe de falantes em todos os tipos de contextos.

<sup>58</sup> Segundo Fairclough (1989, p. 68), é possível estabelecer uma relação entre posições sociais e conhecimento das convenções de formalidade. Enquanto aqueles que ocupam posições prestigiadas dominam essas convenções, aqueles que não ocupam essas posições – logo, não dominam as convenções – costumam concluir: “eu não domino porque eu não sou inteligente o suficiente” em vez de “eu não domino porque eu sou da classe trabalhadora”. Assim, a formalidade “restringe o acesso e gera temor”.

As diferentes esferas sociais de uso da língua	obrigam	o falante	a adaptar	a (língua)	às variadas situações de comunicação
Iniciador	proc. material	ator	proc. material	meta	circunstância

O primeiro participante, iniciador, é representado como causador da ação do segundo participante, ator. Em outras palavras, o iniciador é o responsável pelo ator realizar a ação de adaptar a língua. Notemos que o iniciador da oração não possui o traço semântico [+ humano], assim os responsáveis por obrigar o falante a adaptar sua linguagem são impersonalizados. Trata-se de uma impersonalização por espacialização, isto é, as pessoas que ocupam os diversos espaços sociais nas diferentes esferas comunicativas são referidas no texto pelos espaços sociocomunicativos que ocupam. Dessa forma, há uma **naturalização** do evento, pois é retratado como se ocorresse sem a agência de atores sociais humanos.

Dito de modo congruente, poderíamos deixar a agência clara da seguinte maneira: “as pessoas presentes nas diferentes esferas sociais de uso da língua obrigam o falante a adaptar a língua (...)”. Assim, é possível notar que, quando as relações de poder e dominação não são explícitas, é mais fácil aceitar a imposição linguística; logo, a violência simbólica.

Diante disso, é necessário frisar que, para nós, as estruturas sociais só se reproduzem em decorrência da agência das pessoas, e a agência das pessoas não é totalmente determinada pelas estruturas sociais (**reificação**).

#### 4.1.6 Evento discursivo 6 (Enem)

##### Texto-base

Sou feliz pelos amigos que tenho. Um deles muito sofre pelo meu descuido com o vernáculo. Por alguns anos ele sistematicamente me enviava missivas eruditas com precisas informações sobre as regras da gramática, que eu não respeitava, e sobre a grafia correta dos vocábulos, que eu ignorava. Fi-lo sofrer pelo uso errado que fiz de uma palavra num desses meus badulaques. Acontece que eu, acostumado a conversar com a gente das Minas Gerais, falei em “varreção” — do verbo “varrer”. De fato, trata-se de um equívoco que, num vestibular, poderia me valer uma reprovação. Pois o meu amigo, paladino da língua portuguesa, se deu ao trabalho de fazer um xerox da página 827 do dicionário, aquela que tem, no topo, a fotografia de uma “varroa” (sic!) (você não sabe o que é uma “varroa”?) para corrigir-me do meu erro. E confesso: ele está certo. O certo é “varrição” e não “varreção”. Mas estou com medo de que os mineiros da roça



façam troça de mim porque nunca os vi falar de “varrição”. E se eles rirem de mim não vai me adiantar mostra-lhes o xerox da página do dicionário com a “varroa” no topo. Porque para eles não é o dicionário que faz a língua. É o povo. E o povo, lá nas montanhas de Minas Gerais, fala “varreção” quando não “barreção”. O que me deixa triste sobre esse amigo oculto é que nunca tenha dito nada sobre o que eu escrevo, se é bonito ou se é feio. Toma a minha sopa, não diz nada sobre ela mas reclama sempre que o prato está rachado.

ALVES, R. Mais badulaques. São Paulo: Parábola, 2004 (fragmento).

### Enunciado

De acordo com o texto, após receber a carta de um amigo “que se deu ao trabalho de fazer um xerox da página 827 do dicionário” sinalizando um erro de grafia, o autor reconhece

### Respostas

- a) a supremacia das formas da língua em relação ao seu conteúdo.
- b) a necessidade da norma padrão em situações formais de comunicação escrita.**
- c) a obrigatoriedade da norma culta da língua, para a garantia de uma comunicação efetiva.
- d) a importância da variedade culta da língua, para a preservação da identidade cultural de um povo.
- e) a necessidade do dicionário como guia de adequação linguística em contextos informais privados.

Um dos atores principais do texto-base aparece personalizado como “paladino da língua portuguesa”. Contudo, sua identidade é indeterminada – não se identifica quem é esse ator social. Essa indeterminação permite a associação desse ator social ao comportamento de um conjunto determinável de atores sociais – o conjunto de indivíduos que tiveram a ideologia da norma padrão inculcada em si. Assim, podemos dizer que esse ator social de identidade indeterminada pode ser considerado um representante de um numeroso grupo de indivíduos.

O comportamento normatizador desse(s) indivíduo(s) é o pano de fundo da questão:

De acordo com o texto,	após receber a carta de um amigo “que se deu ao trabalho de fazer um xerox da página 827 do dicionário” sinalizando um erro de grafia	o autor reconhece <b>a necessidade da norma padrão em situações formais de comunicação escrita.</b>
Ângulo	Tempo	participantes principais
Circunstâncias		
$\alpha$	$\langle x \beta \rangle$	$\alpha$

Por meio da circunstância de ângulo, o examinador atribui a responsabilidade do que foi dito a Rubens Alves, que aparece impersonalizado em “texto” – através da autonomização do discurso.

Na circunstância de tempo – desenvolvida através de uma oração hipotática –, o uso das aspas alerta o leitor de que os termos usados são de outra pessoa e demonstra a falta de engajamento do elaborador com o que foi dito. Podemos inferir o motivo dessa falta de engajamento através da análise dos participantes principais da oração principal:

O autor	reconhece	a necessidade da norma padrão em situações formais de comunicação escrita.
Dizente	processo verbal	verbiagem

Conforme podemos constatar do dizente, a agência no processo verbal é atribuída ao autor do texto-base. É o autor (e não o elaborador) que diz que a norma padrão é necessária em situações formais de comunicação escrita. Assim, o avaliador se distancia da padronização linguística – que é uma forma de operação da ideologia – detectada na verbiagem.

Na verbiagem temos uma nominalização, que poderia ser “desempacotada”<sup>59</sup> da seguinte forma: “a norma padrão é necessária em situações formais de comunicação escrita”. Através do desempacotamento podemos verificar tanto o julgamento sobre qual o comportamento linguístico é considerado apropriado (uso da norma padrão) e a circunstância em que deve se dar tal comportamento (em situações formais de comunicação escrita). Por termos por foco as relações de poder (não) expressas na léxico-gramática, devemos notar que na oração acima existem circunstâncias de localização (onde as variedades linguísticas podem ser usadas), mas não existem circunstâncias de causa (por que as variedades devem ser empregadas; para que elas são empregadas em alguns ambientes linguísticos e em outros não; quem é beneficiado com essa realidade).

Assim, acreditamos que o discurso em análise **naturaliza** a realidade sociolinguística principalmente através da omissão de que o uso ou não-uso de determinadas variedades linguísticas em contextos socialmente valorizados depende das posições de poder que seus falantes ocupam na estrutura social. Afinal, as variedades linguísticas são “valorizadas ou desvalorizadas de acordo com a posição dos seus usuários nos sistemas de relações de poder” (CLARK *et all* (1996, p. 45).

---

<sup>59</sup> O desempacotamento é a reorganização lexical de uma oração para uma forma congruente, isto é, o desempacotamento equivale à organização de uma oração de uma forma mais direta.

Desse modo, consideramos que o discurso de adequação veiculado na questão é ideológico porque, ao mesmo tempo em que reconhece a diversidade, ele **padroniza** a realidade linguística. Ora, considerando que a linguagem dos grupos dominantes passa a ser um requisito para o acesso a espaços sociais valorizados, a padronização é uma forma de manter a hegemonia dos grupos que ocupam espaços de poder na estrutura social.

#### **4.1.7 Evento discursivo 7 (Enem)**

##### **Texto-base**

O uso do pronome átono no início das frases é destacado por um poeta e por um gramático nos textos abaixo.

##### **Pronominais**

Dê-me um cigarro

Diz a gramática

Do professor e do aluno

E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco

Da Nação Brasileira

Dizem todos os dias

Deixa disso camarada

Me dá um cigarro.

(ANDRADE, Oswald de. Seleção de textos. São Paulo: Nova Cultural, 1988.)

“Iniciar a frase com pronome átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita quando se deseja reproduzir a fala dos personagens (...)”.

(CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Nacional, 1980.)

##### **Enunciado**

Comparando a explicação dada pelos autores sobre essa regra, pode-se afirmar que ambos:

##### **Respostas**

a) condenam essa regra gramatical.

b) acreditam que apenas os esclarecidos sabem essa regra.

c) criticam a presença de regras na gramática.

d) afirmam que não há regras para uso de pronomes.

**e) relativizam essa regra gramatical.**

Começemos a análise pelo começo, pelo texto-base:

O uso do pronome átono	é destacado	por um poeta e	por um gramático	nos textos abaixo
Meta	proc. mat.	ator 1	ator 2	circunstância
		atores		

Conforme podemos ver da oração acima, existem dois atores sociais diferentes (poeta e gramático) que realizam a mesma atividade: destacam o uso do pronome átono. O fato dos atores sociais serem realizados através de sintagmas preposicionais denota que o seu papel de agente dentro do texto não é proeminente. A fácil elisão dos atores sociais mostra o papel periférico que eles ocupam na oração: “o uso do pronome átono é destacado nos textos abaixo”. Assim, o uso do pronome átono (meta) ganha maior relevância no texto.

Vejamos como diferentes atores sociais lançam perspectivas distintas sobre essa mesma meta (o uso do pronome átono). Na representação do primeiro ator social, o poeta Oswald de Andrade, a gramática é vista da seguinte forma:

Dê	me	um cigarro	diz	a gramática	do professor	e do aluno	e do mulato sabido
Proc. mat.	receb.	meta	proc. verbal	núcleo	pós-mod.	pós-mod.	pós-mod.
			dizente				
1'			2				

Na oração 2, no núcleo do grupo nominal, Oswald mostra qual instituição é responsável por dizer o que é certo e errado dentro de uma língua (a gramática). A possessivação no dizente, conforme se vê nos pós-modificadores, mostra que essas regras são dominadas por apenas alguns poucos atores sociais: o professor, o aluno e o mulato sabido. A especificação apenas desses atores sociais implica a exclusão de todos os outros atores sociais que existem, o que denota o caráter excludente dessa gramática (dizente).

Mas	o bom negro e o bom branco da nação brasileira	dizem	todos os dias	deixa disso camarada, me dá um cigarro
	dizente	proc. verb.	circ.	verbiagem
+ 3				

Através da oração adversativa acima, Oswald cria um contraste entre regra e uso, representando como as pessoas de fato falam no Brasil. A constante separação dos atores sociais por raça (negro, branco, mulato) evidencia que, apesar de existir uma forte

estratificação social, todos usam a mesma construção linguística – o pronome átono no início da oração. Assim, o discurso de Oswald de fato relativiza de uma maneira não discriminatória as regras da gramática padrão, pois independente da raça e da classe social o uso linguístico é igual. O mesmo não acontece, todavia, com o segundo ator social representado pelo avaliador: o gramático. Vejamos:

Iniciar a frase com pronome átono	só é	lícito	na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita (...)
Portador	proc. relacional	atributo	circunstância

Através da oração relacional atributiva, podemos ver que o uso do pronome átono no início da frase só pode ser enquadrado no grupo dos usos linguísticos “lícitos” se empregado em circunstâncias específicas: “na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita quando se deseja reproduzir a fala dos personagens (...)”.

Assim, diferente do poeta, o gramático traz o discurso de adequação linguística, que hierarquiza as variedades linguísticas e distribui elas conforme o prestígio dos espaços sociais em que são utilizadas. Apesar do pronome átono ser utilizado na posição proclítica por todos os brasileiros de todas as classes sociais, o gramático ainda mantém uma rígida **padronização** da língua portuguesa. Essa padronização excessiva não só leva os falantes a serem linguisticamente inseguros e a terem sérias crises de identidade – uma vez que o português de Portugal, que inspira a norma padrão, é diferente do português do Brasil –, como também incita as pessoas a corrigirem usos linguísticos que não estão errados.

Comparando a explicação dos autores sobre essa regra,	pode-se afirmar	que ambos <b>relativizam essa regra gramatical.</b>
x $\beta$	$\alpha$	$\beta$
	$\alpha$	

Com base em Bagno (2011), postulamos que a oração  $\alpha$  não é uma oração passiva. O pronome “se” nessa oração indetermina participante da oração  $\alpha\alpha$  e poderia ser facilmente substituído por um pronome indefinido, conforme vemos na análise a seguir:

Se	pode afirmar	que ambos relativizam essa regra gramatical.
Dizente	processo verbal	oração projetada

Assim, o avaliador indetermina qual é o ator social que pode afirmar que tanto o poeta como o gramático relativizaram a regra gramatical e, ao mesmo tempo, não expressa sua concordância ou discordância com eles. Essa falta de engajamento denota

que a variação linguística ainda pode ser considerada um assunto polêmico. Essa hipótese é reforçada pelo modalizador “pode” presente no processo verbal. Esse modalizador revela que o avaliador adota uma postura aparentemente heteroglóssica, representando os textos como abertos a várias interpretações. Dizemos aparentemente heteroglóssica, porque a interpretação do avaliador – que legitima o discurso discriminatório do gramático –, no final das contas, é a única que conta como correta.

Ainda que achemos que abordagem da variação linguística nas questões de prova de vestibular seja de suma importância, consideramos que essa abordagem a partir do discurso de adequação linguística, como evidencia o texto-base 2, é discriminatória.

#### 4.1.8 Evento discursivo 8 (PUC – SP)

##### Texto-base

##### Composição da letra do Hino Nacional completa 100 anos

Em 2009, além do centenário desse importante símbolo nacional, foi aprovada lei que define como obrigatória a execução do Hino ao menos uma vez por semana em escolas públicas e particulares de ensino fundamental.

Leia este conjunto de textos, quase todos adaptados, que fazem várias referências ao Hino Nacional.

##### TEXTO 1

##### Pátria amada, mãe gentil?

MIGUEL SROUGI

Como lembrava o arcebispo Desmond Tutu, incansável na luta pelos direitos civis: “Se ficarmos neutros numa situação de injustiça, teremos escolhido o lado do opressor”. Presidente, principalmente você, que tem história para ser o exemplo, pode atender ao grito ensurdecido de tantos filhos da nação.

Assumindo o combate sem limites ao grupo de predadores assentados no poder. Exigindo que a Justiça faça das leis instrumentos verdadeiros de defesa dos direitos, e não objetos de proteção aos ímprobos e poderosos.

E, tomado por compaixão, adotando ações genuínas para reduzir os efeitos da desigualdade e para resgatar a condição humana desses brasileiros. Só assim, perfilado no dia da pátria, você conseguirá, marejado, declamar com a multidão: “Dos filhos deste solo és mãe gentil, pátria amada, Brasil”.

MIGUEL SROUGI, 62, médico, pós-graduado em urologia pela Harvard Medical School (EUA), é professor titular de urologia da Faculdade de Medicina da USP e presidente do Conselho do Instituto Criança é Vida. In: FOLHA de S.Paulo. Opinião, 06/09/2009

##### TEXTO 2

Nossa pátria mãe gentil

Intérprete: Beth Carvalho

Composição: Vaguinho / Boneco

Preserve a Amazônia, mãe gentil Com sua beleza sem igual

Ela é o tesouro do Brasil

Com suas riquezas naturais

Estão vendendo nossa nação

Estão entregando nosso quinhão

A gente tem que gritar

Não vamos nos acomodar

Pois isso aqui é nossa terra

Esses homens vão ter que entender

Que isto aqui é o nosso Brasil Nosso

chão, nossa vida, nossa pátria mãe

gentil

Isso um dia vai ter que mudar

A justiça vai ter que acordar

E a igualdade um dia vai raiar

In: PAGODE de mesa: Ao Vivo —

Vol. 2. Indie Records 2000

**TEXTO 3****PAINEL DO LEITOR**

Mãe gentil

“O artigo do doutor Miguel Srougi de domingo (“Pátria amada, mãe gentil?”, “Tendências/Debates”) é um grande alento, principalmente por tratar-se de alguém que, sendo um dos nossos mais ilustres e respeitados profissionais da medicina, optou por não se omitir, colocando sua liderança e credibilidade a serviço da cidadania ativa e da justiça social. Sua voz qualificada renova as esperanças de que o Estado brasileiro, sistematicamente saqueado ao longo de sua história por vorazes minorias públicas e privadas, que o manipulam em benefício próprio, venha a tornar-se, um dia, a mãe gentil de todos os brasileiros.”

JOSÉ BENJAMIM DE LIMA, promotor de Justiça aposentado  
(Assis, SP) In: FOLHA de S.Paulo. Opinião, 08/09/2009

**Enunciado**

No texto 2, os versos “A gente tem que gritar / Não vamos nos acomodar”, há mistura de pessoas verbais: a gente (3ª- pessoa do singular) e nós (1ª- pessoa do plural). Trata-se de

**Respostas**

**a) uma característica da linguagem coloquial e, considerando a situação comunicativa, não configura erro.**

b) um erro, pois, ainda que se trate de um samba, deve seguir o que prescreve a norma culta.

c) um acerto, pois em sambas tem de haver essa mistura.

d) uma característica da linguagem coloquial e, considerando a situação comunicativa, configura erro.

e) uma característica da linguagem coloquial, cujo alto grau de formalidade está adequado para o contexto em que circula.

Existem 3 textos-base escritos por atores sociais diferentes e veiculados originalmente em espaços sociais diversos, conforme podemos ver na referência em que os atores aparecem personalizados. Eis os atores sociais e as circunstâncias de localização em que seus textos são veiculados: 1) Miguel Srougi, médico, pós-graduado, com texto publicado na Folha de S. Paulo; 2) Vaguinho e Boneco, compositores, com texto veiculado numa música de pagode; e 3) José Benjamim de Lima, promotor de justiça aposentado, com texto publicado na folha de São Paulo. Considerando essa separação, vejamos quais atores e espaços sociais servem de base para o desenvolvimento do discurso de adequação linguística:

No texto 2, os versos “A gente tem que gritar / Não vamos nos acomodar”	há	mistura de pessoas verbais: a gente (3ª- pessoa do singular) e nós (1ª- pessoa do plural)
Circunstância	proc. existencial	existente

Como era de se esperar, os atores sociais e o espaço de menor valor simbólico são usados como ponto de partida, conforme indica a circunstância, para tratar daquilo que os seguidores da norma padrão consideram um vício gramatical, conforme podemos ver no existente (mistura de pessoas verbais).

Se	trata de	uma característica da linguagem coloquial e,	e	considerando a situação comunicativa,	(a mistura de pessoas)	não configura	erro.
Port.	processo relacional	atributo			portador	proc. relacional	atributo
			x $\beta$	$\alpha$			
1			+ 2				

Na oração 1, o elaborador enquadra a “mistura de pessoas verbais” no grupo das características da linguagem coloquial. No discurso de adequação linguística, termos como informal e coloquial são usados para **eufemizar** a apreciação negativa de determinadas construções linguísticas. Essa apreciação negativa eufemizada pode ser melhor visualizada na oração + 2.

Em +2 $\alpha$ , podemos ver que a mistura de pessoas não é considerada erro. Contudo, o elaborador toma como condição de verdade para  $\alpha$  (a mistura de pessoas um erro não configura erro) a oração x  $\beta$ : “considerando a situação comunicativa”. Se não for considerada a situação comunicativa, o erro é configurado, pois não atende às regras da “situação”. Esse argumento promove uma **racionalização** do discurso de adequação (somente se x, então y). Isto é, determinadas construções linguísticas podem ser usadas, contanto que não sejam em espaços e por pessoas consideradas importantes, como as pessoas e os espaços dos textos-base 1 e 3.

A **racionalização** é utilizada para excluir normas linguísticas não valorizadas de espaços públicos valorizados. Essa exclusão promove, por consequência, a **padronização** linguística – que é o modo de operação da ideologia predominante no discurso de adequação linguística.



#### 4.1.9 Evento discursivo 9 (Fuvest)

##### Texto-base

Todas as variedades linguísticas são estruturadas, e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades de seus usuários. Mas o fato de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades regionais, sociais e estilísticas. A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação.

Celso Cunha. Nova gramática do português contemporâneo. Adaptado.

##### Enunciado

Depreende-se do texto que uma determinada língua é um

##### Respostas

- a) conjunto de variedades linguísticas, dentre as quais uma alcança maior valor social e passa a ser considerada exemplar.
- b) sistema de signos estruturado segundo as normas instituídas pelo grupo de maior prestígio social.
- c) conjunto de variedades linguísticas cuja proliferação é vedada pela norma culta.
- d) complexo de sistemas e subsistemas cujo funcionamento é prejudicado pela heterogeneidade social.
- e) conjunto de modalidades linguísticas, dentre as quais algumas são dotadas de normas e outras não o são.

Ainda que trate da variação linguística, consideramos que esta questão também é ideológica, discutiremos a seguir o porquê.

**O fato** de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma **avaliação** distinta das características das suas diversas modalidades regionais, sociais e estilísticas.

No texto-base podemos encontrar uma interessante representação da língua: entidade fortemente ligada à estrutura social. De fato, sem sociedade não existe língua. Da mesma forma, não existe língua sem atores sociais – usuários da língua. Esses atores sociais, todavia, foram excluídos do texto (**reificação**). Essa reificação da língua pode ser detectada em dois trechos: 1) no núcleo do grupo nominal (**o fato** de a língua estar [...] conduz a uma avaliação), em que o estado da língua é retratado como um acontecimento

– é necessário observar que coisas que acontecem são diferentes de coisas que são feitas por atores sociais; e 2) na nominalização (**avaliação** distinta das características da língua), em que não é possível saber que grupos sociais são os que mais avaliam a linguagem das pessoas e em que grupos se baseiam os valores sobre as variedades linguísticas.

A língua padrão,	embora seja uma entre muitas variedades de um idioma,	é sempre a mais prestigiosa,	porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade
$\alpha$	$\langle x\beta \rangle$	$\alpha$	x 2
1			

Através da relação lógico-semântica estabelecida pela oração x 2, o gramático aponta a causa da “norma padrão ser a mais prestigiosa” ( $\alpha$ ). Contudo, essa explicação obscurece as relações de poder que se desenvolvem entre os usuários da língua. Além de **naturalizar** a língua – representando a realidade linguística como desprovida de atores sociais –, o gramático dissimula, por meio do **tropo** (metáfora gramatical), que quem impõe o modelo linguístico são os falantes da variedade linguística. Assim, tanto para a reificação como para a dissimulação ideológica, os atores sociais são excluídos – através da supressão.

A ideologia não se restringe, contudo, ao texto-base, mas é desenvolvida também no enunciado:

Depreende	se	do texto	que uma determinada língua é um conjunto de variedades linguísticas, dentre as quais uma alcança maior valor social e passa a ser considerada exemplar.
Proc. mental	experienciador indeterminado	circ.	oração projetada

Ao deixar o experienciador indeterminado, o elaborador não explicita quem depreende o quê. Assim, ao mesmo tempo em que mitiga a sua responsabilidade pelo enunciado na oração projetada, ele eufemiza o controle que exerce sobre o avaliado, pois a oração projetada é aquilo que o avaliado deve depreender

Vejamos o que deve ser depreendido:

Uma determinada língua	é	um conjunto de variedades linguísticas
Identificado	proc. relacional	identificador

As orações relacionais identificativas estabelecem uma relação de igualdade entre os participantes, que, por isso, podem ter suas posições invertidas dentro da oração.

Através do processo identificacional, o elaborador mostra como o seu discurso está sintonizado ao discurso produzido dentro da academia, pois identifica a língua como acreditamos que ela de fato é: um conjunto de variedades linguísticas, constantemente submetidas à padronização.

Dentre as quais	uma (variedade linguística)	alcança	maior valor social
Circunstância	ator	proc. material	meta

Nesta oração está o cerne da ideologia. O ator, uma variedade linguística, não alcança o maior valor social (meta), quem consegue ser socialmente mais bem avaliado são os seus falantes. Podemos ver o desenvolvimento dessa ideologia na oração a seguir, em que dois atores sociais são excluídos: o primeiro é encoberto e o último, suprimido:

(Uma variedade linguística)	passa a ser considerada	exemplar	(Ø)
Portador	proc. rel. atributivo	atributo	atribuidor

O atribuidor, quem passa a considerar a variedade linguística como exemplar, é suprimido. Praticamente qualquer ator social pode ocupar o papel de atribuidor, pois todos atores em nossa estrutura social sofrem a pressão normativa de se adequar à variedade linguística dominante – logo, praticamente todos consideram a variedade dos grupos dominantes como exemplar.

O portador, uma variedade linguística dominante, representa um grupo de atores sociais, uma elite simbólica, que é impersonalizado. Assim, são os falantes da variedade linguística, que pertencem a uma elite simbólica, que “passam a ser considerados exemplares”. É a crença nessa superioridade linguística que leva à estigmatização dos falantes de outras variedades.

Trata-se de um processo de **dissimulação (tropo)**. Através desse processo, o prestígio de um grupo social é passado para a sua variedade linguística. No entanto, a variedade linguística parece ter um valor inerente, desvinculado de seu grupo social.

#### 4.1.10 Evento discursivo 10 (Enem)

##### Texto-base

Para falar e escrever bem, é preciso, além de conhecer o padrão formal da Língua Portuguesa, saber adequar o uso da linguagem ao contexto discursivo. Para exemplificar este fato, seu professor de Língua Portuguesa convida-o a ler o texto *Aí, Galera*, de Luís Fernando Veríssimo. No texto, o autor brinca com situações de discurso oral que fogem à expectativa do ouvinte.

*Aí, Galera*

Jogadores de futebol podem ser vítimas de estereotipação. Por exemplo, você pode imaginar um jogador de futebol dizendo “estereotipação”? E, no entanto, por que não?

– *Aí, campeão. Uma palavrinha pra galera.*

– *Minha saudação aos aficionados do clube e aos demais esportistas, aqui presentes ou no recesso dos seus lares.*

– *Aí, galera.*

– *Quais são as instruções do técnico?*

– *Nosso treinador vaticinou que, com um trabalho de contenção coordenada, com energia otimizada, na zona de preparação, aumentam as probabilidades de, recuperado o esférico, concatenarmos um contragolpe agudo com parcimônia de meios e extrema objetividade, valendo-nos da desestruturação momentânea do sistema oposto, surpreendido pela reversão inesperada do fluxo da ação.*

– *Como é?*

– *Ahn?*

– *É pra dividir no meio e ir pra cima pra pegá eles sem calça.*

– *Certo. Você quer dizer mais alguma coisa?*

– *Posso dirigir uma mensagem de caráter sentimental, algo banal, talvez mesmo previsível e piegas, a uma pessoa à qual sou ligado por razões, inclusive, genéticas?*

– *Pode.*

– *Uma saudação para a minha progenitora.*

– *Como é?*

– *Alô, mamãe!*

– *Estou vendo que você é um, um...*

– *Um jogador que confunde o entrevistador, pois não corresponde à expectativa de que o atleta seja um ser algo primitivo com dificuldade de expressão e assim sabota a estereotipação?*

– *Estereoquê?*

– *Um chato?*

– *Isso. (Correio Braziliense, 13/05/1998.*

##### Enunciado

O texto mostra uma situação em que a linguagem usada é inadequada ao contexto. Considerando as diferenças entre língua oral e língua escrita, assinale a opção que representa também uma inadequação da linguagem usada ao contexto:

##### Alternativas

a) “o carro bateu e capotô, mas num deu pra vê direito” - um pedestre que assistiu ao acidente comenta com o outro que vai passando.

b) “E aí, ô meu! Como vai essa força?” - um jovem que fala para um amigo.

c) “Só um instante, por favor. Eu gostaria de fazer uma observação” - alguém comenta em uma reunião de trabalho.

d) “Venho manifestar meu interesse em candidatar-me ao cargo de Secretária Executiva desta conceituada empresa” - alguém que escreve uma carta candidatando-se a um emprego.

e) “**Porque se a gente não resolve as coisas como têm que ser, a gente corre o risco de termos, num futuro próximo, muito pouca comida nos lares brasileiros**” - um professor universitário em um congresso internacional.

Basicamente, o texto-base se sustenta na seguinte proposição:

Para falar e escrever bem,	é preciso além de conhecer o padrão formal da Língua Portuguesa, saber adequar o uso da linguagem ao contexto discursivo.
$x \beta$	$\alpha$

Na oração principal, podemos encontrar o julgamento que leva à **padronização**. A padronização por ser constatada tanto no valor deôntico do julgamento (é preciso) como no comportamento que é julgado correto (conhecer o padrão formal da Língua Portuguesa e saber adequar a linguagem ao contexto discursivo). Essa padronização é **racionalizada** pela oração  $x \beta$ . Na oração dependente ( $x \beta$ ), indica-se a causa (propósito) que leva as pessoas a terem seu comportamento regulado: a necessidade de falar e escrever bem. Assim, para que  $x \beta$  seja alcançado é necessário  $\alpha$ .

A padronização é desenvolvida da seguinte maneira no enunciado:

O texto	mostra	uma	situação	em que a linguagem é inadequada ao contexto
Ator	proc. material	pré-mod.	núcleo	pós-modificador
		meta		

No início do enunciado, podemos constatar uma autonomização do discurso no participante ator. Isto é, o ator social é representado por seu discurso (o texto). Assim, a ação de mostrar “uma situação em que a linguagem é inadequada ao contexto” é atribuída ao objeto inanimado “texto” em vez de ser representada como uma interpretação do elaborador da questão.

Destrinchemos o pós-modificador da meta acima:

(Nessa situação)	a linguagem	é	inadequada	ao contexto
Circunstância 1	portador	proc. relac.	atributo	circunstância 2

O processo relacional no presente do indicativo mostra como um juízo de valor pode ser representado como universal. Isto é, o elaborador da questão não especifica quem considerada a linguagem inadequada, o que dá a impressão de que essa opinião é inquestionavelmente aceita por todos. Assim, os atores que dão origem ao juízo de valor representado no atributo (inadequada) são excluídos do texto. Mostra-se apenas a circunstância que embasa o juízo de valor.

É na circunstancialização que se apoia o discurso de adequação. Conforme se constata a seguir:

Considerando as diferenças entre língua oral e língua escrita,	assinale a opção que representa também uma inadequação da linguagem usada ao contexto.
x $\beta$	$\alpha$

A oração intensiva (x  $\beta$ ) mostra a maneira que o avaliado deve avaliar a questão para que ela seja considerada verdadeira: considerar que cada modo e variedade linguística é diferente e que cada uma tem um contexto para ser usada. Vejamos as implicações disso no gabarito da questão.

Porque se a gente não resolve as coisas como têm que ser, a gente corre o risco de termos, num futuro próximo, muito pouca comida nos lares brasileiros” - **um professor universitário em um congresso internacional.**

Por meio da especificação do ator social (um professor universitário) e da circunstância (em um congresso internacional), podemos ver que o discurso de adequação veiculado nessa questão promove uma verdadeira divisão de trabalho entre as variedades linguísticas. Isto é, as normas desprestigiadas não podem ser usadas em nenhuma das duas circunstâncias: 1) por atores sociais com capital simbólico e 2) em lugares públicos e socialmente prestigiados.

Ao excluir as variedades linguísticas desprestigiadas dos espaços prestigiados, o discurso de adequação linguística mantém a dominação linguística. Essa dominação, todavia, é mantida de uma forma **eufemizada**, pois as variedades linguísticas desprestigiadas não são consideradas “erradas”, mas sim “inadequadas” para serem usadas por pessoas consideradas relevantes em lugares considerados importantes. Em outras palavras, diminui-se a força da avaliatividade, mas a avaliação negativa das variedades desprestigiadas é mantida,

Dessa forma, a hegemonia linguística é mantida: fazendo-se concessões aos dominados para manter o domínio dos dominantes.

## 4.2 Respondendo às perguntas da pesquisa

Feita a microanálise dos eventos discursivos, podemos ter uma visão mais panorâmica da ordem do discurso em que se insere nosso objeto de pesquisa. Assim, com base na análise textual realizada, podemos responder às perguntas de pesquisa.

### 4.2.1 Questão de pesquisa 1

#### 1) Quais estratégias típicas de operação da ideologia são usadas nas questões de prova de vestibular para sustentar o discurso de adequação linguística?

Consideramos que o nosso *corpus* de pesquisa é representativo, porém limitado<sup>60</sup>. Para dar profundidade à análise textual, tivemos que fazer um recorte de um número relativamente pequeno de textos para serem analisados. Assim, não podemos generalizar as estratégias ideológicas usadas para todas as questões de prova. Contudo, podemos perceber que a **padronização** vem sendo legitimada (**racionalização**), dissimulada (**eufemização**) e reificada (**naturalização**) no discurso de adequação.

Se antes o discurso tradicional sobre a linguagem era, apesar de nem sempre percebido como tal, explicitamente discriminatório, agora o discurso de adequação torna a imposição linguística (padronização) mais velada (eufemização), como uma realidade dada e imutável (naturalização) e legitimada por teorias linguísticas (racionalização).

Quadro 8 - Ideologias nas questões de prova

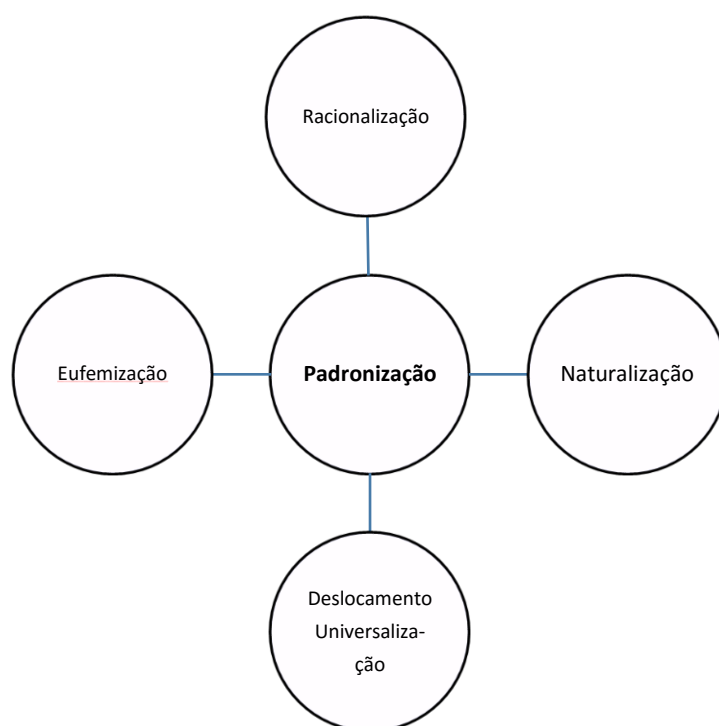
Categories Corpus	Eufem.	Natural.	Racion.	Univers.	Tropo	Padron.
Texto 1	X		X			X
Texto 2		X	X	X		X
Texto 3		X	X			X
Texto 4	X	X	X			X
Texto 5	X	X				X
Texto 6		X				X
Texto 7	X					X
Texto 8			X			X
Texto 9		X	X		X	X
Texto 10	X		X			X

<sup>60</sup> Nesta pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa. Assim, para nós, é mais importante a profundidade da análise do que acumulação de dados e a busca por números e estatísticas.

A partir da tabela acima é possível constatar que a padronização é o modo de operação da ideologia mais proeminente no discurso de adequação linguística. As estratégias ideológicas que circundam a padronização servem para legitimar, dissimular ou naturalizar a imposição da variedade linguística prestigiada. Assim, os grupos que ocupam espaços de poder dentro da estrutura social têm a sua linguagem imposta sem que muitas vezes as pessoas consigam perceber essa imposição.

Não surpreende a constatação de que, quando o assunto é linguagem, a unificação seja o modo geral de operação da ideologia que mais se destaca. Contudo, o discurso de adequação linguística é caracterizado pelo modo como a restrição da diversidade linguística (padronização) ocorre, em conjunto com várias outras estratégias típicas de operação da ideologia, conforme representamos na figura a seguir:

Figura 13 - Ideologias padronizadoras



Fonte: elaboração do autor

Através da análise do discurso de adequação linguística nas questões de prova, pudemos ver que a simples abordagem da variação linguística não é suficiente para lidar com o problema da discriminação. Como mostramos em nossa análise, a discriminação



apenas ganhou uma nova forma. Se antes a unificação linguística era imposta por meio da estratégia ideológica de simbolização da unidade – a simbolização de que a linguagem era homogênea e que todos deveriam obedecer a regras invariáveis –, agora a unificação ocorre por meio da padronização. Isto é, agora a unificação ocorre através da criação de um referencial linguístico, dentro uma realidade linguística heterogênea, considerado apropriado para cada situação de comunicação linguística.

Assim, no discurso de adequação, a variedade linguística dos grupos dominantes continua sendo imposta (padronização). No entanto, a padronização é sustentada por outras estratégias que tornam ela menos visível, como:

1) **eufemização**: em vez de certo e errado, os usos linguísticos são classificados em adequado e inadequado, apropriado e inapropriado, formal e informal/coloquial etc.;

2) **naturalização**: a realidade sociolinguística é representada como uma realidade natural, sem atores sociais capazes de promover mudanças – as coisas são como são em razão da situação comunicativa, das esferas sociais de uso da língua, do gênero discursivo etc.;

3) **racionalização**: ao desconsiderar as relações de poder no uso da língua, o raciocínio linguístico legitima a manutenção do *statu quo* – a língua padrão é sempre mais prestigiosa, porque atua como ideal linguístico de uma comunidade; é necessário adaptar a língua, uma vez que o gênero discursivo requer o uso da norma-padrão; o uso do pronome é inadequado, pois contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto;

4) **universalização**: a submissão às convenções linguísticas dominantes é representada como a melhor forma de alcançar objetivos;

5) **tropo**: o prestígio dos grupos dominantes é transferido para seus hábitos linguísticos; dessa forma, a norma culta parece ter um prestígio inerente, desvinculado da origem social e do poder de seus usuários.

#### 4.2.2 Questão de pesquisa 2

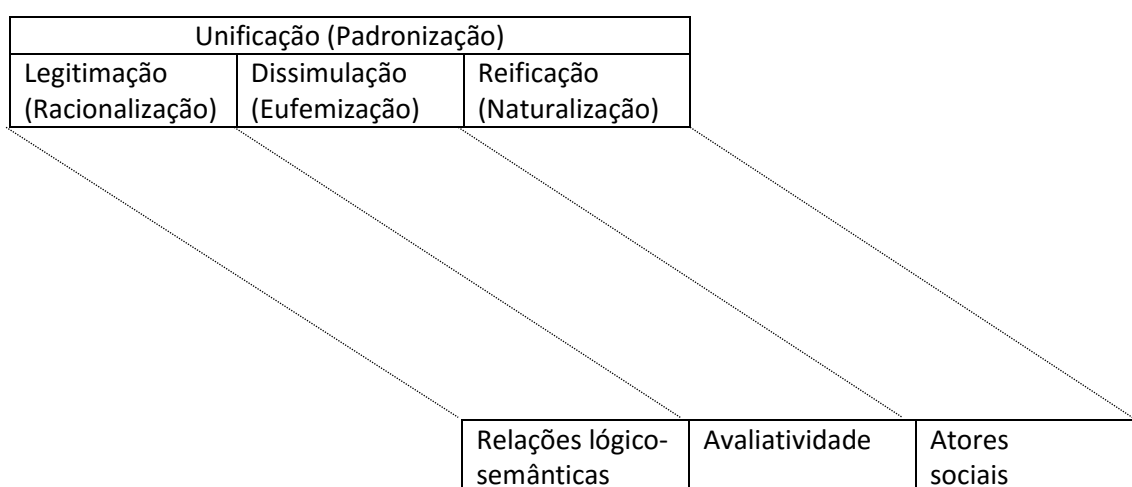
**2) Como a ideologia de adequação linguística se manifesta na léxico-gramática?**

Nesta pesquisa, optamos por realizar uma análise do discurso textualmente orientada. Assim, mostramos como a ideologia de adequação linguística pode ser

detectada na léxico-gramática. Nossa análise não constitui apenas comentários de textos (eventos). Nossa análise representa uma sistematização linguística da ideologia de adequação. Usando a teoria da LSF, mostramos como os modos de operação da ideologia de Thompon (2002) podem ser manifestados nos textos.

A figura a seguir mostra a conexão que fizemos entre nossa teoria de ideologia e nossa teoria linguística:

Figura 14 - Ideologia e linguagem



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, mostramos: 1) através das relações lógico-semânticas na léxico-gramática, como a padronização é legitimada; 2) através da teoria da avaliatividade, como a padronização é dissimulada; e 3) através da teoria de representação dos atores sociais, como a realidade linguística é reificada no discurso de adequação linguística.

Mostraremos a seguir como as três teorias se conectam com os nossos dados. Em **I**, analisaremos como as relações lógico-semânticas encontradas nos textos legitimam a padronização; após, em **II**, mostraremos como a aplicação da teoria da avaliatividade revela dissimulação da padronização; por fim, em **III**, mostraremos como o uso da teoria de representação dos atores sociais pode ajudar na percepção das reificações feitas nos textos analisados.

## I- Relações lógico-semânticas

A legitimação da ideologia de adequação linguística pode ser detectada principalmente pelas relações lógico-semânticas de causa-condição que se estabelecem entre as orações e as sentenças, como podemos ver a seguir:

Causa: razão
A língua padrão (...) é sempre mais prestigiosa (...) <b>porque</b> atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade (...) ele adapta o nível de linguagem à situação comunicativa, <b>uma vez que</b> o gênero entrevista requer o uso da norma-padrão. De acordo com a norma-padrão da língua, esse uso é inadequado, <b>pois</b> contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto. Sírio Possenti defende a tese de que não existe um único “português correto”. <b>Assim sendo</b> , o domínio da língua portuguesa implica, entre outras coisas, saber adequar as formas da língua a diferentes tipos de texto e contexto.

As orações/sentenças acima apresentam uma relação de causa ^ efeito. Essa relação visa justificar o motivo da realidade ser como é (**racionalização**). Com base nas relações criadas entre as orações/sentenças acima, é possível afirmar que:

1) apesar das orações acima supostamente apresentarem a causa da realidade linguística ser como é, a representação na léxico-gramática daquilo que as pessoas acreditam ser o mundo (dimensão transitiva) não corresponde necessariamente àquilo que o mundo é (dimensão intransitiva);

2) a relação de causa e efeito pode ser uma relação falsa, mas tida como verdadeira com base no poder simbólico do enunciador. Por exemplo, um “especialista” da língua – como supõe-se ser o elaborador da questão de prova – provavelmente não será contestado por um leigo ao enunciar que “o uso do pronome ele como objeto direto é errado, **pois** contraria a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto”;

3) a relação de causa e efeito pode ser verdadeira, mas não alcançar as causas mais profundas (transfenomenalidade) responsáveis pelo estado atual da ordem social. Por exemplo, o examinador, apesar de não identificar a gênese social do prestígio de uma variedade linguística, não está errado ao afirmar que “a língua padrão é sempre mais prestigiosa, **porque** atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade” – contudo, conforme mostramos na análise, esse tipo de reificação esconde as relações de dominação que existem entre os grupos linguísticos.

As relações de causa também podem ser expressas de outras formas, como vemos na oração a seguir:

Causa: propósito
------------------

<b>Para</b> falar e escrever bem, é preciso, além de conhecer o padrão formal da Língua Portuguesa, saber adequar o uso da linguagem ao contexto discursivo.
--

Pela análise da relação de propósito (para x, então y), podemos ver como é possível sustentar a **universalização** da ideologia de adequação linguística, pois a ação que beneficia alguns grupos dominantes (dominar a linguagem legitimada) é representada como se atendesse ao interesse de todos os grupos.

Além das relações de causa, temos também as relações de condição, que ajudam a racionalizar a ideologia de adequação linguística:

Condição: positiva
--------------------

<b>Se</b> , tipo assim, o seu filho escrever como fala, ele tá ferrado.
---

<b>Considerando a situação comunicativa</b> , (a linguagem coloquial) não configura erro.
---

A relação de condição permite sustentar a racionalização da ideologia de adequação linguística tanto pela apresentação das consequências negativas da não adequação à ideologia (se não se adequar, então haverá consequências negativas) quanto pelas restrições criadas pelas relações de condição (a linguagem coloquial só não configurará erro, se for utilizada em contextos que não forem socialmente valorizados).

Apesar de termos na léxico-gramática outras ferramentas para estabelecer relações lógico-semânticas, são as relações de causa-condição que servem primordialmente para legitimar a ideologia de adequação linguística, principalmente através da racionalização.

## II - Avaliatividade

Como dissemos acima, a teoria da avaliatividade (cf. 2.2.5) permite mostrar como ocorre a padronização linguística e a dissimulação dessa padronização, no domínio da atitude, da gradação e do engajamento.

No domínio da atitude, podemos detectar a padronização linguística através da categoria “julgamento”. Essa categoria diz respeito à criação de um padrão de comportamento considerado correto, conforme podemos ver nos exemplos em negrito a seguir.

<b>Julgamento</b>
Esse comentário enfatiza <b>ser necessário</b> empregar vocabulário adequado e usar regras da norma padrão da língua em se tratando da modalidade escrita.
O autor reconhece <b>a necessidade</b> da norma padrão em situação de comunicação escrita.
Para falar e escrever bem, <b>é preciso</b> , além de conhecer o padrão formal da Língua Portuguesa, saber adequar o uso da linguagem ao contexto discursivo.

O julgamento do comportamento linguístico, camuflado como apreciação da linguagem, pode ser percebido principalmente através dos processos relacionais. Esses processos, por selecionarem participantes mais valorativos, são os que tornam a atitude no discurso de adequação mais explícita:

A língua padrão (...)	é	sempre mais prestigiosa.
O certo	é	“varrição” e “varreção” .
(O uso do pronome reto)	é	inadequado, pois (...).
O domínio da língua portuguesa	implica	(...) saber adequar as formas linguísticas a diferentes tipos de texto e contexto.
<b>Portador/identificado</b>	<b>Proc. relacional</b>	<b>Atributo/identificador</b>

A partir da análise dos participantes dos processos relacionais, é possível perceber a manifestação de valores sobre coisas que devem ser perseguidas (domínio da língua portuguesa, adequação das formas linguísticas a diferentes tipos de contexto, a língua mais prestigiosa – língua padrão –, o vocabulário correto) e coisas que devem ser evitadas (linguagem coloquial em situações importantes, erro de português, uso inadequado da língua). Os exemplos acima também evidenciam a dissimulação da padronização linguística, uma vez que a avaliação do comportamento linguístico das pessoas (julgamento) é construída como se fosse uma avaliação da linguagem (apreciação). Assim, podemos dizer que a apreciação de um uso da linguagem é uma maneira indireta (**dissimulação**) de julgar o/a usuário/a da linguagem.

O julgamento sobre os padrões de conduta linguística nem sempre aparecem de maneira explícita (julgamento/apreciação inscrito/a) como nas orações acima, a avaliação também pode ser implícita (julgamento/apreciação evocado/a). Aliás, quanto menos explícita, mais forte a estratégia ideológica da **eufemização**, como podemos ver a seguir:

Classificadores: norma <b>padrão</b> /variedade <b>padrão</b> , norma <b>culta</b> , vocabulário <b>adequado</b> , linguagem <b>informal</b> , linguagem <b>coloquial</b>
---

No domínio da gradação, podemos ver como os classificadores acima podem intensificar a avaliação positiva ou negativa da linguagem. Como mostraremos a seguir, a força da apreciação, seja negativa ou positiva, não se manifesta apenas pelo uso de advérbios (linguagem muito inculta > linguagem inculta) mas também pela escolha lexical (linguagem inculta > linguagem inadequada > linguagem informal):

Apreciação positiva	Apreciação negativa
Culta	▲ + avaliativo
Adequada	▲ Inculca
Formal	▲ Inadequada
Padrão	▲ Informal
	▼ - avaliativo
	▼ Coloquial

A partir dos dados acima podemos constatar também que, quanto menos explicitamente avaliativos – mais eufemizado –, mais descritivo parecem ser os classificadores. Contudo, o fato dos valores não serem explícitos não quer dizer que eles não existam. A partir da comparação das categorias do quadro acima, podemos estabelecer as seguintes oposições: 1) norma padrão/variedade padrão – oposta às demais normas/variedades que não servem como referência linguística; 2) norma culta – oposta às normas de pessoas “incultas”; 3) vocabulário adequado – oposto ao vocabulário que não pode ser usado em contextos socialmente prestigiados; e 4) linguagem informal – oposta à linguagem formal, que muitas vezes equivale à norma culta, ou melhor, à norma cultuada.

A dissimulação ideológica também pode ser detectada no domínio do engajamento. Nesse domínio, a dissimulação da padronização linguística ocorre principalmente por meio da atribuição:

Heteroglossia: atribuição

**De acordo com a norma-padrão da língua**, esse uso é inadequado (...)

**De acordo com o texto**, após receber a carta de um amigo “que se deu ao trabalho de fazer um xerox da página 827 do dicionário” sinalizando um erro de grafia, **o autor** reconhece a necessidade da norma padrão em situações formais de comunicação escrita.

Na entrevista, **o autor** defende o uso de formas linguísticas coloquiais e faz uso da norma padrão em toda a extensão do texto.

**Esse comentário** deixa evidente uma posição crítica (...), enfatizando ser necessário empregar vocabulário adequado

**Possenti** defende a tese de que não existe um único português correto.

Ao atribuir a outras entidades os julgamentos e cobranças sobre o que é (in)adequado, os/as avaliadores/as **dissimulam** a cobrança feita por eles/as das normas de adequação (padronização linguística). A atribuição serve, também, como uma forma de racionalização, legitimando a padronização linguística através do discurso de autoridade, com a referência a linguistas renomados como Bagno e Possenti.

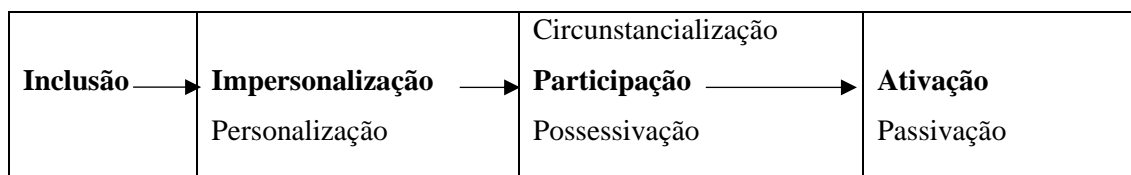
Os exemplos acima permitem mostrar como ocorre a dissimulação da padronização linguística. Contudo, esses exemplos se referem apenas ao nosso *corpus* de pesquisa, que não esgota as formas em que a dissimulação da ideologia de adequação linguística pode ocorrer.

### III - Representação dos atores sociais

Por fim, a teoria da representação dos atores sociais foi a principal ferramenta que utilizamos para detectar como se manifesta a reificação no discurso de adequação. Como se vê, os participantes dos processos são representados como figuras não-humanas, o que permite escamotear as relações de poder que subjazem às interações linguísticas:

Participante ativo	Processo	Participante passivo
<i>O gênero entrevista</i>	requer	o uso da norma padrão.
<i>As diferentes esferas sociais de uso da língua</i>	obrigam	o falante a adaptá-la às variadas situações de comunicação
<i>Uma variedade</i>	alcança	maior valor social e passa a ser considerada exemplar.
<i>O texto</i>	mostra	uma situação em que a linguagem usada é inadequada ao contexto.
<i>O comentário</i>	ênfatiza	ser necessário empregar vocabulário adequado.
<i>Esse uso</i>	contraria	a marcação das funções sintáticas de sujeito e objeto.

Apesar dos atores sociais serem incluídos de forma ativa (ativação), eles são representados como participantes (participação) não humanos (impersonalização):



No *corpus* existem outras formas de reificação – como a circunstancialização (**De acordo com a norma-padrão da língua**, esse uso é inadequado) –, mas a

impersonalização por meio de participantes ativos é predominante. Essas construções criam a impressão de que a ordem sociolinguística, em vez de ser uma realidade social, é uma realidade natural.

Diferente do mundo natural, o mundo social só existe porque existem atores sociais, que reproduzem ou modificam a estrutura social. A reificação desses atores sociais cria a impressão que a realidade social existe e se perpetua por si mesma, tal qual a realidade natural, que existe sem a agência humana. A impersonalização dos atores sociais se mostra um recurso típico para naturalizar convenções linguísticas opressoras, pois, na reificação, é a situação comunicativa, o gênero discursivo, os contextos formais, a modalidade escrita que exigem que o falante se adeque às convenções linguísticas, e não os atores sociais.

#### 4.2.3 Questão de pesquisa 3

**Como o gênero discursivo questão de prova pode legitimar discursos ideológicos?**

Conforme discutimos, o gênero discursivo não é só um instrumento para interagir com outras pessoas, mas também um modo de agir sobre outras pessoas (FAIRCLOUGH, 2003). Considerando o caráter **acional** do gênero discursivo, a questão de prova de vestibular se mostra um poderoso instrumento para a inculcação ideológica. Podemos ver isso a partir da assimetria de poder entre os interactantes:

Quadro 9 - Assimetria de poder no gênero questão de prova de vestibular

<b>Assimetria de poder</b>	Elaborador	Avaliado
Papel na interação	Solicitar informações	Dar informações
Poder no discurso	1) Escolher: a) o assunto que será tratado (texto-base). b) o que será tratado e o que não será tratado do assunto escolhido (enunciado) c) o que é verdade e o que não é a respeito do assunto (resposta).	1) Escolher: a) responder; b) não responder as perguntas. 2) A escolha por b) implica uma sanção. 3) A escolha por a) só não implicará uma sanção caso a resposta seja dada de acordo com o esperado pelo elaborador.



Os poucos direitos discursivos do avaliado denotam a assimetria que existe entre ele e o avaliador. A impossibilidade de argumentação por parte do avaliado torna ele um interlocutor passivo. Ainda que possa dar respostas, o avaliado deve responder em conformidade com o que foi determinado pelo elaborador. Não há espaço, portanto, para perspectivas alternativas. Assim, o elaborador detém o **poder no discurso**, pois escolhe que ideias serão discutidas, como elas serão representadas e o que é verdadeiro ou falso nessa representação. É importante notar que, através da questão de prova, o avaliador não procura obter uma resposta do avaliado – o que o avaliado pensa –, mas sim saber se o avaliado conhece a resposta que o avaliador determinou como correta.

Para obter sucesso na prova, o avaliado deve, pois, partilhar dos discursos utilizados pelos elaboradores das questões – ou, quando o avaliado for mais consciente, fingir que concorda com tais discursos. Assim, acreditamos que a questão de prova de vestibular é um instrumento de legitimação discursiva na medida em que os discursos nela veiculados devem ser considerados como verdadeiros. Caso discorde do discurso estabelecido como verdade na questão de prova, o avaliado sofrerá sanções – conforme mostramos na tabela acima –, que, em última instância, farão com que ele perca uma vaga no ensino superior e sofra as várias consequências sociais dessa perda.

Com isso, não queremos dizer que todos os discursos legitimados são ideológicos, pois, conforme já discutimos, nem tudo é ideologia e, portanto, nem todas as questões de prova são ideológicas. Contudo, como analistas de discurso, não estamos preocupados com a legitimação de discursos não ideológicos. Por isso, analisamos o discurso de adequação linguística, pois esse discurso é ideológico e, conforme mostramos, é legitimado pelas questões de prova.

Discutimos que a questão de prova não gera efeitos apenas na aplicação de prova. As questões de vestibular são recontextualizadas de várias maneiras: tornam-se diversos tipos de materiais didáticos, são trabalhadas dentro de sala aula, são compartilhadas em redes sociais etc. Assim, os efeitos causais desses textos são diversos e imprevisíveis. Apesar de não podermos predizer todos os efeitos dos textos veiculados nas questões de prova, é certo que eles exercem um forte poder sobre aquilo que as pessoas entendem sobre linguagem.

Por fim, destacamos que, com esta pesquisa, não pudemos investigar o **poder por trás do discurso** exercido por meio do gênero prova – isto é, o poder que influencia como as pessoas vivem suas vidas, como elas interpretam o mundo e a linguagem, como escolhem o que é certo e o que é errado (o que é adequado e o que é inadequado) e como

elas avaliam as pessoas segundo esses valores. A pesquisa pode ser, então, complementada, principalmente por pesquisas de cunho etnográfico. Destacamos as possibilidades de complementação deste trabalho, pois a incompletude é uma condição inescapável de qualquer pesquisa.

#### **4.2.4 Questão de pesquisa 4**

##### **Quais são as possíveis alternativas para superar o problema da dominação linguística?**

Acreditamos que o trabalho com a Consciência Linguística Crítica (CLC) é um trabalho importante para a superação do problema da dominação linguística. Ao revelar a arbitrariedade das convenções linguísticas, acreditamos que os Estudos Críticos da Linguagem – logo, a ADC – fornecem meios para a superação da discriminação baseada na crença de superioridade de uma norma linguística sobre outra.

Para nós, perceber as relações de poder e as ideologias que subjazem às convenções linguísticas é um passo necessário para desnaturalizar essas convenções. A fim de avançar para além do discurso de adequação linguística, é necessário mais do que a descrição linguística, é necessária a explanação da realidade sociolinguística. É preciso mostrar que a adequação linguística não resolve o problema da discriminação linguística e social.

Se continuarmos reproduzindo o discurso de adequação linguística, as normas desprestigiadas continuarão a não serem usadas em espaços sociais valorizados, as convenções linguísticas continuarão sendo referenciadas pelos hábitos linguísticos dos grupos sociais privilegiados e a Linguística continuará descrevendo essa realidade sem apresentar uma proposta para promover sua mudança.

Com base em nosso *corpus*, podemos ver que o discurso linguístico aos poucos vem ganhando espaço em nossa sociedade, superando o modelo tradicional de linguagem. Enquanto no discurso tradicional temos um modelo que não reconhece a variação linguística e que possui uma visão maniqueísta da língua; no discurso linguístico, temos um modelo que supera a abordagem puramente prescritiva da linguagem, que reconhece a variação linguística e que possui uma base mais científica para sustentar sua visão sobre a linguagem. Assim, apesar do avanço, é necessário avançar mais, conforme propomos na figura a seguir.

Figura 15 - Da prescrição à explanação



Fonte: elaborado pelo autor

Acreditamos que não basta descrever a realidade como faz a Sociolinguística tradicional, é necessário explicar por que ela é como é, como ela é sustentada e quem se beneficia pelo atual estado das coisas. Para isso, temos que trabalhar as relações de poder nas quais as convenções linguísticas são criadas e principalmente com as ideologias que legitimam, dissimulam ou reificam essas convenções. Assim, ao desenvolverem uma consciência linguística crítica, as pessoas estarão aptas a escolher quando se conformar às convenções como elas são, ou desafiar elas, e assim ajudar a abrir novos caminhos (JANKS & IVANIC, 1992).

Sabemos que o trabalho com a consciência linguística crítica por si só não é suficiente para a superação do problema da dominação linguística. Contudo, apesar de não ser uma condição suficiente, certamente a conscientização crítica sobre a linguagem é uma condição necessária para a superação do problema.

## REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE

Depois de toda a análise que fizemos, podemos agora passar à última etapa de nossa crítica explanatória: reflexão crítica sobre a análise feita. Discutiremos, então, sobre o alcance e as limitações do nosso trabalho.

Nesta pesquisa, tentamos explicar como o discurso de adequação linguística, instanciado no gênero questão de prova de vestibular, pode sustentar relações de dominação. Apesar de termos mostrado os poderes do gênero questão de prova de vestibular (cf. **1.1.7** e **4.2.3**), discutimos que não podemos explicar os efeitos sociais desse gênero discursivo da mesma forma que um físico explica os efeitos de um experimento na Física (cf. **3.2.2**). Discutimos também que não podemos explicar os efeitos do discurso de adequação linguística como se se tratasse de uma conjunção regular de eventos (cf. **3.2.3**). Em outras palavras, discutimos que, apesar de influenciar a percepção das pessoas sobre determinados fenômenos, o uso de reificações por meio de nominalizações, passivações etc. não produz efeitos imediatos ou predizíveis no comportamento dos atores sociais<sup>61</sup>.

Neste trabalho consideramos, pois, que as explicações devem mostrar o que produz mudanças sociais, independente da existência de regularidades. Com base nesse conceito de causalidade, discutimos como o discurso, em seu sentido mais abstrato, pode ser um dos vários mecanismos responsáveis pela reprodução/transformação da estrutura social (cf. **3.2.3**). Argumentamos que o poder causal do discurso reside principalmente em sua capacidade de gerar significados. Por isso, mostramos como os significados subjacentes ao discurso de adequação linguística podem ser criados através de textos (cf. **4.1**). Vimos que, no discurso de adequação linguística, a estratégia ideológica de padronização é um dos principais mecanismos responsáveis pela manutenção do preconceito linguístico e, por consequência, pela reprodução das estruturas sociais.

Com a teoria linguística adotada, sistematizamos (cf. **4.2.2**) como a padronização linguística é reificada – através da teoria de representação dos atores sociais, – como ela é dissimulada – através da teoria da avaliatividade – e como ela é legitimada – através das relações lógico-semânticas. Assim, acreditamos ter oferecido muito mais do que uma interpretação (*verstehen*) sobre os eventos discursivos que analisamos (**3.2.4**). Ao analisar

---

<sup>61</sup> Conforme lembra Bhaskar (2008, p. 94), “as pessoas são indivíduos, o que significa que elas são complexamente formadas e estruturadas de diferentes maneiras. Então, elas responderão de forma diferente nas mesmas circunstâncias (i.e., aos mesmos estímulos)”.

o discurso de adequação linguística instanciado no gênero questão de prova de vestibular, acreditamos ter oferecido nesta pesquisa uma explicação (*erklären*) sobre nossa atual ordem sociolinguística e, por consequência, sobre a discriminação linguística.

Apesar de termos feito uma pesquisa com sólida consistência linguística, não podemos fazer uma relação direta entre as características formais dos textos que analisamos e seus efeitos sociais<sup>62</sup> (FAIRCLOUGH *et. al.*, 2004). Contudo, é sólido sustentar que quanto mais conscientes sobre as propriedades formais do texto as pessoas se tornarem, menos influenciáveis a ideologias – como o discurso de adequação linguística – elas serão. Noutros termos, postulamos que a conscientização crítica sobre os recursos da linguagem pode minimizar os efeitos nocivos dos textos ideológicos, como os que apresentamos.

Postulamos também que a conscientização linguística crítica é uma condição necessária à mudança de uma realidade linguística/social opressora (cf. **4.2.4**). Todavia, temos que definir os limites da CLC. Afinal, não é porque uma pessoa sabe que o consumismo desenfreado acabará destruindo o planeta que ela deixará de ser consumista. Da mesma forma, não é porque uma pessoa sabe que a imposição de um ideal linguístico marginaliza os/as falantes de determinadas variedades linguísticas que ela deixará de corrigir e impor normas de adequação linguística. Em outras palavras, a conscientização, apesar de ser uma condição necessária, não é suficiente para a emancipação. Com base em Bhaskar (2009, p. 114), sustentamos que a emancipação implica: 1) conhecer os reais interesses das pessoas; 2) possuir habilidades, recursos e oportunidades para agir; e 3) estar disposto/a a agir.

Apesar de discutirmos as consequências da adequação, nós não insistimos que as pessoas se oponham às convenções linguísticas (JANKS e IVANIC, 1992). Caso decidam se opor, as pessoas devem estar conscientes dos riscos envolvidos em sua agência. Afinal, é a ação das pessoas que pode mudar as convenções sociais e, gradativamente, a própria sociedade. Em outras palavras, é a agência das pessoas<sup>63</sup> que pode mudar as práticas sociais, que, por sua vez, podem causar mudanças na estrutura social (cf. **2.1.3.2**). Desse modo, ao desconstruirmos o discurso de adequação linguística, não postulamos que as

---

<sup>62</sup> Confira as discussões em **3.2.2** sobre o mundo social, que constitui um sistema aberto.

<sup>63</sup> Segundo Bhaskar (2008, p. 98), os atores sociais são agentes, isto é, centros de poderes. Por agente, Bhaskar entende tudo aquilo que é capaz de produzir mudança (inclusive em si mesmo). “Um átomo de hidrogênio é, em virtude de sua estrutura eletrônica, um agente, uma vez que ele possui o poder de se combinar com um átomo de cloro para produzir, nas condições certas, uma molécula de ácido clorídrico”.

pessoas não devam conhecer as convenções linguísticas ou que os/as professores/as não ensinem as variedades linguísticas de prestígio.

Além de analisar o discurso – em seu sentido mais concreto –, mostramos, através da análise do gênero questão de prova de vestibular (cf. 1.1), como dominação e acesso andam juntos. Isto é, por um lado, os/as estudantes só terão acesso ao ensino superior se tiverem acesso às convenções e variedades linguísticas de prestígio. Por outro lado, o acesso dado aos/às alunos/as reproduz, em alguma medida, o poder dessas variedades e convenções linguísticas. Os/as professores/as principalmente têm de lidar com esse “paradoxo do acesso”. Sobre esse paradoxo, Janks (2000, p. 176) explica:

Se nós dermos acesso aos estudantes às formas dominantes, isso contribui para a manutenção de sua dominação. Se, por outro lado, nós negarmos acesso aos estudantes, nós perpetuamos sua marginalização numa sociedade que reconhece a importância e o valor dessas formas.

Acreditamos, todavia, que dar acesso às convenções e variedades linguísticas de prestígio não é exatamente o mesmo que reproduzir o seu poder. Para nós, quando o acesso é dado de forma crítica e as pessoas são conscientizadas das relações de poder que subjazem a linguagem, elas nem sempre se adequarão à realidade linguística opressora – as pessoas serão capazes de mudar essa realidade. Assim, uma pessoa pode dominar uma convenção linguística sem necessariamente reproduzir relações de dominação. Em outras palavras, uma pessoa, ao dominar as convenções linguísticas de prestígio, terá o **poder para** discriminar pessoas que não dominam, mas isso não quer dizer que ela exercerá o **poder sobre** essas pessoas (FAIRCLOUGH e FAIRCLOUGH, 2012) – essa diferença reflete a distinção entre real e realizado feita no realismo crítico.

Apesar das convenções linguísticas poderem naturalizar uma série de relações de dominação – entre homens e mulheres, brancos e negros, velhos e jovens etc. –, na análise demos um maior enfoque às convenções linguísticas que naturalizam a dominação das classes sociais privilegiadas sobre as classes sociais desprivilegiadas, uma vez que as relações entre as classes são o tipo mais fundamental de relação de poder. Demos, ainda, especial destaque aos seguintes fatores que envolvem a linguagem: 1) escrita e oralidade; 2) espaço público e espaço privado; 3) pessoas com capital simbólico (p.e., diploma e emprego valorizado) e pessoas sem capital simbólico. Com esse destaque, mostramos como, no discurso de adequação, as variedades linguísticas prestigiadas são representadas

como as únicas apropriadas para serem usadas em meios valorizados – meio escrito –, em espaços com visibilidade – espaço público – e por pessoas socialmente reconhecidas – pessoas com capital simbólico. Desse modo, mostramos como esse discurso constitui uma maneira sutil de reproduzir a dominação linguística.

Escolhemos analisar o discurso de adequação linguística instanciado no gênero questão de prova de vestibular porque esse gênero discursivo deixa evidente algo que as pessoas estão sempre fazendo: avaliando a linguagem. Mostramos, assim, como a avaliação da linguagem, pelo prisma do discurso de adequação linguística, pode ser discriminatória/ideológica. Devido ao recorte que fizemos nesta pesquisa, conseguimos mostrar apenas algumas das formas como a ideologia de adequação linguística se manifesta (cf. 4.2.1). Assim, como toda pesquisa científica, nosso trabalho não esgota tudo o que há para ser dito sobre o nosso objeto de pesquisa – discurso de adequação linguística.

A análise do discurso de adequação linguística instanciado no gênero questão de prova de vestibular permitiu explicar como um discurso ideológico – forma de representar o mundo – aliado a um gênero discursivo – forma de agir linguisticamente – pode afetar a vida das pessoas: como elas enxergam a linguagem, como elas falam/escrevem e como elas são levadas a julgar os hábitos linguísticos das outras pessoas. Em outras palavras, a pesquisa permitiu discutir como um discurso legitimado por um gênero discursivo pode afetar a identidade das pessoas – estilo. Contudo, a pesquisa precisa ser complementada por outros estudos, principalmente de natureza etnográfica, para mostrar como o gênero e o discurso estudados afetam concretamente a forma como as pessoas enxergam e vivem a linguagem – estilo. Dessa forma, reconhecemos a natureza inevitavelmente incompleta desta pesquisa e apontamos possíveis caminhos para que ela possa ser complementada.

Esperamos, por fim, ter conseguido alcançar, pelo menos em parte, nosso objetivo nesta pesquisa: conscientizar as pessoas que tiveram acesso a este trabalho sobre os significados de suas atitudes linguísticas. Afinal, conforme lembra Fairclough (1989), é justamente porque as pessoas geralmente não sabem o que estão fazendo que suas ações têm mais significado do que elas percebem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, N. (1993). *Nós, pós-Kuhnianos esclarecidos... (epistemologia, pragmatismo e realismo crítico)*. Caderno CDH, 18, p. 138-156.
- ALTHUSSER, L. (1985). *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- APPOLINÁRIO, F. (2009). *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo, Atlas.
- ARCHER, M. (1995). *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- AZEREDO, J. C. de. (2008). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- BAGNO, M. (2001). *Português brasileiro: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BAGNO, M. (2003). *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola.
- BAGNO, M. (2007). *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial.
- BAGNO, M. (2009). *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial.
- BAGNO, M. (2011). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BAKHTIN, M. (2000). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BHASKAR, R. (1998). *Societies*. In: M. Archer et al. (orgs.) *Critical Realism. Essencial Readings*. London: Routledge, p. 206-257.
- BHASKAR, R. (2005). *The possibility of Naturalism. A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. London: Taylor & Francis e-Library.
- BHASKAR, R. (2008). *A Realist Theory of Science*. London and New York: Routledge.
- BHASKAR, R. (2009). *Scientific Realism and Human Emancipation*. London and New York: Routledge.
- BHASKAR, R.; COLLIER, A. (1998). Introduction: Explanatory critiques. In: M. Archer et al. (orgs.) *Critical Realism. Essencial Readings*. London: Routledge, pp. 385-394.
- BHASKAR, R.; LAWSON, T (1998). Introduction: Basic texts and developments. In: M. Archer et al. (orgs.). *Critical Realism. Essencial Readings*. London: Routledge, pp. 3-15.
- BARROS, S. M. (2015). *Realismo Crítico e Emancipação Humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*. São Paulo: Pontes Editores.
- BECHARA, E. (2006). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BERSTEIN, B. B. (1996). *Pedagogy, symbolic control, and indentity: theory, research, critique*. London: Taylor & Francis.



- BORTONI-RICARDO, S. M. (2004). *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BOURDIEU, P. (1983). A economia das trocas linguísticas. In *Bourdieu – Sociologia, Coleção Grandes Cientistas Sociais Vol. 39*. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A.
- BOURDIEU, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, P. (2004). *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. (1970). *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- CABRAL, S. R. S.; FUZER, C. (2014). *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. São Paulo: Mercado de Letras.
- CAETANO, C. J. M. (2009). *Medicina Paliativa e Análise do Discurso Crítica*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- CAETANO, C. J. M. (2010). *Identidade e terminalidade: um estudo linguístico das práticas discursivas em uma ala de doentes terminais*. 1. ed. CRV. v. 1.
- CAETANO, C. J. M. (2014). *Special Education Classrooms, Language, and Space: A Discursive-Linguistic Reflection*. *Linguagem em (Dis)curso (Impresso)*, v. 14, p. 687-701.
- CAETANO, C. J. M. (2014). O espaço das salas de recurso: uma visão linguístico-discursiva. In: C. Caetano; I. Magalhães; D. Bessa (Org.). *Pesquisas em Análise de Discurso Crítica*. Labcom, v. 1, p. 133-154.
- CAETANO, C. J. M.; RIBEIRO, M. O. (2014). *Tempos e Redes: a arquitetura de uma sala de aula*. *Revista FAEEBA*, v. 23, p. 131-139.
- CAETANO, C. J. M.; RIBEIRO, M. O.; BORTONI, M. (2014). *Da matriz à diretriz: pesquisa, ensino e extensão no exame nacional de ensino médio – enem*. *Anais do SIELP*, v. 3, p. 3.
- CAETANO, C. J. M.; RIBEIRO, M. O. (2014). *Possibilidades de Reflexão: O Ensino de Leitura e as Provas de Larga Escala*. *Anais do SIELP*, v. 3, p. 59.
- CAETANO, C. J. M.; RIBEIRO, M. O. (2014). *Um galo sozinho não tece manhã: do primeiro grito à mudança curricular*. *Anais do Gelco*, v. 1, p. 225.
- CAGLIARI, L. C. (1986). A ortografia na escola e na vida. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Isto se aprende com o ciclo básico*. São Paulo: SE/CENP, p. 102-113.
- CAMERON, D. (2003) Gender and Language Ideologies. In: J. Holmes e M. Meyerhoff (eds.). *The Handbook of Language and Gender*. Blackwell Publishing.
- CAMERON, D. (2014) Demythologizing sociolinguistics. In: J. E. Joseph e T. J. Taylor. *Ideologies of Language*. Routledge: London and New York.
- CASTILHO, A. T. de. (2012). *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- CHARAUDEAU, P. (2012). *Linguagem e discurso: modo de organização*. 2 ed. São Paulo: Contexto.

- CHAUI, M. (2001). *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- CHOMSKY, N. (1997). *A linguística como uma ciência natural*. Revista Mana. Rio de Janeiro, v. 3, nº 2, p. 183 – 198.
- CHOMSKY, N. (2006). *Sobre a Natureza da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University.
- CLARK, R.; FAIRCLOUGH, N.; IVANIC, R.; MATIN-JONES, M. (1996). *Conscientização Crítica da Linguagem*. In: Trab. Ling. Apl., Campinas, (28):37-57, Jul./Dez.
- CRABTREE, B. F.; MILLER, W. L. (1992). *Doing Qualitative Research. Research Methods for Primary Care Vol. 3*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage Publications.
- COLLIER, A. (1994). *Critical Realism. An introduction to Roy Bhaskar's Philosophy*. London: Verso.
- COLLIER, A. (1998). Explanation and emancipation. In: Archer, M. *et al.* (orgs.) *Critical Realism. Essencial Readings*. London: Routledge, pp. 444-472.
- COSTA, J. M. da. (2007). *Manual de redação profissional*. 3 ed. Campinas, SP: Millennium Editora.
- DEMO, P. (2012). *Metodologia Científica em ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. (2006). A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: N. K. Denzin; Y. Lincoln (orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED.
- DIJK, T. A. v. (2005). *Ideología y análisis del discurso*. Utopia y Praxis Latino Americana, v. 10, n. 29, Maracaibo.
- DIJK, T. A. v. (2006). Discurso y manipulación: Discusión teórica y algunas aplicaciones. In: *Revista Signos Vol. 39*. Valparaíso: Pontificia Universidad Católica de Valparaíso.
- DIJK, T. A. v. (2012a). *Discurso e Poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- DIJK, T. A. v. (2012b). *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto.
- EAGLETON, T. (1997). *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Editora Bontempo.
- EGGINS, S.; MARTIN, J.R. (2000). Géneros y registros del discurso. In: T.A. van Dijk. *El discurso como estructura y processo*, Barcelona: Gedisa.
- EGGINS, S. (2004). *An introduction to systemic functional linguistics*. 2 ed. New York, London: Continuum.
- FAIRCLOUGH, N. (1985). *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis*. Journal of Pragmatics, 9: 739-63.
- FAIRCLOUGH, N. (1989). *Language and power*. London: Longman
- FAIRCLOUGH, N. (1992). *Critical Language Awareness (ed.)*. London and New York: Longman.
- FAIRCLOUGH, N. (1995). *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. London and New York: Longman.

- FAIRCLOUGH, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. (2006). *Language and globalization*. London and New York: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. (2008). *Discurso e mudança social*. Tradução de Maria Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, N. (2012). *Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica*. Linha d'Água, n. 25 (2), 307-329. Tradução de Iran Ferreira de Melo.
- FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. (2012). *Political discourse analyses: A method for advanced students*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N., JESSOP, B., SAYER, A. (2004). Critical realism and semiosis. In: J. Joseph; J. M. Roberts (org.). *Realism, Discourse and Deconstruction*. Londres: Routledge, p. 23-42.
- FARACO, C. A. (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.
- FIORIN, J. L. (2013). *Elementos de Análise do Discurso*. 15 ed. São Paulo: Contexto.
- FLICK, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed.
- FOUCAULT, M. (1980). *Power/Knowledge? Selected Interviews and Others Writings, 1972-1977*. New York: Pantheon Books.
- FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, M. (1999). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola.
- FOUCAULT, M. (2008). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOWLER, R. (1986). *Crítica Linguística*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- FOWLER, R.; KRESS, G. (1979) Critical linguistics. In: R. Fowler, B. Hodge, G. Kress e T. Trew (eds.). *Language and Control*. London: Routledge e Kegan Paul, p. 189-213.
- FREITAS, L. (2007). *Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino*. Educ. Soc. vol.28, n.100, pp. 965-987.
- FREITAS, L. C.; FERNANDES, C. O. (2007) *Currículo e avaliação. Indagações sobre currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- FUCIDJI, J. R. (2012). *Realismo Crítico e Teoria Econômica: quatro ensaios sobre metodologia econômica*. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Universidade Estadual de Campinas
- GIDDENS, A. (1978). *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- GRAMSCI, A (1988). *A Gramsci reader: selected writings 1916-1935*. Edited by David Forgacs. London: Lawrence and Wishart.
- GIEVE, S.; MAGALHAES, I. (1994). *Power, Ethics and validity*. Lancaster: Lancaster University (CRILE OCCASIONAL REPORT. Center for Research in Language Education).

- GOUVEIA, C.A.M (2002). Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico. In: M. H. M. Mateus; C. N. Correia (orgs.): *Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Edições Colibri: 335-351.
- GOUVEIA, C. A. M. (2009). *Texto e Gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional*. Matruga, Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M.I.M. (2004). *An introduction to functional grammar*. 3 ed. London: Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M.I.M. (2014). *An introduction to functional grammar*. 4 ed. London and New York: Routledge.
- HANSON, F. A. (1993). *Testing Testing: Social Cosequences of the Examined Life*. Berkeley, CA: University of California Press.
- HARTWING, M. (2007). *Dictionary of Critical Realism*. London and New York: Routledge.
- HARVEY, D. (2012). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola.
- HYMES, D. (1972). *On communicative competence*. In: J.B. Pride; J. Holmes. *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin.
- YOUNG, F.R. (2012). Social Dimensions of Language Testing. In: G. Fulcher; F. Davidson (Eds.). *The Routledge handbook of language testing*. London and New York: Routledge.
- ILARI, R.; BASSO, R. (2009). *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- ILARI, R.; BASSO, R. (1996). Os pronomes pessoais do Português Falado: roteiro para a análise. In: A. T. de Castilho; M. Basílio (Orgs.). *Gramática do Português Falado*. IV: Estudos descritivos: São Paulo: Fapesp.
- JANKS, H. (2000). *Domination, access, diversity and design: A synthesis for critical literacy education*. *Educational Review*, 52(2), 175–186.
- JANKS, H.; IVANIC, R. (1992). Critical Language Awareness and emancipatory discourse. In: N. Fairclough (ed.), *Critical Language Awareness*. London and New York: Longman, 305-331.
- JESSOP, B. (2005) *Critical Realism and the Strategic-Relational Approach*. *New Formations: A Journal of Culture, Theory and Politics* (56). pp. 40-53. ISSN 1741-0789
- LABOV, W. (2008). *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- LEAL, M. C. D. (2006). O olhar da Análise de Discurso Crítica sobre as identidades no ensino/aprendizagem do português. In: D. E. G. da Silva (Org.). *Língua Gramática e Discurso*. Goiânia: Câne Editorial.
- LEBRUN, G. (1981) *O que é o poder*. São Paulo: Brasiliense.
- LEEUVEN, T. v. (2008). *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. Oxford: University Press.
- LEFSTEIN, A; STREET, B. V. (2007). *Literacy: an advanced resource book*. New York: Routledge.

- LUCKESI, C. (2005). *Avaliação da aprendizagem... mais uma vez*. In: ABC EDUCATIO n. 46, jun. 2005, p. 28-29.
- LUCKESI, C.C. (2008). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortêz.
- LUFT, C. P. (2010). *ABC da Língua Culta*. São Paulo, Editora Globo.
- MADAUS, G. (1990). *Testing as social technology. The Inaugural Annual Boise Lecture on Education and Public Policy*. Boston, MA: Boston College
- MAGALHÃES, I. (2005). *Introdução: a análise do discurso crítica*. DELTA, vol. 21, São Paulo.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MARCUSCHI, L. A. (2005). O papel da atividade discursiva no exercício do controle social. In *Cadernos de Linguagem e Sociedade Vol. 7*. Brasília: Thesaurus.
- MARCUSCHI, L.; Dionísio, A.P. (2007). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MARCUSCHI, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3 ed. São Paulo: Parábola Editorial.
- MARTIN, J.R. ROSE, M. (2007a). *Genre relations. Mapping culture*. London: Equinox.
- MARTIN, J.R. ROSE, M. (2007b). *Working with discourse. Meaning beyond the clause. Mapping culture*. London: Continuum.
- MARTIN, J.R.; WHITE, P.R.R. (2005). *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan.
- MARX, K. (1989). *Ideologia Alemã*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda.
- MATTHIESSEN, C.M.I.M.; TERUYA, K.; LAM, M. (2010) *Key Terms in Systemic Functional Linguistics*. Londres: Continuum International Publishing Group.
- MATTHIESSEN, C.M.I.M. (2012). LSF como linguística aplicável: explicatividade social e abordagens críticas. DELTA [online]. Vol.28, n.spe, pp. 435-471.
- MOITA LOPES, L. P. (1994) *Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução*. D.E.L.T.A., 10 (2): 329-338.
- MONTEIRO, J. L. (1994). *Pronomes pessoais*. Fortaleza: Edições UFC.
- MOURA, D. (2001). *O caráter variável da regra de concordância verbal no PB*. UFC: LETRAS, n. 5.
- MOTTA-ROTH, D. (2008). *Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem*. DELTA, vol.24, n.2, pp. 341-383.
- NEVES, M. H. de M. (2011). *Gramática de usos do português*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp.
- OLIVEIRA, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- OTTONI, M. A. R. (2007). *Os Gêneros do Humor no ensino da Língua Portuguesa: uma abordagem discursiva crítica*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- VANDENBERGHE, F. (2010). *Uma teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

- PERRENOUD, P (1999). *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed.
- POPPER, K. (2004). *A lógica das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro
- POSSENTI, S. (1996). *Pragmática na análise do discurso*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, 30: 71-84.
- POSSENTI, S. (2009). *Língua na mídia*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial.
- POSSENTI, S. (2010). *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto.
- POSSENTI, S. *Limites do Humor*. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r26/artigo\\_10.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r26/artigo_10.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2013.
- POSSENTI, S. *Blog do Sírio*. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- POSSENTI, S. *Palavrões*. Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=337&titulo=Palavroes>> . Acesso em: 12 fev. 2015.
- RAJAGOPALAN, K. (2013). *Por uma linguística crítica*. São Paulo: Parábola Editorial.
- RAMALHO, V. (2005). *Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico- metodológico*. SIGNÓTICA, v. 17, n. 2, jul./dez, p. 275-298.
- RAMALHO, V. (2010). Construindo uma pesquisa em Análise de Discurso Crítica: da ontologia à metodologia. In: V. M. Resende; F. H. Pereira (Orgs.). *Práticas socioculturais e discurso: debates transdisciplinares*. Covilhã: LabCom Books, 223-255.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. (2006). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Coleção Linguagem e Sociedade Vol. I. Campinas. São Paulo: Pontes Editores.
- RAMOS, C. M. A. (1999). *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular*. Alagoas, 109f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Alagoas.
- RESENDE, V. M. (2009). *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- RINGER, F. (2004). *A metodologia de Weber. Unificação das Ciências Culturais e Sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- RIOS, G. (2013). Representações de letramento em contextos locais no Distrito Federal. In: J. Ribamar Jr.; D. Sato. *Contribuições da Análise do Discurso Crítica no Brasil*. Campinas: Pontes.
- RIOS, G. (2014). *Linguagem e Alfabetização de Adultos: uma perspectiva crítico-ideológica*. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rios-guilherme-linguagem-e-alfabetizacao-de-adultos.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- SAYER, A. (2000). *Características-chave do Realismo Crítico na prática. Um breve resumo*. Estudos de Sociologia, 6(2), 2000: 7-32.
- SAYER, A. (2010). *Method in Social Science. A realist Approach*. London: Routledge

- SANJEK, R. (Org.). Fieldnotes. (1990). *The making of anthropology*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- SAUSSURE, F. (1975) *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix.
- SCHERRE, M.M.P. (2005). *Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial.
- SILVA, D. E. G. (Org.). (2006). *Língua Gramática e Discurso*. Goiânia: Cênone Editorial.
- SILVA, E. C. M. (2010). *Do Discurso à Gramática: um enfoque crítico e funcional de gêneros*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 11 (2).
- SHOHAMY, E. (2014). *The power of tests: A critical perspective on the uses of language tests*. New York: Routledge.
- SOARES, M. (1989). *Linguagem e escola*. 7ª ed., São Paulo: Ática.
- SOARES, M. (1991). Avaliação educacional e clientela escolar. In: *Introdução à Psicologia Escolar*. 2 ed. São Paulo. p. 47-53.
- SPOLSKY, B. (1997) The ethics of gatekeeping tests: what have we learned in a hundred years: In.: *Language Testing*. Vol. 14, n. 3, nov., p. 242-247.
- STREET, B. (1995). *Social Literacies. Critical Approaches to Literacy in Development, Ethnography and Education*. London: Longman.
- THOMPSON, G. (2014). *Introducing Funcional Grammar*. London and New York: Routledge.
- THOMPSON, J. B. (1984). *Studies in the Theory of Ideology*. Cambridge: Polity Press.
- THOMPSON, J. B. (1995). *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- THOMPSON, J. B. (2002). *Ideología y cultura moderna. Teoría crítica social en la era de la comunicación de masas*, 2ª Edición, 1ª Reimpresión. Universidad Autónoma Metropolitana, México.
- WODAK, R. (2003). De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD): resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: R. Wodak; M. Meyer. *Método de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- WODAK, R. (2004). *Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. In Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243.
- WODAK, R.; MEYER, M. (2009). Critical discourse analysis. History, agenda, theory and methodology. In: R. WODAK; M. MEYER (Orgs.). *Methods of critical discourse analysis*. 2a. ed. Londres: Sage, 1-33.